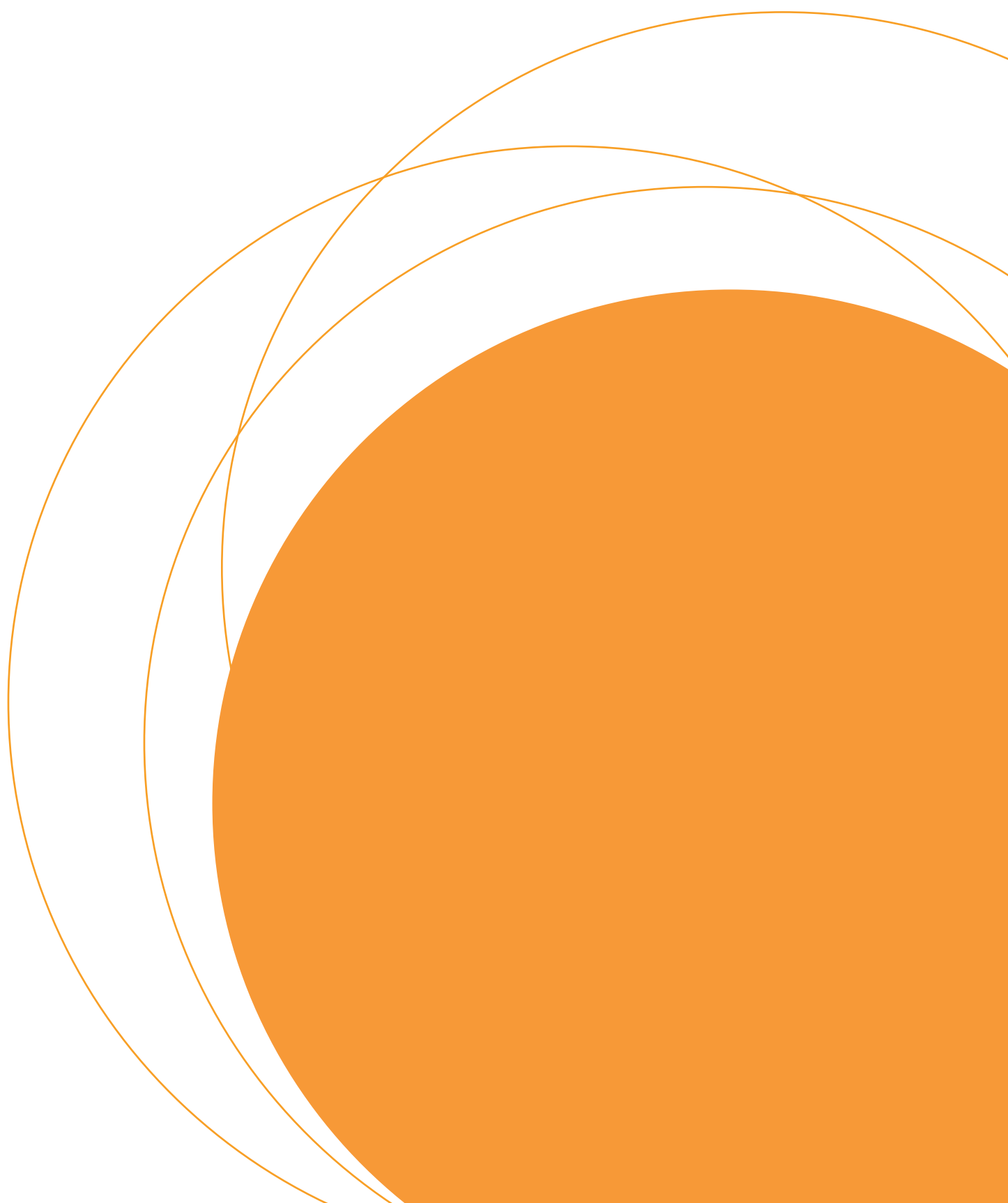
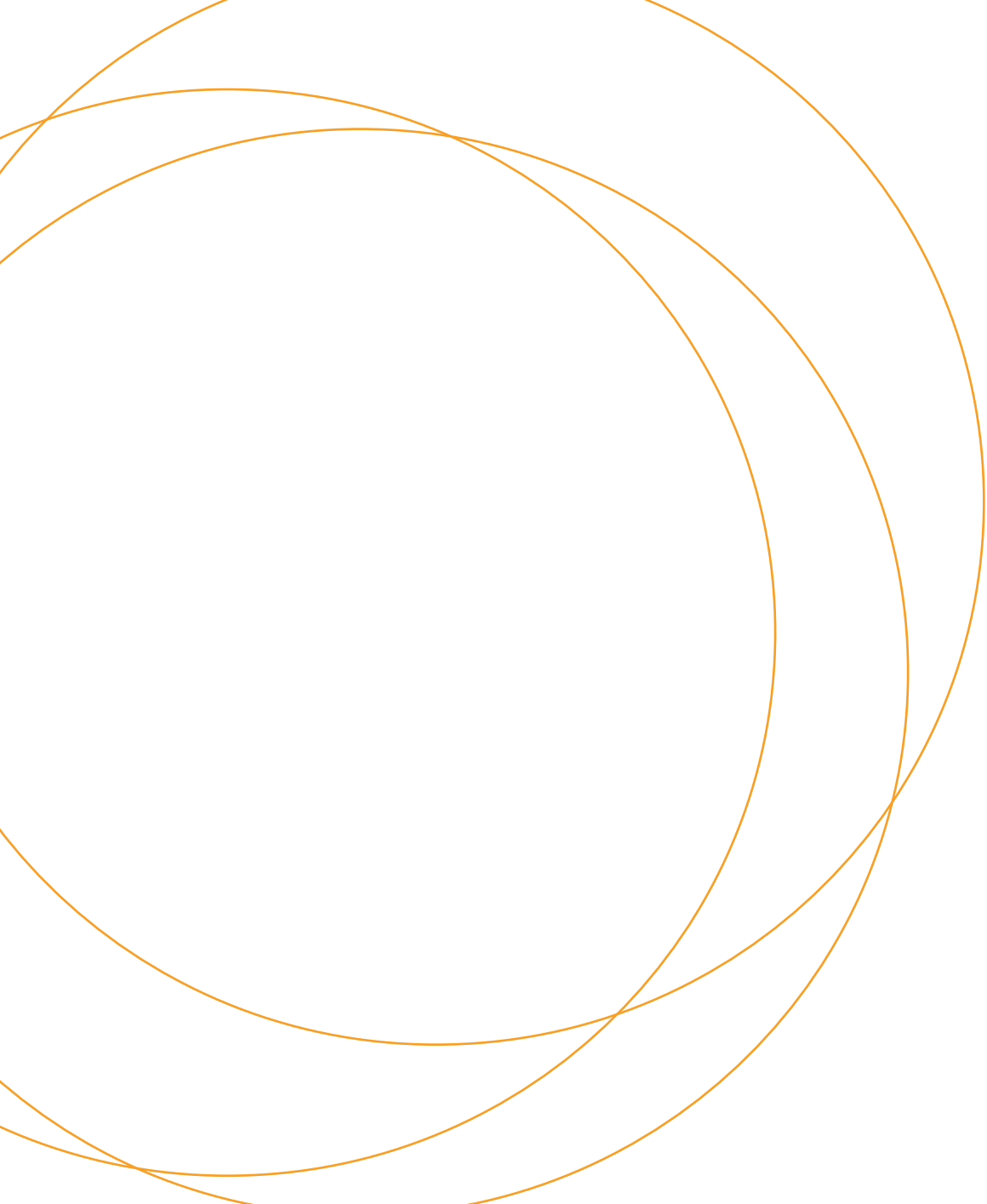


ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO 2013





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA



Instituto Politécnico de Viana do Castelo
Escola Superior
de Educação

FICHA TÉCNICA

RESPONSABILIDADE

Comissão de Acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P

CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral

Direção-Geral da Educação

Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

REDAÇÃO

La Salette Coelho

Colaboração: Júlio Santos, Tânia Neves e Nadir Faria

Consultoria Informática: Manuela Coelho

Gabinete de Estudos para a Educação e o Desenvolvimento (GEED)

Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC)

ÍNDICE

A – SUMÁRIO EXECUTIVO	5
B – OBJETIVOS DO RELATÓRIO.....	8
C – METODOLOGIA.....	9
D – COBERTURA DAS MEDIDAS.....	15
OBJETIVO 1	15
OBJETIVO 2	20
OBJETIVO 3	24
OBJETIVO 4	28
LEITURA DE DADOS POR OBJETIVO.....	33
LEITURA DE DADOS POR TIPOLOGIA DE ATIVIDADE	38
OBJETIVO 5	42
OBJETIVO 6	44
E - APRESENTAÇÃO DE DADOS POR CRITÉRIO	47
CONTEÚDOS.....	47
PARCERIAS.....	49
PÚBLICOS.....	50
ENTIDADES FINANCIADORAS	56
COBERTURA GEOGRÁFICA	60
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	64
G – ANEXOS	71
ANEXO 1	72
ANEXO 2	77
ANEXO 3	80
ANEXO 4	81
ANEXO 5	83

LISTA DE SIGLAS

ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos (ONGD)

ACM - Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

ADDHU - Associação de Defesa dos Direitos Humanos (ONGD)

ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola (ONGD)

ADRA - Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência (ONGD)

AIDGLOBAL - Ação e Integração para o Desenvolvimento Global (ONGD)

APA - Agência Portuguesa do Ambiente

APEDI - Associação de Professores para a Educação Intercultural

APF - Associação para o Planeamento da Família (ONGD)

ARIPSE - Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação

ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental

CAD - Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

CE - Comissão Europeia

CEAUP - Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (ONGD)

CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (ONGD)

CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

CICL - Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNJ - Conselho Nacional da Juventude

CNJP - Comissão Nacional Justiça e Paz

CNU - Comissão Nacional da UNESCO

CPADA - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente

CPR - Conselho Português para os Refugiados

DGE - Direção-Geral da Educação

E&O - Engenho e Obra - Associação para o Desenvolvimento (ONGD)

ED - Educação para o Desenvolvimento

ENED - Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

ESE - Escola Superior de Educação

ESE-IPCB - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco

ESECD-IPG - Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto do Instituto Politécnico da Guarda

ESECS-IPLeia - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria

ESE-IPL - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa

ESE-IPP - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto

ESE-IPPg - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre

ESE-IPSa - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém

ESE-IPVC - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

FCG - Fundação Calouste Gulbenkian

FEC - Fundação Fé e Cooperação (ONGD)

FGS - Fundação Gonçalo da Silveira (ONGD)

GEED - Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento

GENE - Global Education Network Europe

IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr (ONGD)

IP - Instituição Pública

IPDJ - Instituto Português do Desporto e da Juventude

ISU - Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária (ONGD)

Médicos.M - Médicos do Mundo (ONGD)

Men.M - Meninos do Mundo (ONGD)

NUTS - Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

OMAS-LBN - Obra Missionária de Ação Social - Leigos Boa Nova (ONGD)

ONGD - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento

OSC - Organização da Sociedade Civil

PA - Plano de Ação

PPONGD - Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

RostoSol - Rosto Solidário (ONGD)

SOLSEF - Sol sem Fronteiras (ONGD)

SOPRO – Solidariedade e Promoção (ONGD)

UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa

UE - União Europeia

VIDA - Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano (ONGD)

WACT - We Are Changing Together (ONGD)

A – SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório de acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) diz respeito ao ano de 2013 e é um dos mecanismos estipulados no dispositivo de acompanhamento e avaliação da ENED, da responsabilidade da Comissão de Acompanhamento. A Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC), de acordo com um contrato-programa celebrado entre a citada entidade e o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (CICL), é uma das intervenientes no processo de planeamento, acompanhamento e avaliação da ENED, apoiando a Comissão de Acompanhamento.

Com as informações, conclusões e recomendações plasmadas no relatório pretende-se fornecer dados e fundamentos de reflexão aos atores de ED e ao público em geral que tenham interesse na ENED, a nível local, regional e internacional.

O presente relatório apresenta um carácter de continuidade face ao relatório de 2012, uma vez que se seguiu a mesma metodologia de recolha de dados do relatório de 2012, através de um inquérito online, e se manteve a divisão dos dados recolhidos nas tipologias “atividade inserida em projeto de ED”, “atividade inserida nouro tipo de projeto” e “atividade não inserida em projeto”. Isto permite que se estabeleçam algumas comparações entre os dois anos.

Observou-se um decréscimo visível da atividade em ED reportada, comparando com o ano anterior: obtiveram-se menos 25 inquéritos preenchidos, reportando menos 10 projetos de ED, menos 1 atividade inserida nouro tipo de projetos e menos 14 atividades não inseridas em projeto.

Relativamente às entidades participantes no presente relatório, foi possível obter resposta de 13 entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED, 32 ONGD (menos oito do que no ano anterior) e 8 ESE (mais três do que no ano anterior).

À semelhança do ano transato, os objetivos 2 (educação formal) e 4 (sensibilização e influência política) são os que apresentam a maior cobertura de atividades, sendo o objetivo 1 aquele que apresenta o menor número de atividades.

No objetivo 1 (capacitação e diálogo institucional), cruzando os atores de ED e os tipos de atividades, conclui-se que existem 4 projetos de ED, distribuídos pelos três tipos de atores (entidades subscritoras do PA, ESE e ONGD) e que as ONGD são as que mais promovem atividades não inseridas em projetos, dentro deste objetivo. De realçar que se verificou uma diminuição considerável relativamente à existência de projetos de ED, de 8 para 4, sobretudo no que respeita às entidades subscritoras do PA da ENED. No

objetivo 2 (educação formal) foram reportados 10 projetos, sendo as ONGD as principais intervenientes. De salientar que este é o objetivo em que se verifica maior atividade por parte das ESE. No objetivo 3 (educação não formal) observa-se a existência de 7 projetos e a clara predominância das ONGD enquanto atores privilegiados. O objetivo 4 (sensibilização e influência política) é o único que apresenta um aumento do número de projetos, sendo aquele que mais projetos apresenta, 12 no total, sendo 10 deles promovidos por ONGD.

Foi ainda realizada uma análise por critérios específicos: temáticas, parcerias, públicos, entidades financiadoras e distribuição geográfica.

Ao nível das temáticas ou conteúdos analisados, observou-se um menor número de referências, o que originou uma nova forma de categorização: temáticas mais trabalhadas, com mais de 60 referências (e não 80, como no ano anterior), temáticas mediantemente trabalhadas (entre 30 a 60 referências) e temáticas menos trabalhadas, até 30 referências. Interessante verificar que a alteração do critério da contagem manteve os grupos quase inalteráveis.

Conclui-se, a exemplo do ano anterior, que existe uma prática generalizada de trabalho em parceria, uma vez que 80% dos projetos são realizados em parceria, na linha do verificado no relatório anterior.

Relativamente aos públicos, mantém-se a predominância dos seguintes públicos:

- Objetivo 1 – Entidades públicas, OSC e jovens;
- Objetivo 2 – Professores, alunos dos três níveis de ensino (básico, secundário e universitário) e comunidade escolar;
- Objetivo 3 – Estudantes e agentes educativos;
- Objetivo 4 – População em geral e decisores técnicos e políticos.

Analisando as entidades financiadoras, e note-se que se refere à frequência de referência e não ao valor do financiamento, verifica-se a predominância do número de referências a fundos próprios e ao CICL ao nível dos financiamentos das ONGD e das entidades subscritoras do PA da ENED. De destacar ainda, apesar de com valores mais distantes, a União Europeia, as entidades de ensino, as autarquias, as fundações e “outros nacional”. Nas ESE, há a referir os 71% de fundos próprios que já são, maioritariamente, fundos públicos.

Face à distribuição geográfica das atividades, mantém-se claro que esta se encontra relacionada com a existência de atores na mesma região, com preponderância para a região de Lisboa, nos casos das entidades subscritoras do PA e das ONGD. De salientar

o valor significativo do somatório das atividades integradas nas categorias “nacional” e “internacional” e o papel das ESE enquanto atores de descentralização, através da sua maior dispersão geográfica.

Das atividades transversais de planificação, acompanhamento e avaliação da ENED, foram levados a cabo: um exercício de planificação anual (para 2013); um relatório de acompanhamento (relativo a 2012); os dois encontros previstos entre as entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED e 10 reuniões de trabalho da Comissão de Acompanhamento.

Das duas atividades transversais estruturantes previstas na ENED - Jornadas de ED e Fórum ED - foi realizada a 3ª edição das Jornadas, o que permitiu atualizar o debate sobre o significado da ED e das suas relações com outras “Educações para...” e contribuir para estreitar os laços entre as várias entidades subscritoras do Plano de Ação.

No ano de 2013, que marca sensivelmente o meio do caminho percorrido pela implementação da ENED, tornaram-se mais claras as limitações da estrutura de apoio à sua concretização, em particular no que se refere às atividades transversais (não se realizou ainda nenhum Fórum de ED, nem a avaliação intermédia). No entanto, foi possível levar a cabo o processo de *Peer Review* conduzido pelo GENE – Global Education Network Europe.

B – OBJETIVOS DO RELATÓRIO

O principal objetivo do presente relatório, no seguimento do relatório dos anos anteriores, é o de monitorizar a execução da ENED em Portugal, no ano de 2013.

Este objetivo geral desdobra-se em diversos objetivos específicos:

- identificar as medidas que estão a ser cobertas e as que não estão a ser cobertas pelas atividades em curso;
- reconhecer os principais atores que intervêm na área de ED em Portugal.
- identificar os públicos-alvo das atividades de ED;
- identificar as temáticas a serem trabalhadas pelas organizações;
- identificar as áreas geográficas de maior e de menor intervenção;
- identificar as principais entidades financiadoras das atividades da ENED;
- obter uma perspetiva evolutiva face ao relatório dos anos anteriores;
- refletir criticamente sobre os resultados, permitindo formular conclusões e recomendações.

Para além destes objetivos específicos que se pretendem alcançar, também se considera que o relatório anual é um passo importante para:

- analisar o processo de planeamento, acompanhamento e monitorização da ENED, permitindo o ajuste do mesmo;
- contribuir para a avaliação do mecanismo de avaliação da ENED.

C – METODOLOGIA

A exemplo do relatório do ano de 2012, a recolha dos dados efetuou-se através de um inquérito online¹. Este inquérito foi enviado para as instituições envolvidas no processo, solicitando a inserção dos dados relativos ao ano de 2013, no mês de abril, e esteve ativo até final de maio, tendo existido a necessidade de prolongar o prazo para certas instituições.

Receberam-se respostas das quatro instituições constituintes da Comissão de Acompanhamento da ENED², das nove demais instituições subscritoras do Plano de Ação da ENED³ e de oito Escolas Superiores de Educação^{4,5}.

A exemplo do relatório do ano anterior, foram contactadas as organizações registadas na Plataforma Portuguesa das ONGD, membro da Comissão de Acompanhamento, para que se possa ter uma visão mais completa do trabalho realizado na área da ED em Portugal, uma vez que estas são uma das grandes promotoras do trabalho nesta área.

Optou-se por não alargar a recolha de dados a outros atores, para manter alguma homogeneidade na recolha dos dados, no entanto, procurou-se reforçar relações com tipologia de atores já existentes (como foi o caso das ESE, em que se passou de cinco participantes para oito) e, para poder responder à recomendação número 5 do relatório de 2012⁶, decidiu-se acrescentar uma informação extra sobre outras tipologias de atores envolvidos na área da ED, em Portugal.

Ficou ainda definido que, a exemplo dos relatórios anteriores, os dados do CICL, enquanto financiador de projetos e atividade de ED, dinamizador da ENED e participante em redes e organizações europeias e internacionais na matéria, seriam apresentados numa secção específica para o mesmo.

¹ <https://docs.google.com/spreadsheet/viewform?formkey=dDI0M3R1WG0xYTIxbU9LTVRreWlhWFE6MA>

² O CICL, o Ministério da Educação, através da DGE, a Plataforma Portuguesa das ONGD e a ONGD CIDAC (apesar de ser um dos elementos da Comissão de Acompanhamento e de ser uma instituição subscritora do Plano de Ação da ENED, o CIDAC aparece listado como ONGD e os seus dados são tratados nessa qualidade).

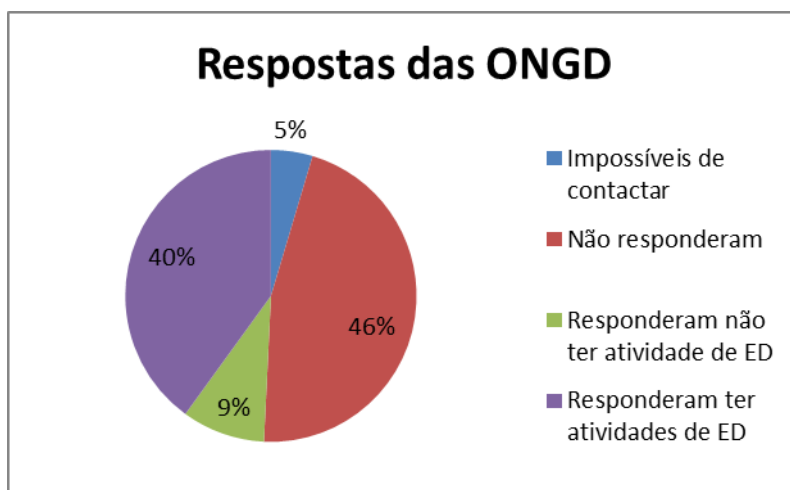
³ APA - Agência Portuguesa do Ambiente; ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, atual ACM – Alto Comissariado para as Migrações; CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; Comissão Nacional da UNESCO; Instituto Português do Desporto e da Juventude; APEDI - Associação de Professores para a Educação Intercultural; ASPEA – Associação Portuguesa de Educação Ambiental; Comissão Nacional Justiça e Paz e Conselho Nacional da Juventude.

⁴ De Castelo Branco, da Guarda, de Leiria, de Lisboa, de Portalegre, do Porto, de Santarém e de Viana do Castelo. Recorde-se que a ARIPESE (associação representativa das Escolas Superiores de Educação públicas) assinou o Plano de Ação, tendo, no entanto, delegado os contactos diretamente nas ESE.

⁵ Para lista completa dos participantes no relatório, ver anexo 2, pág. 77.

⁶ «5. Que se considerem, em relatórios posteriores, tipologias de atores que também já desenvolvem atividades de ED e que se façam esforços para motivar novos atores a promover atividades de ED.»

Foram contactadas as 65 ONGD listadas acima, tendo sido possível recolher respostas de 32 organizações (49,2%)⁷. Foi impossível contactar três instituições, uma vez que as mensagens de correio eletrónico foram sempre devolvidas. Seis instituições (9%) informaram que não realizaram atividades de ED e 26 (40%) foram respostas positivas, com o envio dos seus dados para tratamento.



No total, estiveram envolvidas diretamente no processo de elaboração do relatório 46 entidades (entidades da CA, 9 restantes entidades subscritoras do PA da ENED, 26 ONGD e 8 ESE)⁸.

Comparativamente ao relatório anterior, podemos verificar que o panorama é idêntico (no ano transato contámos com a participação de 50 entidades), apenas com ligeiras alterações. De salientar que se verificou a manutenção de todos os atores das entidades subscritoras do PA da ENED, uma diminuição na participação das ONGD e um aumento do número de ESE.

Mantemos a certeza de que existem outras instituições que trabalham em ED mas que não se encontram dentro da tipologia de entidades que definimos para o presente relatório.

Relativamente à participação das ESE, foi notório o avanço nos contactos estabelecidos, tendo sido possível reunir os dados das instituições de Castelo Branco, da Guarda, de Leiria, de Lisboa, de Portalegre, do Porto, de Santarém e de Viana do

⁷ Para mais informações consultar Anexo 2, pág. 77.

⁸ Para a lista completa dos participantes no relatório, ver Anexo 2, pág. 77.

Castelo, tendo, entretanto, sido desencadeados contactos e processos formativos junto das ESE de Bragança, Setúbal e Viseu.

No processo de recolha dos dados, realizado através de um inquérito online, seguiu-se a estrutura do ano transato, para se permitir a comparabilidade dos dados:

<p>Secção 1 – Instituição Pergunta 1 – Nome da instituição Pergunta 2 – Tipo de instituição</p> <p>Secção 2 – Atividade Pergunta 3 – Tipo de atividade (inserida ou não em projeto de ED ou outro) Pergunta 4 – Nome do projeto/atividade; enumeração das atividades do projeto</p> <p>Secção 3 – Objetivo, Medidas e Tipologias das Atividades Pergunta 5 – Objetivo - Medidas e tipologias</p> <p>Secção 4 – Conteúdos Pergunta 6 – Temáticas</p> <p>Secção 5 – Promotores e parcerias Pergunta 7 – Entidade Promotora Pergunta 8 – Entidades Parceiras</p> <p>Secção 6 – Públicos-alvo Pergunta 9 – Públicos-alvo</p> <p>Secção 7 – Custos, financiadores e cronograma Pergunta 10 – Custo do projeto/atividade Pergunta 11 – Financiadores Pergunta 12 – Calendário do projeto/atividade</p> <p>Secção 8 – Dados geográficos Pergunta 13 – Âmbito geográfico do projeto/atividade - Local</p> <p>Secção 9 – Outras informações Pergunta 14 – Comentário final</p>
--

No presente relatório, e para tentar responder à recomendação número 4 do relatório do ano anterior⁹, inserimos um campo específico para os projetos de ED para que indiquem quais as entidades financiadoras do projeto e qual o total financiado por cada uma delas. No entanto, dados alguns problemas verificados na homogeneidade das fontes e dos métodos utilizados na fase de recolha dos dados, que dificultam a análise deste item, considerou-se ser prematuro avançar com a inclusão da informação recolhida.

Mantém-se o difícil acesso a algumas organizações não-governamentais, ficando por esclarecer se isto se deve a contactos desatualizados, à sobrecarga de trabalho, o que

⁹ «4. Que se procurem aprofundar as questões relacionadas com o volume financeiro total necessário para a execução das atividades e o peso das diferentes entidades financiadoras, em particular no que respeita à nomenclatura “projetos de ED”.»

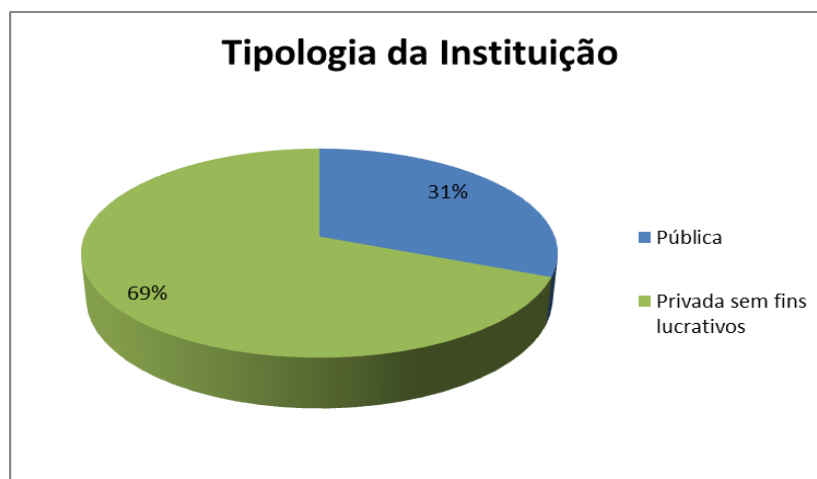
deixa pouco tempo para este tipo de tarefas, ou à falta de reconhecimento das próprias instituições relativamente ao tema. A demora sentida nas respostas das instituições, o que motivou a persistência nos contactos e a ultrapassagem dos prazos inicialmente estabelecidos, continua a verificar-se.

O tratamento dos dados foi feito em dois momentos distintos, à semelhança dos relatórios anteriores:

- numa primeira fase, fez-se a análise das atividades realizadas e da sua alocação às tipologias, medidas e objetivos, de forma a poder ter-se uma visão global sobre quais estavam a ser atingidas e quais não estavam;
- numa segunda fase, analisaram-se os dados segundo critérios pré-definidos nos Termos de Referência deste relatório: distribuição geográfica, grupos-alvo, temáticas, entidades financiadoras e parcerias.

Comparando o presente relatório com o relativo a 2012, podemos afirmar que se mantêm os principais aspetos, dos quais gostaríamos de salientar:

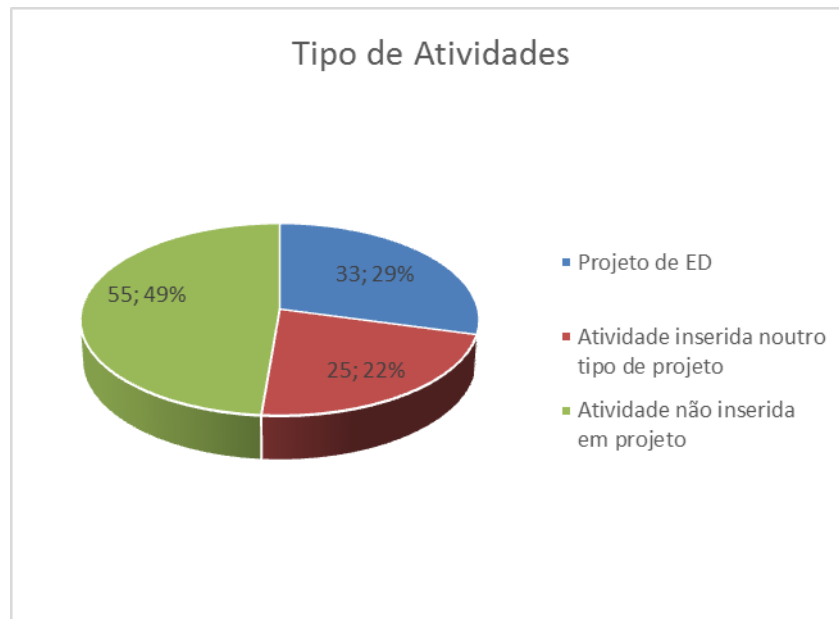
- a divisão da recolha dos dados por tipologia de instituições, com a qual se obteve o seguinte gráfico, onde observamos que, das instituições que responderam ao inquérito, 14 são públicas (31%) e 31 são privadas sem fins lucrativos (69%), comprovando-se a já referida diminuição do número de ONGD participantes e o aumento do número de ESE.



- a organização dos dados por três tipologias de "entrada" assentou em: reporte de projeto de Educação para o Desenvolvimento, reporte de atividades inseridas noutra tipo de projetos e reporte de atividades não inseridas em qualquer tipo de projeto.

Como este já é o segundo ano em que a recolha de dados é feita deste modo, já se podem realizar comparações mais seguras e não apenas por tendências, como no relatório anterior.

Atente-se no gráfico seguinte, que fornece informação relevante sobre a tipologia das atividades recolhidas:



Pela observação do gráfico, pode verificar-se que foram reportados 33 (29%) projetos de ED (menos 10 do que ano anterior), 25 (22%) atividades inseridas noutra tipo de projetos e 55 atividades avulsas (menos 14 do que no ano anterior), não inseridas em nenhum projeto, representando estas 49% dos inquéritos preenchidos, de um total de 113 inquéritos preenchidos (menos 25 do que em 2012). Poderão ter contribuído para esta diminuição vários fatores, entre os quais, a situação de contenção da despesa pública e a não abertura pelo CICL da linha de financiamento dedicada a projetos de ED, no ano de 2011.

O relatório passou por diversas fases de elaboração e de validação. A primeira foi pela Comissão de Acompanhamento. Posteriormente, foi validada em encontros com os principais atores envolvidos na recolha dos dados.

A exemplo do ano transato, foram estabelecidos os Termos de Referência que enquadram o que é esperado do presente relatório anual de acompanhamento da

ENED. Estes encontram-se apresentados em Anexo¹⁰, constituindo as linhas mestras deste e dos próximos relatórios, sempre passíveis de melhoramento.

Verificou-se, na prática, à semelhança do relatório anterior, que o próprio processo de elaboração dos relatórios anuais - desde o contacto com as instituições, à recolha de dados, ao seu tratamento e interpretação e à redação final – tem permitido um processo de aprendizagem a ser tido em conta nos anos seguintes.

¹⁰ Anexo 1, pág. 72.

D – COBERTURA DAS MEDIDAS

Em seguida, apresenta-se cada objetivo, respetivas medidas e tipologias de atividade, seguidos pelo mapeamento dos dados recolhidos, ao nível da tipologia de atividade.

OBJETIVO 1

Promover a capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil relevantes enquanto atores de ED e criar dinâmicas e mecanismos de diálogo e de cooperação institucional.

Medida 1.1. Aumento e diversificação do perfil dos agentes capacitados para promover ações de ED de qualidade.

1.1.1 Criação das condições para a constituição de sistemas de reconhecimento pelos pares de módulos de capacitação em ED

1.1.2 Promoção de ações de capacitação sobre ED, formas de intervenção e questões metodológicas implicadas na conceção, no acompanhamento e na avaliação de ações, projetos e programas de ED

1.1.3 Incentivo à introdução da ED na missão e nas perspetivas estratégicas das entidades públicas e da sociedade civil

	2013		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.1.1	-----	ESE-IPVC	FGS UCCLA
1.1.2	-----	ESE-IPVC	FGS UCCLA ISU IMVF
1.1.3	APA	ESE-IPVC	FGS UCCLA ISU IMVF Abraço

Medida 1.2. Criação de espaços e de condições para o aprofundamento concetual, temático e metodológico da ED.

1.2.1 Organização de seminários, conferências, debates sobre conceitos, temáticas e metodologias associadas à ED

1.2.2 Produção e apoio à produção de artigos e ensaios de reflexão sobre conceitos e metodologias associadas à ED

2013			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.2.1	-----	ESE-IPVC	FGS CEAUP ISU IMVF
1.2.2	-----	ESE-IPVC	FGS UCCLA Abraço

Medida 1.3. Disponibilização de informação relevante, bem como de dispositivos pedagógicos e de instrumentos de apoio à ED.

1.3.1 Reforço dos centros de recursos educativos existentes na área da ED

1.3.2 Incentivo à criação de dispositivos de informação sobre a intervenção em ED em Portugal

2013			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.3.1	-----	ESE-IPVC	FGS UCCLA ISU CIDAC
1.3.2	-----	ESE-IPVC	FGS UCCLA IMVF Abraço

Medida 1.4. Criação de oportunidades e condições para a investigação e produção de conhecimento relevante para a capacitação dos atores de ED.

1.4.1 Promoção de trabalhos de produção de conhecimento sobre a ED, envolvendo iniciativas conjuntas de instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil

2013			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.4.1	-----	ESE-IPVC	FGS UCCLA CEAUP Abraço

Medida 1.5. Estruturação de oportunidades regulares de aprofundamento da reflexão e partilha de experiências, informação, metodologias e recursos pedagógicos entre organizações.

1.5.1 Organização de encontros entre organizações pares e encontros temáticos entre instituições públicas e organizações da sociedade civil

2013			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.5.1	APA CIG PPONGD	ESE-IPVC	FGS Abraço IMVF

Medida 1.6. Implementação de mecanismos de consulta e participação no desenho e avaliação dos instrumentos de política na área da ED.

1.6.1 Identificação e criação de mecanismos de participação de representantes reconhecidos da sociedade civil no quadro dos instrumentos de conceção, tomadas de decisão e avaliação de políticas na área da ED

2013			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.6.1	-----	ESE-IPVC	-----

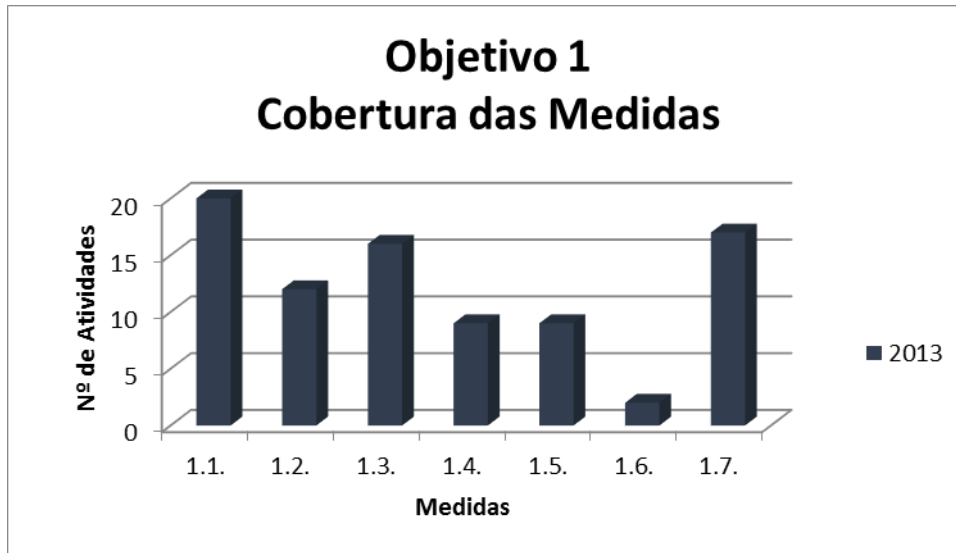
Medida 1.7. Alargamento do intercâmbio e reforço das relações entre organizações a nível nacional e internacional.

1.7.1 Organização de seminários, conferências, debates tendo por vocação o incentivo à troca de experiências entre organizações

1.7.2 Apoio e incentivo à participação de atores europeus e de países da CPLP em iniciativas de troca de experiências sobre ED

2013			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.7.1	ACM	ESE-IPVC	FGS CEAUP ISU IMVF
1.7.2	PPONGD	-----	CEAUP Abraço IMVF

Pelo tratamento dos dados apresentados acima, pudemos encontrar os seguintes resultados face às medidas do objetivo 1¹¹:



Da leitura do gráfico anterior, pode-se verificar que, no objetivo em análise, mantém-se a tendência face aos dados dos anos anteriores: as medidas que estão menos cobertas e, portanto, a necessitar de maior atenção, são as 1.4, 1.5 e 1.6, que se referem, respetivamente, à investigação e produção de conhecimento relevante para a capacitação dos atores de ED, à criação de oportunidades regulares de aprofundamento da reflexão e partilha de experiências, informação, metodologias e recursos pedagógicos entre organizações e a mecanismos de consulta e participação no desenho e avaliação dos instrumentos de política na área da ED. Saliente-se, no entanto, um aumento dos valores das medidas 1.4 e 1.5.

A medida mais coberta deste primeiro objetivo continua a ser a ligada à formação de agentes de ED (1.1).

De realçar face ao ano anterior:

- a diminuição relativa à medida 1.2, disponibilização de informação sobre a ED;
- o aumento de referências à medida 1.3, tendência que contraria a verificada no ano 2012 face aos relatório de 2010-2011;

¹¹ Para uma leitura comparativa com 2012, consultar o gráfico da página 19 do Relatório de Acompanhamento 2012.

- o ligeiro decréscimo das atividade de organização e dinamização de momentos de troca de experiências sobre ED, quer a nível nacional como a nível internacional (1.7).

OBJETIVO 2

Promover a consolidação da ED no setor da educação formal em todos os níveis de educação, ensino e formação, contemplando a participação das comunidades educativas.

Medida 2.1 Integração da ED na formação inicial que profissionaliza para a função docente.

2.1.1 Identificação de módulos existentes sobre ED na formação inicial de educadores e professores

2.1.2 Conceção, realização e avaliação de módulos sobre ED na formação inicial de educadores e professores

2013			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
2.1.1		ESE-IPL ESE-IPP ESECD-IPG ESE-IPPg ESE-IPCB	
2.1.2		ESE-IPCB ESECD-IPG ESE-IPSa ESE-IPP ESECS-IPLeiria ESE-IPL ESE-IPVC	

Medida 2.2. Elaboração de materiais de orientação pedagógica para profissionais de educação e formação e outros agentes educativos e desenvolvimento de materiais didáticos que apoiem a realização de projetos e intervenções educativas de ED.

2.2.1 Elaboração de materiais de orientação pedagógica sobre ED dedicados aos educadores e professores dos vários níveis e ciclos de ensino e educação

2.2.2 Elaboração, divulgação e disponibilização de materiais didáticos e projetos elaborados por entidades diversas

2013			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
2.2.1	DGE APEDI	ESE-IPPg ESECD-IPG ESE-IPSa ESE-IPVC	FGS AIDGLOBAL UCCLA SOPRO E&O FEC IMVF
2.2.2	CNU CIG APEDI	ESECD-IPG ESE-IPSa ESE-IPL ESECS-IPLeiria ESE-IPVC	VIDA FGS UCCLA SOPRO E&O CIDAC IMVF

Medida 2.3. Promoção de trabalho colaborativo entre os estabelecimentos de educação e ensino e formação e entidades públicas e privadas que intervêm em ED.

2.3.1 Promoção de projetos colaborativos de ED no setor da Educação Formal

2.3.2 Promoção a nível regional do registo de ações e projetos envolvendo estabelecimento de ensino e educação e atores de ED públicos ou privados

2.3.3 Promoção ao nível regional do registo de encontros envolvendo estabelecimento de ensino e educação e atores de ED público ou privados

2013			
	Entidades Subscritoras do PA	ESSE	ONGD
2.3.1	CNU DGE APA APEDI	ESECD-IPG ESE-IPSa ESE-IPL ESE-IPVC ESE-IPP	FGS UCCLA SOPRO CEAUP E&O

			FEC CIDAC
2.3.2	APEDI	ESE-IPP ESECD-IPG	UCCLA SOPRO E&O
2.3.3	APEDI	ESE-IPSa ESE-IPP ESECS-IPLeiria	AIDGLOBAL UCCLA SOLSEF

Medida 2.4. Desenvolvimento da formação contínua para profissionais de educação e formação e outros agentes educativos, e sensibilização dos e das responsáveis pela gestão dos agrupamentos de escolas e junto das comunidades educativas.

2.4.1 Conceção, realização e avaliação de módulos de formação contínua de educadores e professores

2013			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
2.4.1	APEDI CIG	ESE-IPSa ESE-IPPg ESE-IPVC	FGS AIDGLOBAL UCCLA SOPRO E&O FEC

Medida 2.5. Promoção de trabalho de investigação sobre ED nas instituições de ensino superior em relação com pares internacionais do Norte e do Sul.

2.5.1 Promoção de trabalhos de investigação sobre ED, de preferência com participação internacional

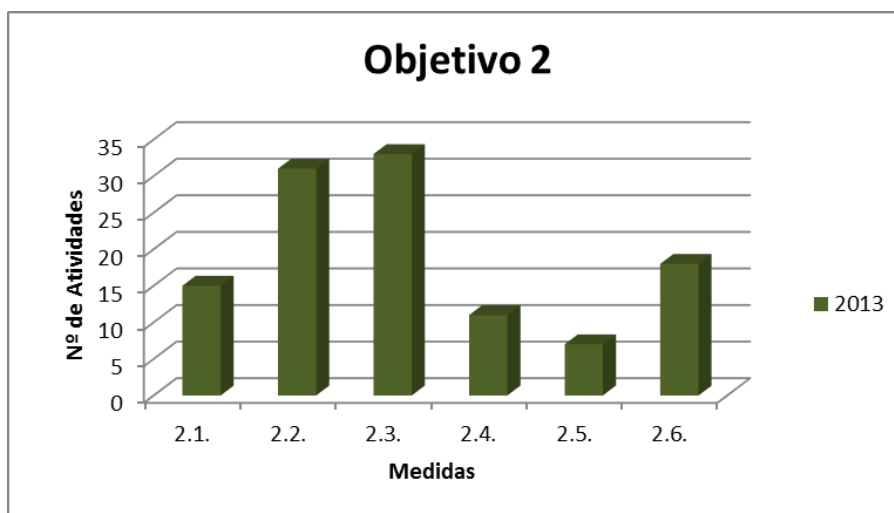
2013			
	Entidades Subscritoras do PA	ESSE	ONGD
2.5.1	APEDI ASPEA	ESE-IPL ESECS-IPLeiria	FGS CEAUP E&O

Medida 2.6. Criação de condições para a afirmação das escolas e agrupamentos como organizações de educação para a cidadania que inclua a dimensão do desenvolvimento.

2.6.1 Promoção de reflexão sobre a dimensão da Educação para a Cidadania Global dos projetos educativos das escolas e agrupamentos escolares

2013			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
2.6.1	CIG APA APEDI PPONGD CNU	ESECD-IPG ESE-IPSa ESE-IPVC ESECS-IPLeiria	VIDA FGS AIDGLOBAL UCCLA SOPRO CIDAC IMVF Médicos.M

A análise dos dados apresentados acima permite apresentar os seguintes resultados face às medidas do objetivo 2, dedicado à educação formal¹²:



¹² Para uma leitura comparativa com 2012, consultar o gráfico da página 23 do Relatório de Acompanhamento 2012.

Neste objetivo mantém-se a clara predominância das medidas 2.2 e 2.3, relativas à elaboração e divulgação de materiais pedagógicos e à promoção do trabalho colaborativo entre estabelecimentos de educação e outras entidades públicas e da sociedade civil.

De ressaltar o contínuo aumento do relevo dado à medida 2.1, que se refere à integração da ED na formação inicial de docentes e que era, no relatório de 2010-2011, a medida menos coberta do objetivo 2, tendo no relatório de 2012 já demonstrado um avanço. Não será de subestimar, para estes valores, a envolvimento cada vez maior de Escolas Superiores de Educação na implementação da ENED.

As medidas 2.4 e 2.6, referentes a atividades como a formação contínua para profissionais de educação e a criação de condições para a afirmação das escolas e agrupamentos como organizações de educação para a cidadania que inclua a dimensão do desenvolvimento, mantêm a tendência e os valores aproximados face aos dados de 2012.

A medida 2.5 mantém-se a medida do objetivo 2 com o menor número de iniciativas reportadas em 2013, evidenciando a necessidade do reforço de trabalhos de investigação em ED nas instituições de ensino superior.

OBJETIVO 3

Promover o reforço da ED na educação não formal, contemplando a participação de grupos diversos da sociedade portuguesa

Medida 3.1. Promoção do reconhecimento das OSC enquanto importantes dinamizadoras de atividades de educação não formal de ED.

3.1.1 Realização e apoio à divulgação de atividades entre organização da sociedade civil e entidades públicas

2013			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
3.1.1	ASPEA CNJ	-----	AIDGLOBAL UCCLA GRAAL CPR E&O IMVF

Medida 3.2 Criação de condições para o incremento das ações de ED em contexto não formal e da sua qualidade.

3.2.1 Criação de iniciativas de promoção da colaboração entre organizações diversas de forma a potenciar a qualidade das ações de ED

3.2.2 Criação de iniciativas que incentivem a promoção de projetos de ED por parte de organizações de juventude

2013			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
3.2.1	ASPEA CNJ	-----	AIDGLOBAL UCCLA GRAAL E&O HELPO IMVF
3.2.2	CNJP ASPEA CNJ	-----	Batoto UCCLA ADRA RostoSol LD E&O IMVF

Medida 3.3 Promoção da formação de agentes que desenvolvem atividades de ED e reconhecimento das competências adquiridas através da sua prática formativa.

3.3.1 Organização de ações de capacitação dedicadas a formadores de ED sobre formas de intervenção e questões metodológicas implicadas na conceção, no acompanhamento e na avaliação de ações, projetos e programas de ED

3.3.2 Organização de ações de capacitação sobre o conceito de ED e as diferentes formas de intervenção, em particular a sensibilização e a influência política, dedicadas a jovens, com enfoque nos estudantes de comunicação social

3.3.3 Desenvolvimento de processos que tenham em vista a criação de um modelo de competências formativas na área da ED

2013			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
3.3.1		ESE-IPVC	UCCLA RostoSol CEAUP LD IMVF
3.3.2		-----	UCCLA LD
3.3.3	ASPEA CNJ	-----	WACT UCCLA ADRA RostoSol LD E&O IMVF

Medida 3.4 Promoção da elaboração e divulgação de materiais e recursos educativos de qualidade.

3.4.1 Identificação, divulgação, disponibilização e avaliação de materiais e recursos educativos existentes

2013			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
3.4.1	ASPEA CNJ	-----	Batoto AIDGLOBAL UCCLA ADRA CPR RostoSol E&O HELPO IMVF

Medida 3.5 Promoção da articulação, troca de experiências e conhecimento mútuo, a nível nacional e internacional, entre atores da educação não formal entre si e destes com a educação formal.

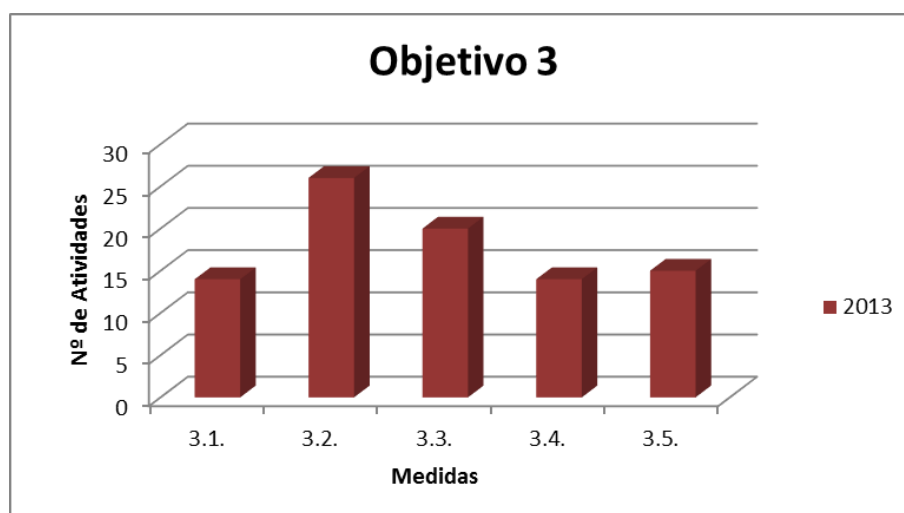
3.5.1 Organização de seminários, conferências, debates tendo por vocação o incentivo ao interconhecimento e a troca de experiências entre atores da educação formal e não formal

3.5.2 Apoio e incentivo à participação de atores europeus, de países do espaço de língua portuguesa e da América Latina em iniciativas de troca de experiências entre atores da educação formal e não formal

3.5.3 Apoio à participação de delegações portuguesas compostas por atores da educação formal e não formal em eventos e redes internacionais de ED

	2013		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
3.5.1	ASPEA CNJ	ESE-IPVC	Batoto UCCLA E&O IMVF
3.5.2		-----	Batoto UCCLA
3.5.3		-----	ADRA IMVF

Os dados apresentados permitem obter a seguinte análise das medidas do objetivo 3, cuja tónica recai sobre a educação não formal¹³:



¹³ Para uma leitura comparativa com 2012, consultar o gráfico da página 28 do Relatório de Acompanhamento 2012.

A medida 3.2, relativa ao incremento de atividade de ED em contexto não formal, mantém-se a mais coberta no objetivo 3, apesar de se verificar uma diminuição dos valores absolutos nas atividades reportadas.

Relativamente à formação de agentes de ED, na medida 3.3, a segunda mais expressiva, verifica-se a manutenção dos valores. O mesmo sucedendo com a medida 3.1, referente à promoção do reconhecimento das organizações da sociedade civil enquanto importantes dinamizadoras de atividades de educação não formal de ED, que mantém a sua pouca expressividade, sendo, neste objetivo, a medida com menos atividades.

De salientar a recuperação do número de atividades da medida 3.4, referente à promoção de materiais e recursos que, no relatório anterior, apresentava uma grande diminuição da sua expressividade, e a diminuição dos valores absolutos das atividades reportadas referentes à medida 3.5, dedicada à troca de experiências entre educação formal e não formal, a nível nacional e internacional.

OBJETIVO 4

Promover atividades de sensibilização e de influência política implicando a concertação entre atores.

Medida 4.1 Promoção de ações de sensibilização que integrem dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências, no quadro da ED

4.1.1. Campanhas de sensibilização sobre temáticas de ED

4.1.2 Desenvolvimento de metodologias e elaboração de instrumentos que permitam a reflexão e a partilha de aprendizagens a partir de campanhas

4.1.3 Organização de campanhas que utilizam as metodologias e instrumentos que permitam a reflexão e a partilha de aprendizagens

2013			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.1.1	IPDJ	ESE-IPVC	ADPM OIKOS PAR MONTE CIDAC

			IMVF
4.1.2	-----	-----	OIKOS PAR E&O CIDAC IMVF
4.1.3	-----	-----	ADPM PAR E&O IMVF

Medida 4.2. Promoção de ações de sensibilização que fomentem as capacidades e competências de concertação entre atores.

4.2.1 Ações de sensibilização de ED desenvolvidas em parceria com experiências registadas

2013			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.2.1	CNJ PPONGD	-----	OIKOS PAR MONTE E&O IMVF

Medida 4.3 Promoção de ações de sensibilização que consolidem a articulação com jornalistas e com os *media*, sejam estes de grande circulação, de alcance local, especializados ou de comunicação digital (blogues, wikis e redes sociais).

4.3.1 Ações de sensibilização de ED com a participação ativa de profissionais da comunicação social

4.3.2 Ações de sensibilização de ED que utilizam privilegiadamente os media

2013			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.3.1	-----	-----	OIKOS MONTE IMVF

4.3.2	CNJ PPONGD	ESE-IPVC	OIKOS MONTE IMVF
-------	---------------	----------	------------------------

Medida 4.4 Promoção da participação em ações de sensibilização de âmbito internacional que permitam ampliar os respetivos impactos.

4.4.1 Participação portuguesa em campanhas internacionais de sensibilização de ED

2013			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.4.1	PPONGD CNJ	ESE-IPVC	OIKOS PAR E&O IMVF

Medida 4.5 Promoção de ações de influência política que integrem dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências, no quadro da ED.

4.5.1 Ações de influência política no quadro da ED

4.5.2 Ações de influência política no quadro da ED com registo de metodologias e produtos elaborados

2013			
	Entidades Subscritoras do PA	ESSE	ONGD
4.5.1	CNJ	-----	OIKOS PAR MONTE IMVF
4.5.2	PPONGD CNJ	-----	MONTE

Medida 4.6 Promoção de ações de influência política que fomentem as capacidades e competências de concertação entre atores.

4.6.1 Ações de influência política no quadro da ED concebidas, executadas e avaliadas em parceria por conjuntos de atores diversos com a experiência registada

2013			
	Entidades Subscritoras do PA	ESSE	ONGD
4.6.1	PPONGD CNJ	-----	OIKOS PAR FEC IMVF

Medida 4.7 promoção de ações de influência política que consolidem a articulação com vários tipos de *media* e jornalistas.

4.7.1 Ações de influência política no quadro da ED que utilizam a colaboração com os profissionais da comunicação social e com os *media*

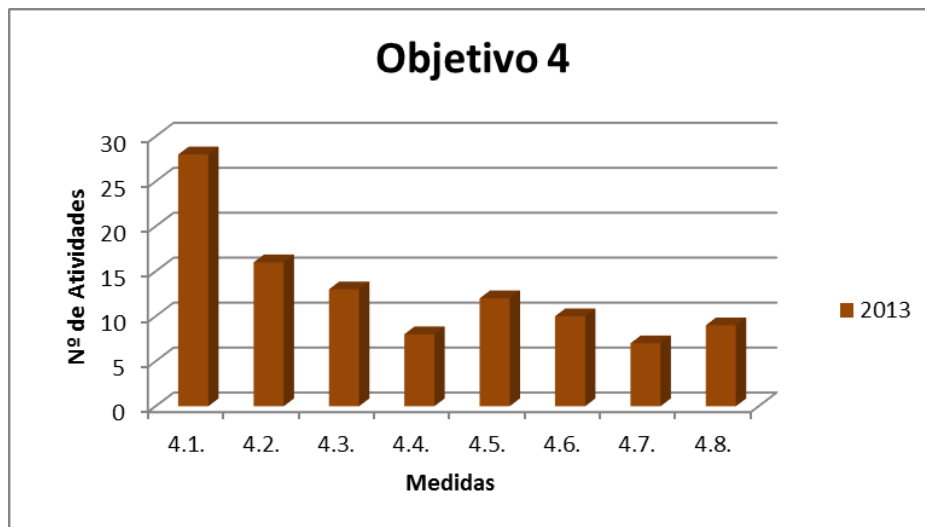
2013			
	Entidades Subscritoras do PA	ESSE	ONGD
4.7.1	PPONGD CNJ CIG	-----	OIKOS IMVF

Medida 4.8 Promoção de participação em ações de influência política de âmbito internacional que permitam ampliar os respetivos impactos.

4.8.1 Participação portuguesa em ações de influência política no quadro da ED de iniciativa e âmbito internacionais

2013			
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.8.1	CNJ PPONGD	-----	OIKOS PAR E&O FEC IMVF

Com os dados recolhidos para o objetivo 4, direcionado para atividades pudemos construir o seguinte gráfico¹⁴:



O objetivo 4 está direcionado para atividades de sensibilização e influência política, sendo que as quatro primeiras medidas nos remetem para a sensibilização e as quatro últimas para a influência política.

A análise deste gráfico permite-nos observar que se mantêm parte das tendências do relatório do ano anterior, com algumas exceções:

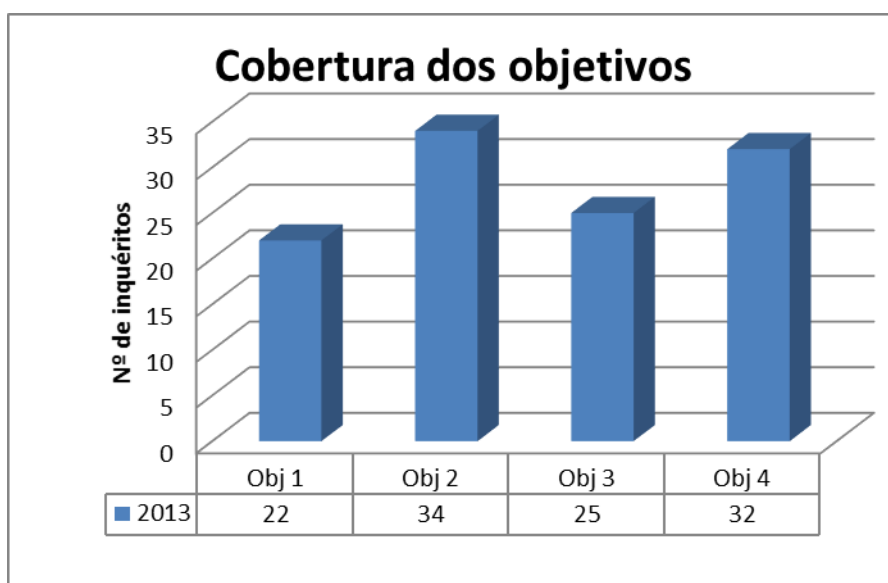
¹⁴ Para uma leitura comparativa com 2012, consultar o gráfico da página 34 do Relatório de Acompanhamento 2012.

- a medida 4.1, referente a informação sobre atividades de promoção de ações de sensibilização, mantém-se claramente distanciada das outras, no entanto, sofre uma elevada diminuição do número absoluto de atividades reportadas;
- a medida 4.2, que preconiza a “promoção de ações de sensibilização que fomentem as capacidades e competências de concertação entre atores”, e a medida 4.3, ligada à sensibilização através da comunicação social, trocam de posições provocada pela diminuição das atividades reportadas na medida 4.3 (tendência já verificada desde o relatório de 2010-2011) e por um ligeiro aumento da cobertura da medida 4.2;
- as medidas 4.4, 4.5 e 4.6, relativas à influência política, registam um ligeiro aumento face a 2012;
- a medida 4.7, apesar de se manter a medida menos coberta deste objetivo, apresenta um ligeiro aumento na sua cobertura.

LEITURA DE DADOS POR OBJETIVO

Após uma leitura dos dados, medida a medida, julga-se ser importante uma leitura dos dados globais, por objetivo. Afinal, qual(is) o(s) objetivo(s) em que se apostou mais no último ano? Qual(is) o(s) que necessita(m) de maior atenção? Qual a tendência face aos últimos anos?

Iniciamos com uma leitura por número de inquéritos preenchidos¹⁵:



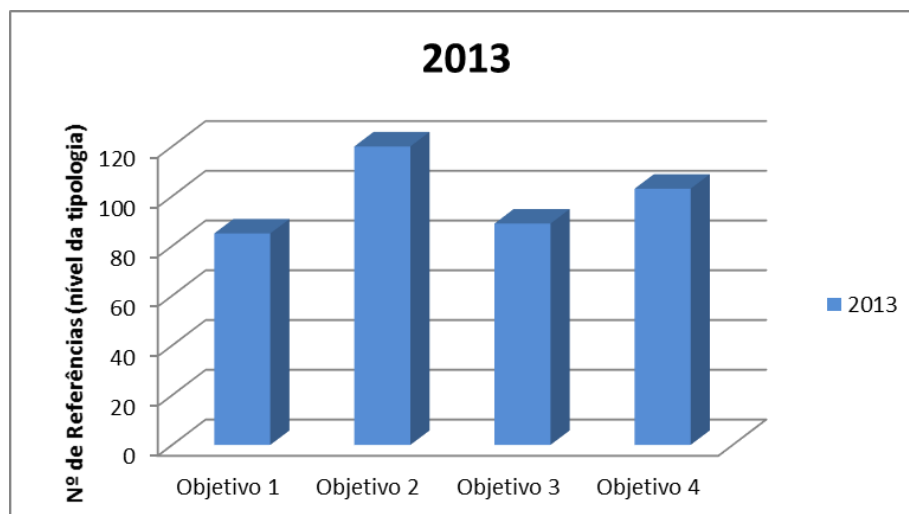
¹⁵ Para uma leitura comparativa com 2012, consultar o gráfico da página 36 do Relatório de Acompanhamento 2012.

Este gráfico permite-nos perceber que dos 113 inquéritos preenchidos, 22 se inserem no objetivo 1 (19.5%), 34 no objetivo 2 (30.1%), 25 no objetivo 3 (22.1%) e 32 no objetivo 4 (28.3%).

Apesar da diminuição global dos valores (relembra-se que no ano passado conseguiu-se o valor de 138 inquéritos preenchidos) a distribuição dos inquéritos por objetivo mantém-se, sendo os objetivos 2 e 4 os mais cobertos e os objetivos 3 e 1 como os menos cobertos, exatamente na ordem do ano anterior.

Detendo-nos numa análise mais aprofundada da variação do peso relativo dos objetivos, em percentagem, percebe-se que o objetivo 1 subiu ligeiramente (de 19% para 19.5%), verificando-se a mesma situação no objetivo 2 (de 29% para 30.1%). Já no objetivo 3 e 4 encontra-se a situação contrária, o 3º com uma descida de 24% para 22.1% e o 4º de 29% para 28,3%.

Após uma análise dos inquéritos, podemos efetuar uma análise pela alocação das medidas às tipologias, como vemos no gráfico seguinte¹⁶:

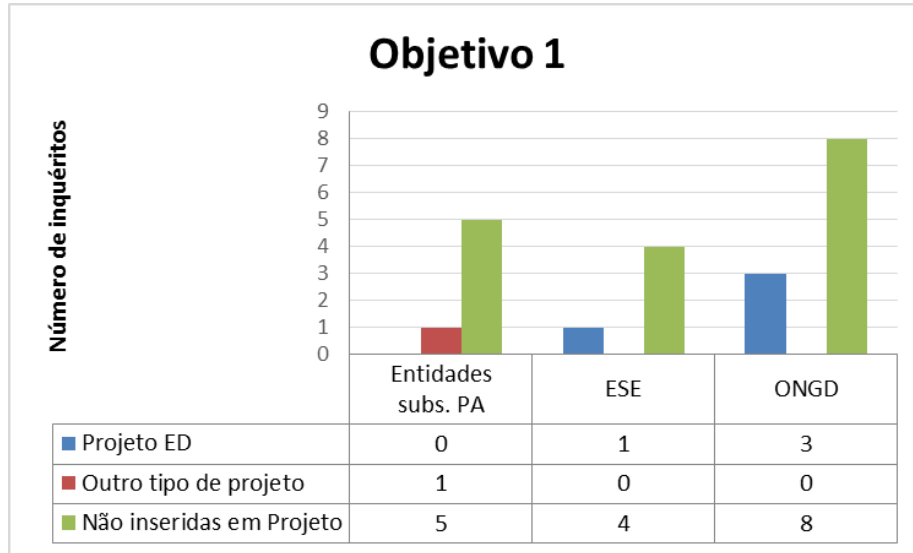


Interessante verificar que as tendências se mantêm, caso se faça uma análise por inquérito ou por tipologia de atividades (recorde-se que cada inquérito, caso reporte um projeto ou uma atividade pode fazer referência a diversas tipologias de atividades e, por isso, esta nossa análise diferenciada). De salientar uma ligeira descida dos valores referentes às tipologias do objetivo 4.

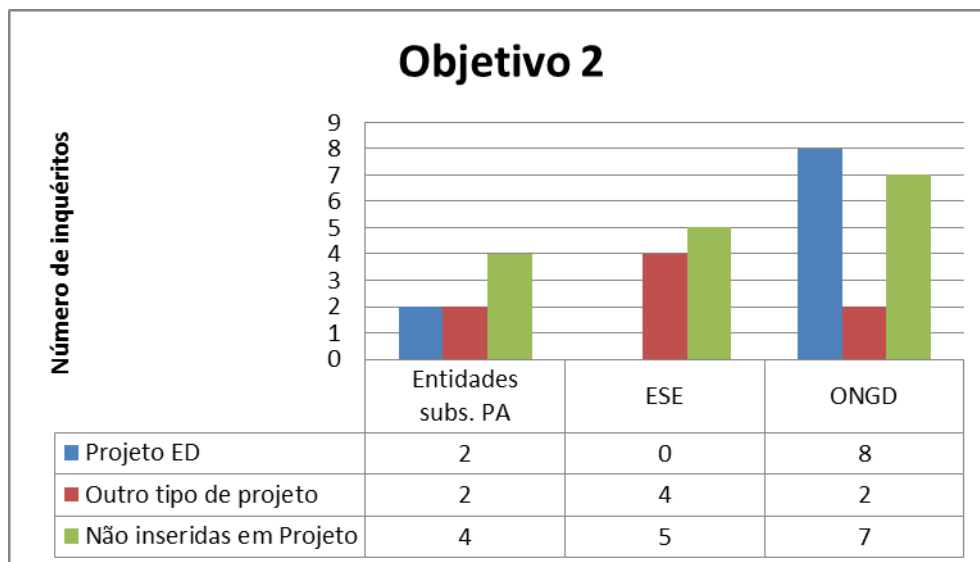
A exemplo do relatório de 2012, com a introdução das três categorias de inquérito – referente a projeto ED, a atividades inseridas noutra tipo de projeto ou atividades não

¹⁶ Para uma leitura comparativa com 2012, consultar o gráfico da página 37 do Relatório de Acompanhamento 2012.

inseridas em projeto, podemos observar como se relacionam o número de inquéritos preenchidos com os principais atores. Observemos os dados:

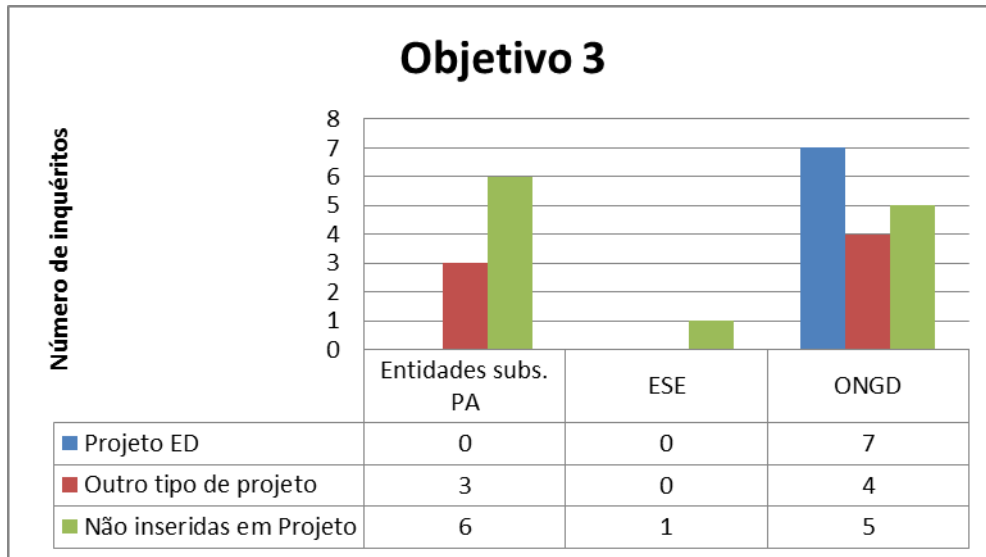


Para o objetivo 1¹⁷ pode comprovar-se uma diminuição considerável relativamente à existência de projetos de ED, de 8 para 4, sobretudo no que respeita às entidades subscritoras do PA da ENED (de 3 para 0). Pode ainda observar-se um incremento das atividades não inseridas em projetos dentro deste objetivo de capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil.

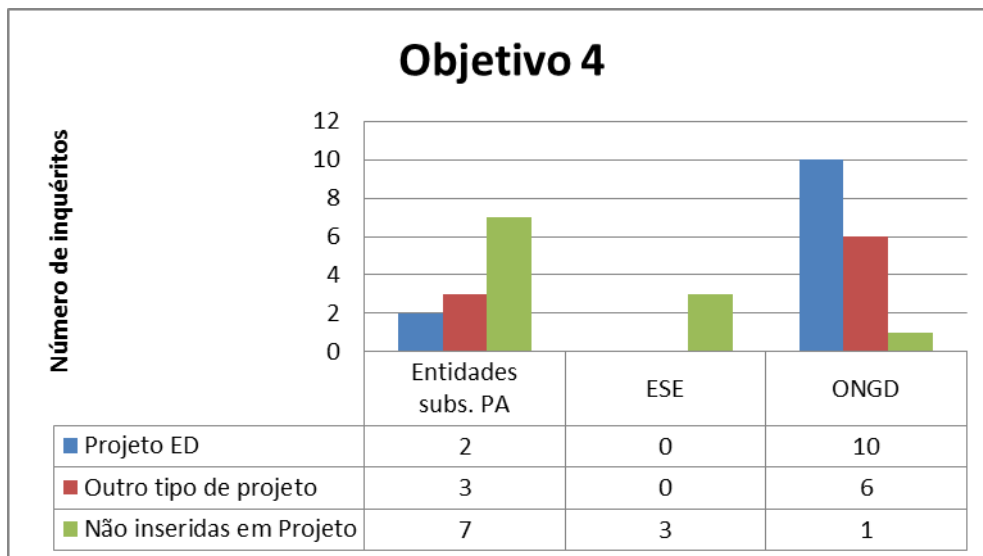


¹⁷ Para uma leitura comparativa com 2012, consultar o gráfico da página 38 do Relatório de Acompanhamento 2012.

Relativamente ao objetivo 2¹⁸, a alteração que mais se salienta é, sem dúvida, a diminuição de projetos de ED implementados pelas ONGD, com a passagem do reporte de 12 para 8 projetos.



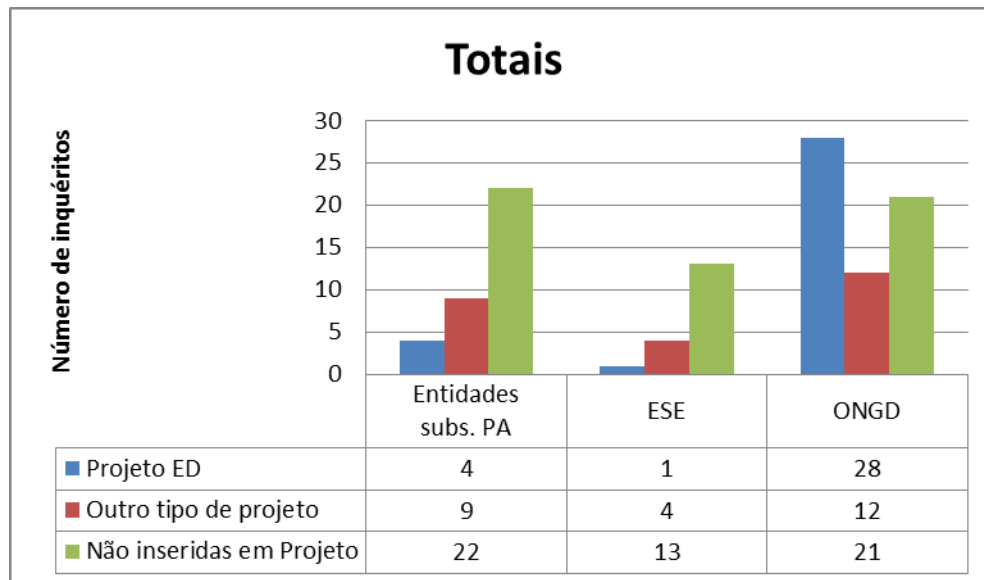
O objetivo 3¹⁹, dedicado à educação não formal, também revela uma diminuição do número de projetos (de 11 para 7), mantendo-se a clara predominância das ONGD enquanto atores privilegiados neste objetivo, dentro das respostas obtidas.



¹⁸ Para uma leitura comparativa com 2012, consultar o gráfico da página 39 do Relatório de Acompanhamento 2012.

¹⁹ Para uma leitura comparativa com 2012, consultar o gráfico da página 40 do Relatório de Acompanhamento 2012.

Face ao objetivo 4²⁰, pode concluir-se que houve um aumento no número de projetos reportados – de 10 para 12 projetos – assistindo-se a uma maior diversificação das entidades responsáveis pelos mesmos. Em sentido contrário, observa-se a diminuição do número de atividades reportadas, quer inseridas noutra tipo de projetos, quer não inseridas em projetos (nesta tipologia, passa-se de 17 para 11).



Para termos uma ideia geral da distribuição do tipo de atividades a que nos referimos pela tipologia de atores promotores das mesmas²¹, podemos verificar que:

- no geral, os valores absolutos diminuíram, correspondendo à diminuição de entidades envolvidas e ao menor número de inquéritos respondidos;
- as ONGD mantêm a sua posição de maior representatividade (são também a tipologia de atores mais numerosa) ao nível do número de atividades, no geral, e um particular número de projetos de ED;
- a exemplo do ano passado, existe um número significativo de outro tipo de projetos que englobam atividades de ED;
- mantém-se a grande expressividade de atividades não inseridas em qualquer tipo de projeto, representando o maior número de atividades reportadas.

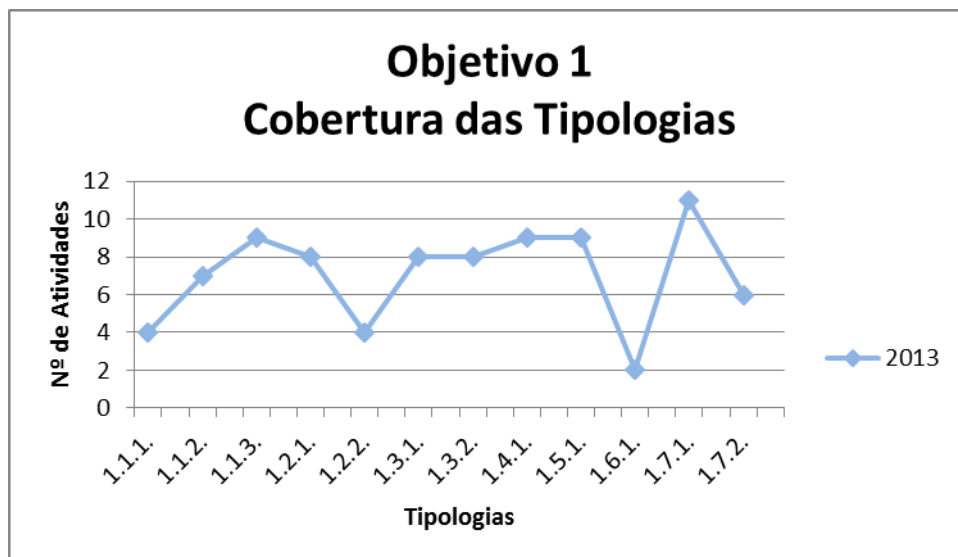
²⁰ Para uma leitura comparativa com 2012, consultar o gráfico da página 40 do Relatório de Acompanhamento 2012.

²¹ Para uma leitura comparativa com 2012, consultar o gráfico da página 41 do Relatório de Acompanhamento 2012.

LEITURA DE DADOS POR TIPOLOGIA DE ATIVIDADE

Após uma análise dos dados com base nas medidas e com base nos objetivos, pode-se ainda ir ao nível das tipologias de atividade, verificando quais as tipologias que foram identificadas pelas entidades contactadas como sendo as tipologias mais cobertas pelas suas atividades. Os quadros seguintes apresentam essa informação, agrupada por objetivo.

Iniciemos pelo objetivo 1²²:



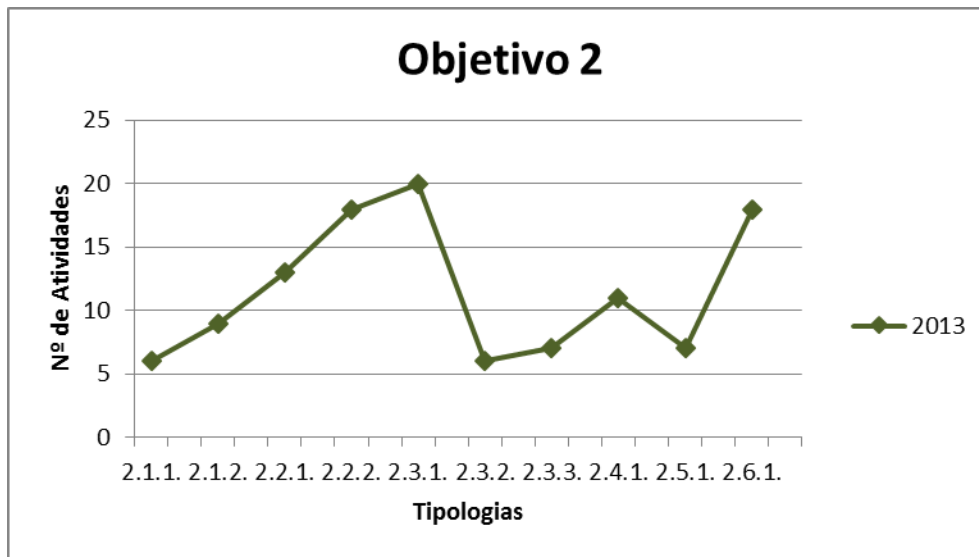
Mantém-se a tendência positiva da tipologia 1.7.1 que diz respeito à organização de seminários, conferências e debates sobre ED, a nível nacional e internacional, e a tendência negativa da tipologia 1.6.1, referente à identificação e à criação de mecanismos de participação de organizações reconhecidas enquanto representantes da sociedade civil no quadro dos instrumentos de conceção, tomadas de decisão e avaliação de políticas na área da ED.

²² Para uma leitura comparativa com 2012, consultar o gráfico da página 42 do Relatório de Acompanhamento 2012.

A tipologia 1.1.1, que se debruça sobre a criação das condições para a constituição de sistemas de reconhecimento pelos pares de módulos de capacitação em ED, apresenta melhores resultados no ano de 2013.

De salientar a melhoria das tipologias 1.3.1, 1.3.2, 1.4.1 e 1.5.1 e a diminuição relativa à tipologia 1.2.2, referente à “produção e apoio à produção de artigos e ensaios de reflexão sobre conceitos e metodologias associadas à ED”.

Passando para o objetivo 2²³:

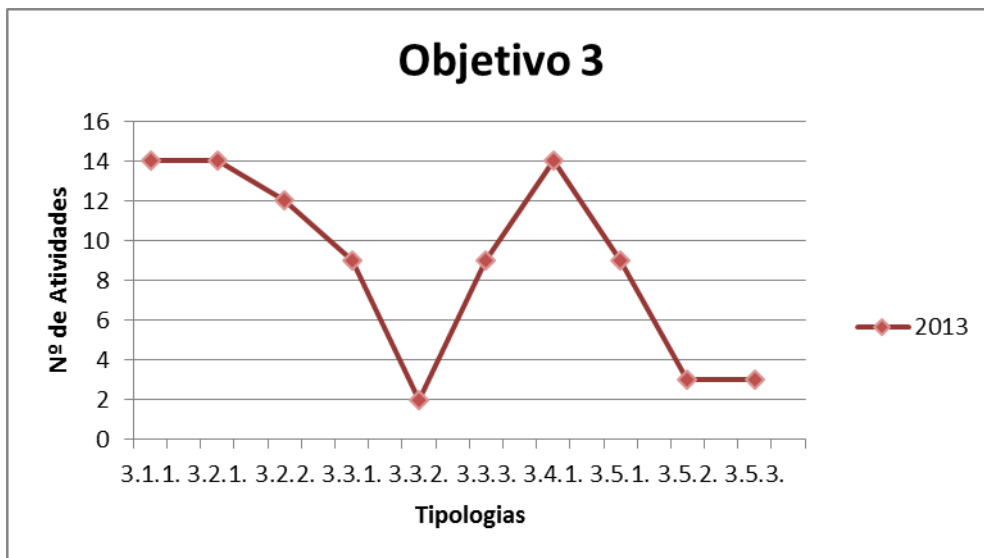


Relativamente ao objetivo 2 mantém-se a primazia das tipologias 2.3.1 e 2.6.1, referentes à promoção e projetos colaborativos de ED no setor da educação formal, o que é compreensível dada a clareza de redação das tipologias e a sua grande abrangência.

De salientar, a continuidade da tendência verificada no último relatório relativa à melhoria na cobertura das tipologias 2.1.1 e 2.1.2, sobre a existência de módulos de ED na formação inicial de docentes, e 2.3.2, ligada à existência de projetos colaborativos de entidades públicas de ensino e organizações da sociedade civil, a nível regional, que, no relatório de 2010-2011 eram quase inexistentes. Esta alteração poderá ser justificável pela maior participação das ESE no relatório.

As medidas menos cobertas do objetivo 2 continuam a ser as tipologias 2.3.2 e 2.3.3, talvez pela forma da sua redação, com a indicação “regional”.

²³ Para uma leitura comparativa com 2012, consultar o gráfico da página 43 do Relatório de Acompanhamento 2012.



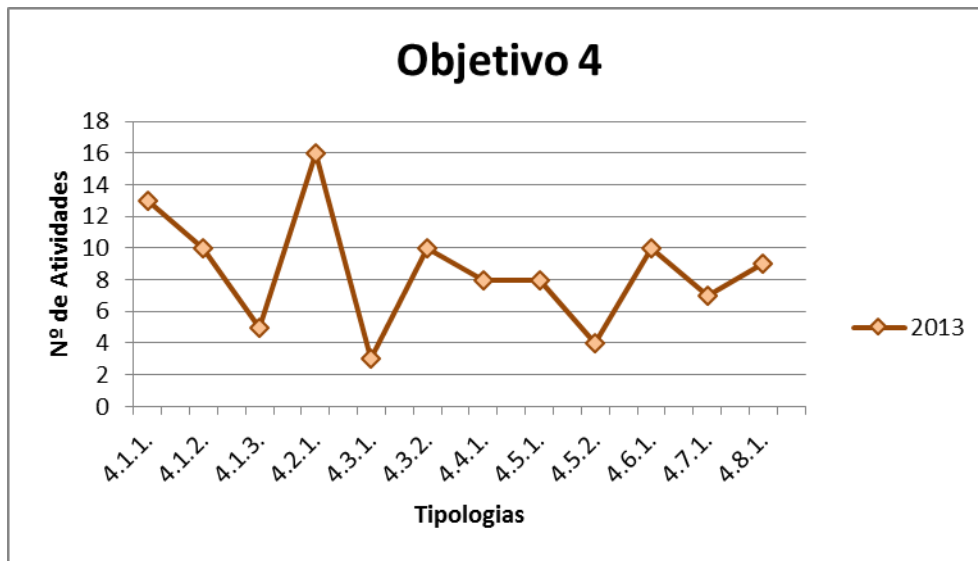
O objetivo 3, dedicado à educação não formal, mantém a sua especificidade de apresentar situações bastante díspares relativamente aos relatórios dos anos anteriores²⁴.

Sublinham-se as tipologias 3.1.1, 3.2.1 e 3.4.1 como as mais cobertas, sendo referentes a atividades realizadas entre OSC e entidades públicas, à criação de iniciativas de promoção da colaboração entre organizações diversas de forma a potenciar a qualidade das ações de ED e à identificação, divulgação, disponibilização e avaliação de materiais e recursos educativos existentes.

É de salientar, pelo lado negativo, a descida abrupta relativa à tipologia 3.3.2, sobre a organização de ações de capacitação sobre o conceito de ED e as diferentes formas de intervenção, em particular a sensibilização e a influência política, dedicadas a jovens, com enfoque nos estudantes de comunicação social, indo ao encontro do que sucedeu no relatório de 2010-2011.

Mantêm-se as tendências diminutas referentes às tipologias 3.5.2 (apoio e incentivo à participação de atores europeus, de países do espaço de língua portuguesa e da América Latina em iniciativas de troca de experiências entre atores da educação formal e não formal) e 3.5.3 (apoio à participação e delegações portuguesas compostas por atores da educação formal e não formal em eventos e redes internacionais de ED).

²⁴ Para uma leitura comparativa com 2012, consultar o gráfico da página 44 do Relatório de Acompanhamento 2012.



No objetivo 4²⁵, salienta-se o claro aumento da tipologia 4.2.1, referente a atividades de sensibilização, bem como uma diminuição das tipologias 4.1.1 e da 4.3.2, tipologias mais representativas no relatório anterior, que englobam, respetivamente, campanhas de sensibilização sobre temáticas de ED e ações que privilegiam os meios de comunicação social.

Registe-se a diminuição, ainda da cobertura das tipologias 4.1.3 (Organização de campanhas que utilizam as metodologias e instrumentos que permitam a reflexão e a partilha de aprendizagens) e 4.3.1 (Ações de sensibilização de ED com a participação ativa de profissionais da comunicação social).

As tipologias relativas à influência política (4.4.1, 4.5.1, 4.5.2, 4.6.1, 4.7.1 e 4.8.1) mantêm, em traços gerais, as tendências do relatório anterior, necessitando de uma atenção reforçada, como já foi referido.

Os dois objetivos finais, respetivamente 5 e 6, estão relacionados com atividades específicas da Comissão de Acompanhamento enquanto principal responsável pelo cumprimento da ENED e pela execução do Plano de Ação. Estes serão analisados de seguida.

²⁵ Para uma leitura comparativa com 2012, consultar o gráfico da página 45 do Relatório de Acompanhamento 2012.

OBJETIVO 5**Atividades de dinamização da ENED****5.1 Organização de Jornadas anuais temáticas de formação em ED, por iniciativa, em paridade, de entidades públicas e da sociedade civil.**

5.1.1 Promoção de uma mostra regular e contextualizada de materiais e recursos educativos no quadro das Jornadas anuais de ED

5.1.2 Participação de convidados internacionais (peritos e/ou representantes de uma entidade pública ou de organizações da sociedade civil relevantes, do Norte ou do Sul) em cada Jornada anual de ED

	2013
	Comissão de Acompanhamento da ENED
5.1	1

No ano de 2013 foram realizadas as III Jornadas ED²⁶, durante o mês de maio.

Estas Jornadas tiveram como tema *Educação para o Desenvolvimento e outras "Educações para..."*, em linha com uma das Recomendações do Relatório de Acompanhamento da ENED de 2010/2011. O programa incluiu, entre outras, uma intervenção de uma convidada internacional, Manuela Mesa, diretora da organização CEIPAZ - Fundación Cultura de Paz.

5.2 Organização de um Fórum anual de ED, por iniciativa, em paridade, de duas instituições públicas (uma delas, o IPAD) e duas plataformas da sociedade civil (uma delas, a Plataforma Portuguesa das ONGD).

5.2.1 Participação de convidados internacionais (representantes de entidades públicas ou de organizações da sociedade civil relevantes, do Norte ou do Sul) em cada Fórum anual de ED

5.2.2 Apresentação e reflexão sobre práticas que envolvam a articulação, troca de experiências e conhecimento mútuo, a nível nacional e internacional, entre atores da educação não formal e destes com a educação formal, no quadro do Fórum anual de ED

²⁶ A memória da iniciativa pode ser acedida aqui: http://cdn.rede-camoes.com/images/pdf_noticias/3jornadas_ed_relatr.pdf

5.2.3 Participação dos atores envolvidos nas ações de sensibilização e presença das seguintes problemáticas nas edições do Fórum anual da ED: dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências e capacidades e competências de concertação entre atores

5.2.4 Participação dos atores envolvidos nas ações de influência política e presença das seguintes problemáticas nas edições do Fórum anual da ED: dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências e capacidades e competências de concertação entre atores

	2013
	Comissão de Acompanhamento da ENED
5.2	-----

Em 2013 ainda não foi possível realizar o Fórum anual de ED por falta de disponibilidade para dar resposta, num mesmo ano, à organização das Jornadas e do Fórum.

OBJETIVO 6**Planificação, Acompanhamento e Avaliação da ENED****6.1 Planificação da ENED**

6.1.1 Exercícios de Planificação anual

2013	
Comissão de Acompanhamento da ENED	
6.1.1	1

Para o ano de 2013 foi possível realizar uma planificação anual das atividades de ED, onde constassem os dados das entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED.

Os dados das instituições foram recolhidos através de um inquérito online, seguindo o modelo do reporte de atividades para os relatórios anuais de atividades. No final, foi elaborado um documento com os principais achados, o qual foi distribuído pelos atores envolvidos no processo (entidades subscritoras do PA da ENED, ONGD inscritas na Plataforma e ESE).

6.2 Acompanhamento da ENED

6.2.1 Conceção de um sistema de acompanhamento adaptado à complexidade de uma estratégia nacional multi-atores

6.2.2 Alimentação regular do dispositivo de acompanhamento por parte dos atores envolvidos

6.2.3 Elaboração regular de relatórios de acompanhamento da ENED

2012	
Comissão de Acompanhamento da ENED	
6.2.1	1
6.2.2	1
6.2.3	1

A tipologia 6.2.1 já estava cumprida com a construção do dispositivo de acompanhamento, criado para ser alimentado com as atividades das diversas

instituições que concorrem para a execução do Plano de Ação da ENED. Em 2012 foi criado um sistema de recolha de dados informatizado que permitiu responder a recomendações do relatório anterior, facilitando a recolha da informação e aumentando a sua fiabilidade.

A tipologia 6.2.2 também foi cumprida uma vez que a Comissão de Acompanhamento manteve os seus encontros de forma regular, tendo sido realizadas 10 reuniões de trabalho.

O grupo das entidades subscritoras do PA da ENED reuniu duas vezes no ano de 2013, como previsto, a 20 de fevereiro, com a equipa do GENE – Global Education Network Europe, e a 5 de dezembro.

Uma das funções da Comissão de Acompanhamento é a divulgação nacional e internacional da própria ENED e da situação portuguesa face às temáticas da Educação para o Desenvolvimento²⁷. No ano de 2013, múltiplos foram os momentos em que se fez a apresentação pública da mesma. Apresentamos, em seguida, alguns desses momentos:

2013
<ul style="list-style-type: none"> - Sessão de informação e debate sobre o atual ponto de situação da ENED, promovida pela Plataforma Portuguesa das ONGD, na sede do Graal, em Lisboa, a 22 de janeiro; - Envolvimento das entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED e referências várias à ENED, no quadro da visita da equipa internacional do GENE para o peer review à ED em Portugal – 18-21 de fevereiro; - Apresentação e debate sobre a implementação da ENED no Colóquio Internacional “Educação e Cooperação para o Desenvolvimento: Lições e Perspetivas”, promovido pelo CEAUP e pelo Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP) na FPCEUP, no Porto – 14-15 de março; - Entrevista sobre a ENED com GEED-IPVC no programa da RTP2, “Sociedade Civil”, mandatado pela Comissão de Acompanhamento – 14 de março; - Referência à ENED pelo Camões e pelo CIDAC em reunião realizada com representantes do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL), no âmbito da preparação do Curso de Especialização em Cooperação e Educação para o Desenvolvimento 2013/2014 – 19 de março; - Apresentação da ENED no Seminário Internacional “Cooperação Descentralizada: Novos Desafios, Novas Parcerias”, promovido pelo IMVF na FCG, em Lisboa, a 17 de maio; - Referência à ENED pelo Camões, no quadro Seminário de Projecto I do Curso de Especialização em Cooperação e Educação para o Desenvolvimento promovido pelo IEUL – 15 de novembro; - Apresentação da ENED pelo Camões no Seminário “Educar para a Cidadania Global na Escola”, promovido pela AIDGLOBAL, no Museu da Cerâmica de Sacavém, em 23 de novembro.

²⁷ Para consultar referências e atividades internacionais relacionadas com a ENED, ver Anexo 4, pág. 81.

Durante o ano de 2013 foi redigido e apresentado o relatório de 2012²⁸, no âmbito do projeto "Capacitação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo em Educação para o Desenvolvimento (ED) e em matéria de planeamento, acompanhamento e avaliação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED)", cumprindo, desta forma, o previsto na tipologia 6.2.3.

6.3 Avaliação da ENED

6.3.1 Conceção do sistema de avaliação

6.3.2 Avaliação intermédia

6.3.3 Avaliação final

	2012
	Comissão de Acompanhamento da ENED
6.3.1	1
6.3.2	1
6.3.3	Não se aplica

O sistema de avaliação da ENED está pensado e plasmado no próprio documento da Estratégia. No entanto, por constrangimentos decorrentes das limitações de recursos disponíveis, em particular da Comissão de Acompanhamento, optou-se por não realizar a avaliação intermédia em 2012/2013.

Em todo o caso é de salientar, em 2013, o processo de realização do *Peer Review* levado a cabo pelo GENE, cujo relatório será lançado em 2014.

A avaliação final do período de vigência da ENED (abril 2010-abril 2015) está prevista para 2015, como balanço que permitirá debater as possíveis formas de continuidade deste processo.

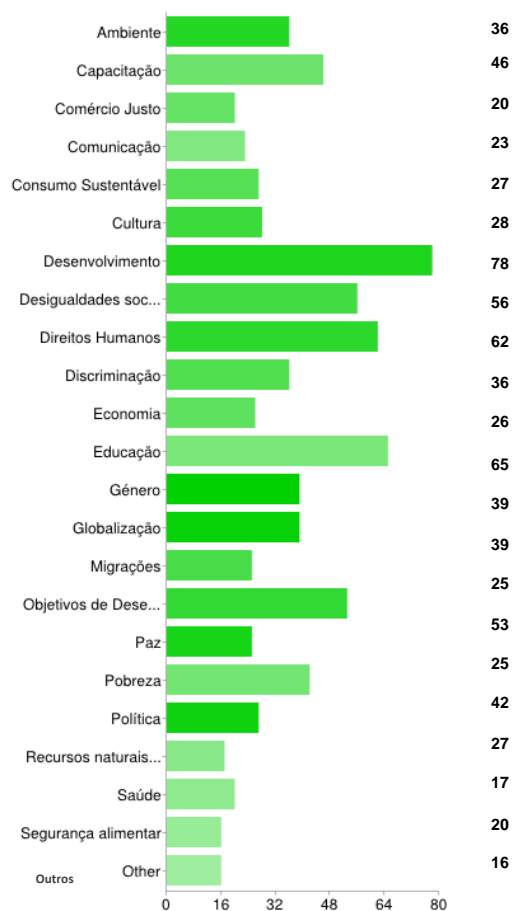
²⁸ O relatório pode ser acedido [aqui](#).

E - APRESENTAÇÃO DE DADOS POR CRITÉRIO

CONTEÚDOS

No relatório relativo a 2013 voltamos a analisar os dados relativos aos conteúdos abordados pelas entidades nas suas atividades.

Observem-se os resultados obtidos²⁹:



A observação permite-nos identificar que, face aos dados do ano anterior³⁰, há um menor número de referências, o que origina uma nova forma de categorização. Assim, enquanto no ano passado se fizeram 3 grupos: temáticas mais trabalhadas, com mais de 80 referências, temáticas mediamente trabalhadas (entre 40 a 80 referências) e

²⁹ Utilizamos, como conteúdos a assinalar pelos inquiridos, uma listagem adaptada do relatório europeu *Development Education & Awareness Raising Study Final Report*.

³⁰ Para uma leitura comparativa com 2012, consultar o gráfico da página 51 do Relatório de Acompanhamento 2012.

temáticas menos trabalhadas, até 40 referências, este ano considera-se importante estabelecer um novo critério de quantidade:

- temáticas mais trabalhadas, com mais de 60 referências – desenvolvimento, educação e direitos humanos;
- temáticas mediamente referidas (entre 30 a 60 referências) – ambiente, capacitação, desigualdades sociais, discriminação, género, globalização, ODM e pobreza;
- temáticas menos trabalhadas, até 30 referências – comércio justo, comunicação, consumo sustentável, cultura, economia, migrações, paz, política, recursos naturais & energia, saúde e segurança alimentar.

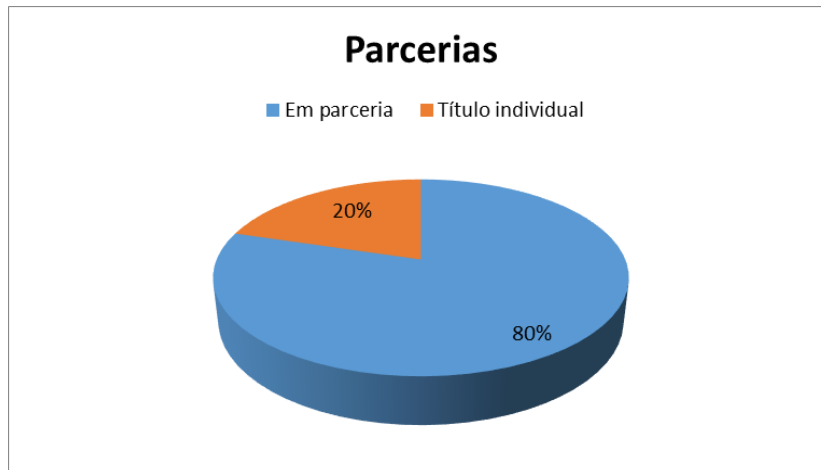
Interessante verificar que a alteração do critério da contagem manteve os grupos quase inalteráveis – nas temáticas mais trabalhadas, mantiveram-se os temas do ano anterior; nas temáticas mediamente trabalhadas, apenas o item cultura sofreu uma diminuição passando para as temáticas menos trabalhadas, que, à parte este item, não sofreu mais nenhuma alteração.

Em “outros”, surgiram os seguintes temas:

- Cidadania Global
- Cooperação – 2 referências
- Desenvolvimento comunitário
- Diversidade
- Empreendedorismo
- Metodologias
- Mutilação genital feminina
- Soberania Alimentar
- Violência – 2 referências
- Voluntariado

PARCERIAS

A exemplo dos relatórios dos anos anteriores observou-se a tendência sobre a prática de trabalho em parceria, em Portugal. Após uma análise dos dados, obteve-se o seguinte gráfico³¹:



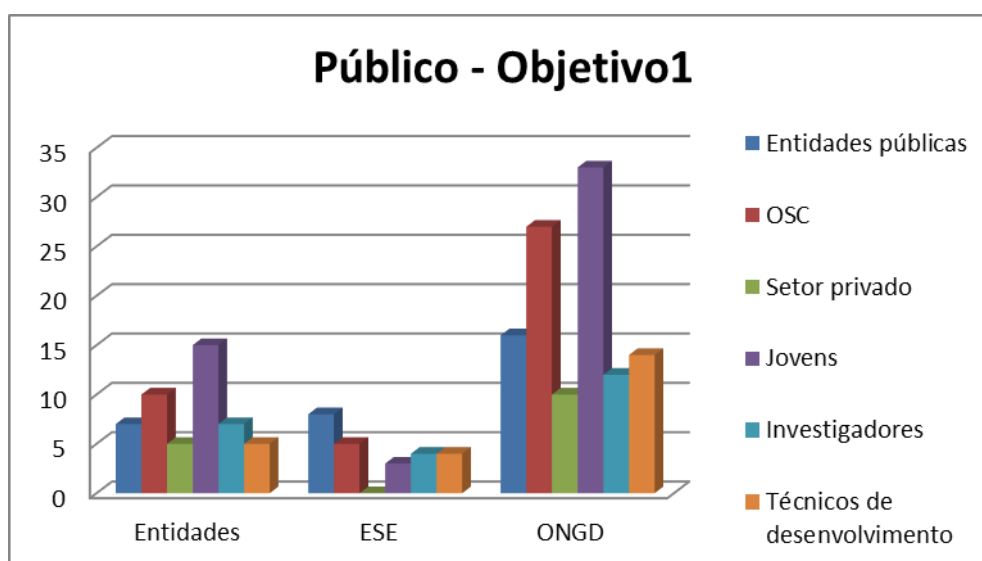
Da análise dos dados recolhidos, observa-se a mesma tendência do ano anterior, um número muito expressivo dos projetos/atividades são executados em parceria - 80% -, sendo que 20% aparecem com a indicação da própria organização como única entidade executora. Isto permite concluir, a exemplo de 2011 e de 2012, que, apesar de poder haver um caminho a fazer de estreitamento de relações entre os diversos atores a intervir em ED, em Portugal, os dados mostram que há prática efetiva de trabalho em parceria e redes.

³¹ Para uma leitura comparativa com 2012, consultar o gráfico da página 53 do Relatório de Acompanhamento 2012.

PÚBLICOS

Na categorização por públicos mantiveram-se as categorias encontradas e validadas nos relatórios anteriores. Salienta-se que o critério utilizado, para análise do público, não é o número absoluto de grupos destinatários das atividades, uma vez que não existe acesso a esses dados, mas o número de referências aos vários tipos de público nos inquéritos.

Para o ano de 2013 foram encontrados os seguintes dados:



Da observação do gráfico anterior, referente ao objetivo 1, pode-se salientar, face aos dados de 2012³²:

- a diminuição, em quase todos os públicos, dos números reportados pelas entidades subscritoras do PA da ENED. Esta situação não se verifica nas categorias “Jovens” e “Investigadores”;
- o ligeiro aumento sentido na categoria “Entidades Públicas”, reportadas pelas ESE. Para além deste facto, digno de nota, os públicos destas instituições seguem as tendências do ano anterior;
- os valores apresentados pelas ONGD, em geral, apresentam um aumento face ao relatório de 2012, sendo de assinalar os valores das “OSC” e dos “Jovens”.

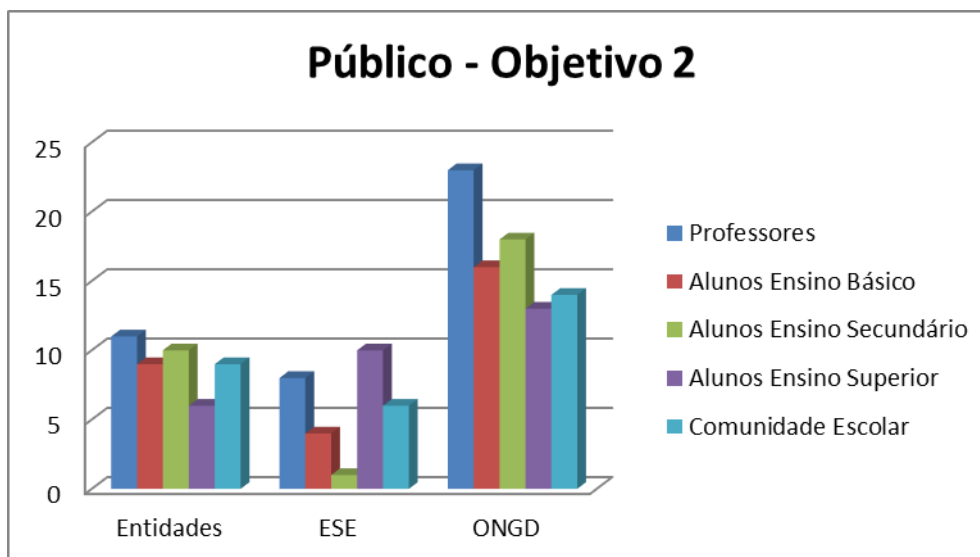
³² Para uma leitura comparativa com 2012, consultar o gráfico da página 54 do Relatório de Acompanhamento 2012.

Mantêm-se do ano anterior:

- a relevância geral sentida nas categorias “entidades públicas” e “OSC”, nos três tipos de entidades,
- a presença significativa das ONGD, com especial relevância para o público “jovens”, bem como de “OSC” e “entidades públicas”, o que se revela coerente num objetivo dedicado à capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil;
- a fraca contribuição das ESE, no geral, para este objetivo;

De salientar o fraco reporte de atividades destinadas aos “investigadores”, “técnicos de desenvolvimento” e ao “setor privado”, que, apesar de alguma variação ao longo dos anos, se têm mantido com valores baixos.

Passando à análise dos dados do objetivo 2, obteve-se o seguinte cenário³³:



Este objetivo, uma vez que se dedica à educação formal, engloba os seguintes públicos-alvo – docentes, discentes do ensino básico, secundário e superior e comunidade escolar.

De salientar:

- as entidades apresentam uma maior homogeneidade dos seus dados, face ao ano anterior, sobretudo provocado por uma diminuição do reporte de atividades dedicadas

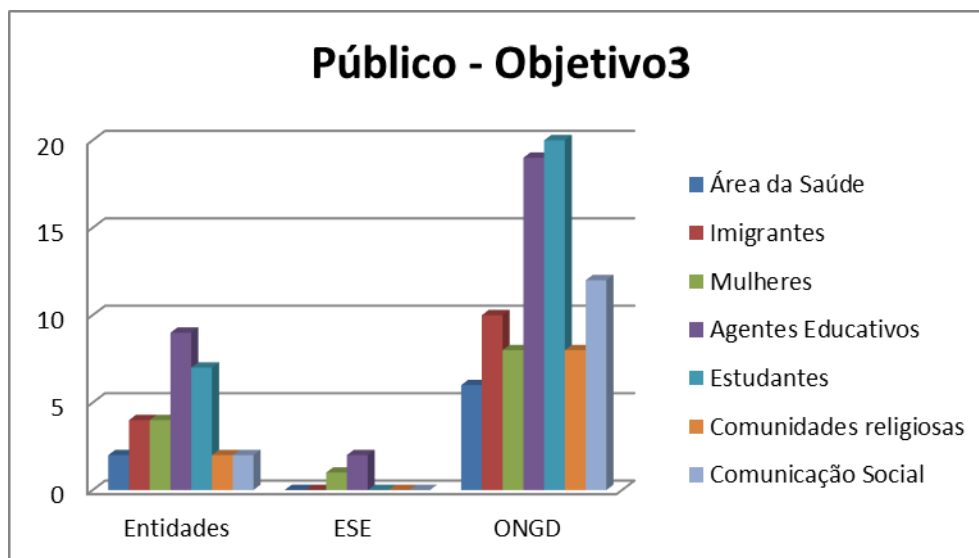
³³ Para uma leitura comparativa com 2012, consultar o gráfico da página 55 do Relatório de Acompanhamento 2012.

a professores e um ligeiro aumento de todas as outras; mantêm-se os valores idênticos para os ensinos básico e secundário. De concluir ainda que têm atenção à comunidade escolar como um todo;

- as ESE confirmam as tendências do ano de 2012: os/as estudantes do ensino superior como público de eleição e a presença significativa do trabalho com docentes e discentes do ensino básico uma vez que a formação ministrada nas ESE prepara futuras/os profissionais da educação para o pré-escolar, 1º e 2º ciclos do ensino básico.

- as ONGD mantêm-se como principais atores das atividades neste objetivo (não esquecer que representam uma população muito mais significativa do que a das outras tipologias de entidades). No entanto, assiste-se a uma diminuição geral do número de atividades reportadas. De salientar a sua aposta forte na formação de docentes e o carácter transversal da sua atuação, ao estarem representados os diversos níveis de ensino no seu campo de ação.

Passando, em seguida, à observação do gráfico correspondente às atividades do objetivo 3, direcionado para a educação não formal³⁴:



Uma análise mais detalhada dos dados permite perceber, a exemplo dos anos anteriores, que a missão das instituições marca os seus públicos-alvo, ou seja, as instituições dedicadas aos temas de género indicam as “Mulheres” como públicos,

³⁴ Para uma leitura comparativa com 2012, consultar o gráfico da página 56 do Relatório de Acompanhamento 2012.

assim como as instituições mais viradas para as Migrações, apontam os “Imigrantes”, por exemplo.

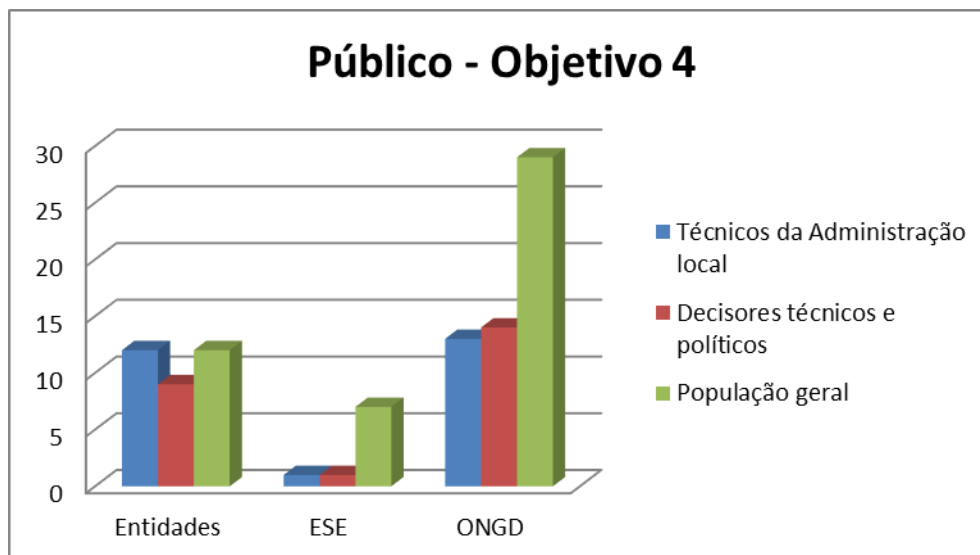
Mantém-se, a exemplo dos anos anteriores, a predominância dos “agentes educativos” os três tipos de entidade, o que deixa entrever um caráter importante à formação de públicos multiplicadores.

Ao nível das entidades, é de destacar o aumento das referências a “estudantes” e a “comunidades religiosas” (esta categoria anteriormente inexistente nas entidades). No geral, as restantes tendências mantêm-se.

Observando o papel das ESE nas atividades de ED no campo da educação não formal, verifica-se que o seu público continua a ser, com alguma coerência, os agentes educativos.

Passando aos dados das ONGD, será de salientar a diminuição geral do reporte de atividades. Neste tipo de entidades, existe uma maior distribuição dos públicos, com grande relevo para estudantes e agentes educativos - o que vai de encontro às tendências verificadas no relatório anterior. De reforçar aqui o trabalho de ONGD vocacionadas para áreas específicas como a igualdade de género, a imigração, a saúde, a comunicação ou mesmo os valores religiosos.

Tenham-se em atenção, agora, os públicos do objetivo 4³⁵:



³⁵ Para uma leitura comparativa com 2012, consultar o gráfico da página 57 do Relatório de Acompanhamento 2012.

Este objetivo, como já foi referido atrás, prende-se com duas áreas principais – a sensibilização e a influência política, portanto, é de esperar que se encontrem categorias de públicos que entronquem nestas duas áreas, como a população em geral, pessoal técnico da administração local e indivíduos em cargos de tomada de decisão técnica e política.

Assim, verifica-se que as entidades, este ano, apresentam um aumento dos valores do envolvimento de “técnicos da administração local”. No caso das ESE, a sua ação concorrente para o objetivo 4, não é muito expressiva e passa, sobretudo, por campanhas de sensibilização dedicadas ao público em geral, a exemplo dos anos anteriores.

Por último, no caso das ONGD, a tendência presente no relatório anterior é totalmente validada, verificando-se valores mais relevantes, nas três categorias. Assistiu-se, contudo, à diminuição do reporte de atividades nas áreas de “decisores técnicos e políticos” e de “população em geral”.

Uma vez que existia a possibilidade de escolha da opção “Outros”, seguida da sua identificação, apresenta-se a lista destes outros públicos identificados:

- Agentes da Guarda Nacional Republicana e da Marinha
- Artistas
- Associações da Rede Nacional de Associações Juvenis (RENAJ)
- Associações de Pais
- Auxiliares de Ação Educativa
- Comunidades em risco
- Crianças (2 referências)
- Direção Regional de Educação
- Equipas dinamizadoras e membros dos Bancos do Tempo
- Escolas profissionais
- Famílias (2 referências)

- Funcionários bancários
- Jovens líderes
- ONG Ambientais (2 referências)
- População do bairro x
- Refugiados
- Responsáveis e técnicos municipais de Educação
- Sindicatos
- Técnicos de ONGD
- Técnicos e visitantes de Museu

De salientar a maior dispersão deste ano, uma vez que no relatório anterior se verificaram apenas 13 sugestões³⁶ e este ano temos 20 propostas alternativas.

³⁶ Para uma leitura comparativa com 2012, consultar os dados da página 58 do Relatório de Acompanhamento 2012.

ENTIDADES FINANCIADORAS

A análise das entidades financiadoras também pareceu relevante no sentido de se perceber quem está a financiar as atividades de ED em Portugal e como isso influencia a sustentabilidade e a continuidade das mesmas.

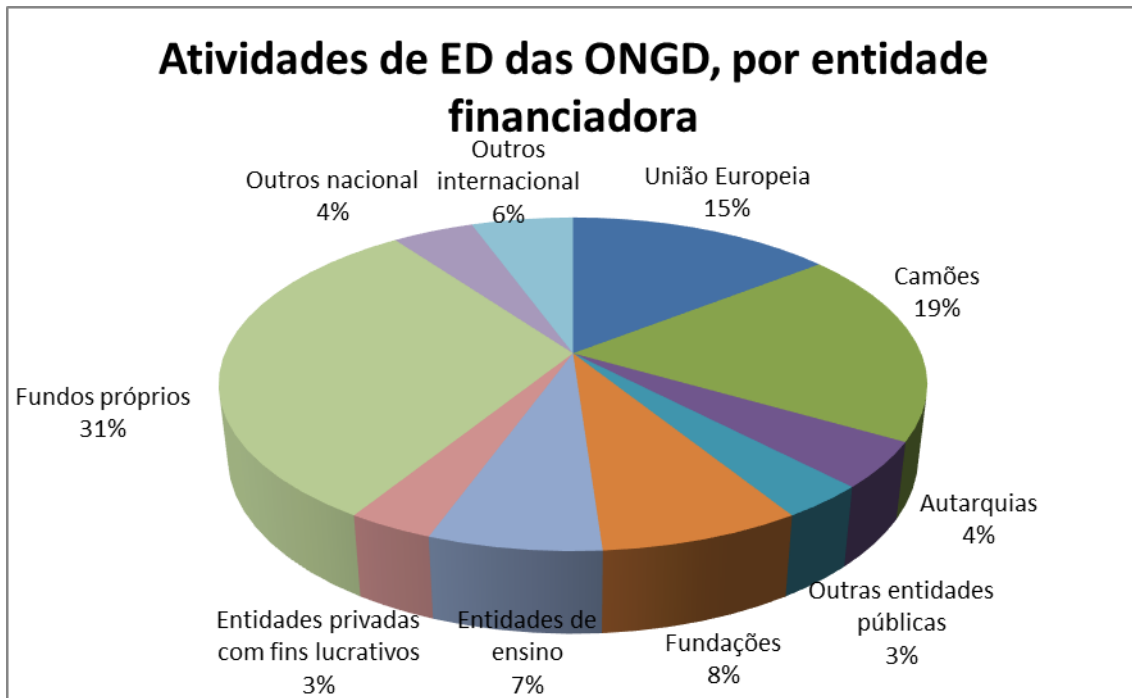
Mantiveram-se as categorias já utilizadas no relatório de 2012:

- União Europeia
- Conselho da Europa
- CICL³⁷
- Autarquias
- Outras Entidades públicas
- Fundações
- Entidades de ensino
- Entidades privadas com fins lucrativos
- Fundos próprios
- Outros de caráter Nacional
- Outros de caráter Internacional

De salientar, nos três tipos de instituições, que, geralmente, o financiamento das atividades é misto, ou seja, provém de diversas entidades financiadoras e não de apenas de uma.

Note-se ainda que as percentagens apresentadas nestes gráficos não se referem ao volume de financiamento, mas ao número de vezes que estas entidades são referenciadas como financiadoras das atividades reportadas nos inquéritos preenchidos pelas entidades.

³⁷ O CICL, um dos elementos da Comissão de Acompanhamento, teve, ao longo do ano de 2013, um papel fundamental como financiador de projetos na área da Educação para o Desenvolvimento. De realçar que o próprio Instituto procura integrar a ENED no seu modo de financiamento ao pedir que, nas candidaturas, as ONGD indiquem já os objetivos para as quais se propõem concorrer. Ver Anexo 3, pág. 80.

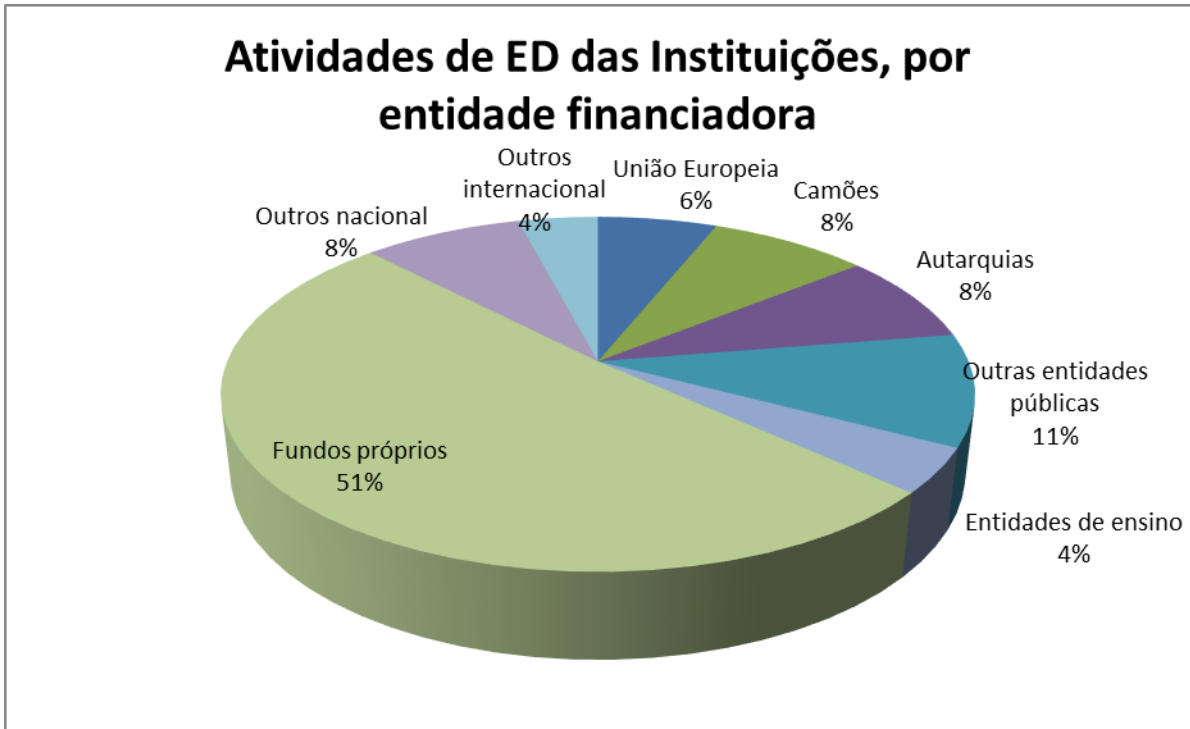


Assim, em 2013³⁸, para as ONGD, mantém-se a predominância da rubrica “fundos próprios”, apesar da diminuição do seu valor percentual (de 44% para 31%), o que significa que grande parte das atividades reportadas é realizada recorrendo em parte ou na totalidade a fundos próprios das instituições.

Para além dos fundos próprios, convém destacar: o CICL, como entidade financiadora referenciada mais frequentemente (19%) e a União Europeia (15%). Ambos os valores são superiores aos indicados no relatório do ano anterior.

Os valores atribuídos às fundações (8%) e às entidades de ensino (7%) são, ainda, dignos de nota. De salientar que as entidades privadas tiveram um grande decréscimo (de 8% para apenas 3%).

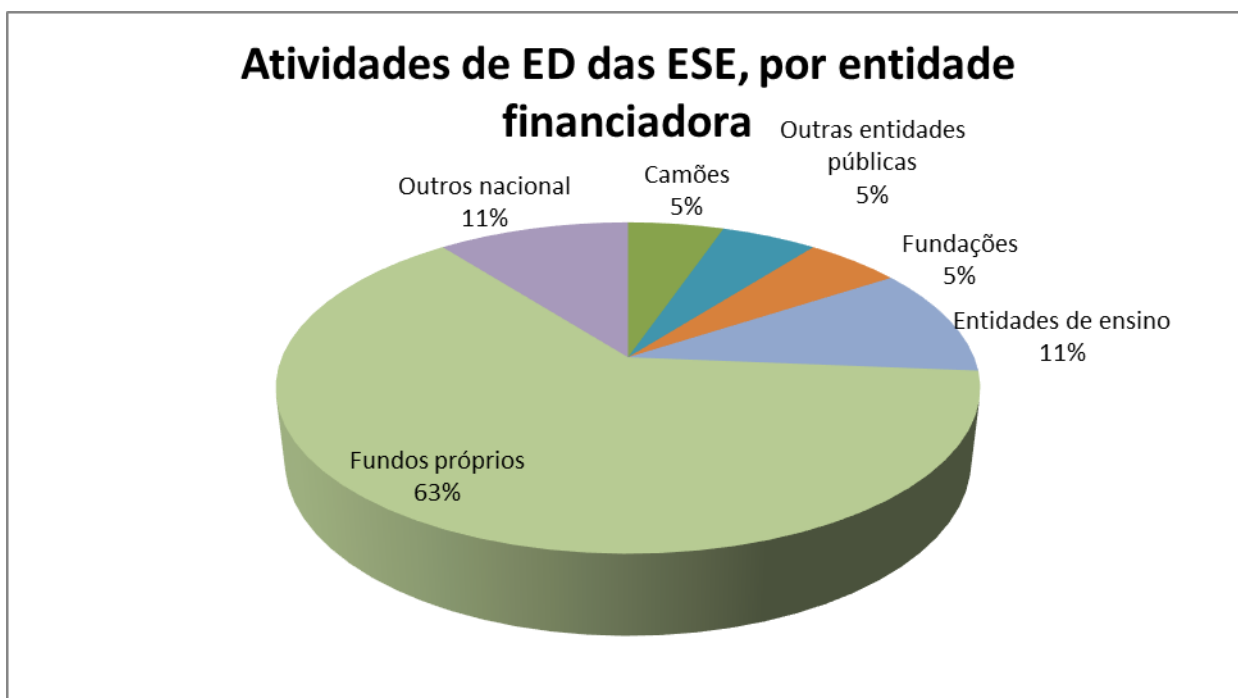
³⁸ Para uma leitura comparativa com 2012, consultar os dados da página 60 do Relatório de Acompanhamento 2012.



Face ao ano anterior³⁹, verificam-se algumas alterações. Mantém-se a grande predominância dos valores de “fundos próprios” (ainda maior que no relatório de 2012) – recordemos que, como algumas destas entidades são públicas, têm um orçamento específico decorrente do Orçamento de Estado. Ainda que a larga distância, surgem as seguintes categorias, menos expressivas nos relatórios anteriores - “outras entidades públicas” (11%), CICL (8%) e “autarquias” (8%).

De realçar a diminuição dos valores atribuídos à União Europeia (de 9% para 6%) e os valores da categoria “outros nacional” que apresenta um número de referências considerável (8%) em comparação com as restantes entidades.

³⁹ Para uma leitura comparativa com 2012, consultar os dados da página 61 do Relatório de Acompanhamento 2012.



As ESE, enquanto entidades públicas com financiamento próprio, mantêm o seu carácter particular⁴⁰ - volta a verificar-se a grande predominância dos “fundos próprios”, embora tenham passado de 71% para 63%. Seguem-se, com algum relevo, as “entidades de ensino” e “outros nacional”, ambos com 11%. Há ainda uma distribuição homogénea entre o CICL, “outras entidades públicas” e “fundações”, cada uma com 5%.

De salientar que, face ao ano anterior, desapareceram as categorias internacionais (quer “outros” quer “união europeia”).

⁴⁰ Para uma leitura comparativa com 2012, consultar os dados da página 62 do Relatório de Acompanhamento 2012.

COBERTURA GEOGRÁFICA

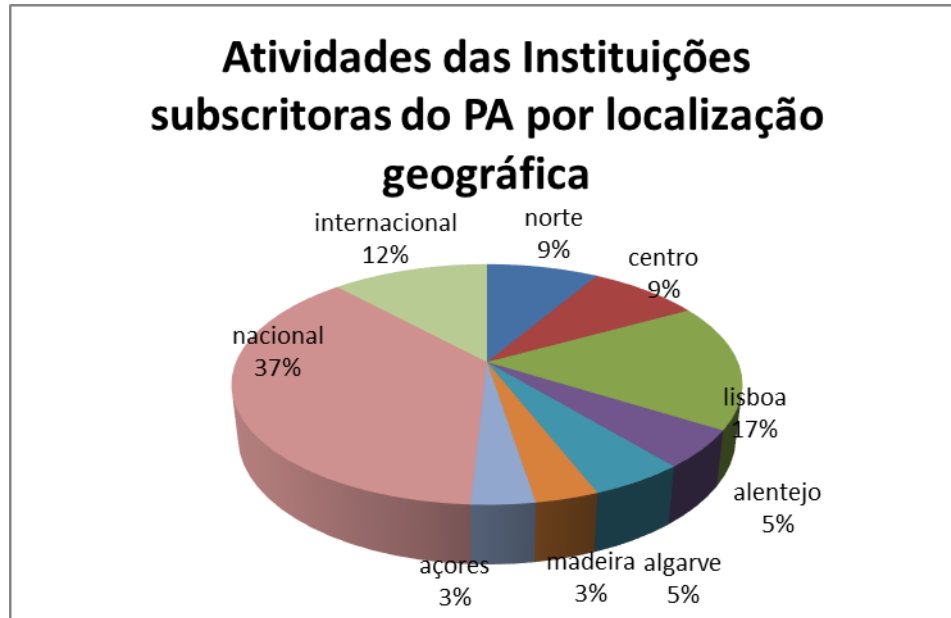
Considera-se importante analisar a distribuição geográfica das atividades referidas neste relatório, no sentido de perceber se há uma concentração das mesmas em alguma região particular do país ou se há uma distribuição equitativa.

Para esta análise manteve-se o critério estabelecido nos relatórios anteriores da classificação geográfica assente na Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos, conhecida como NUTS de nível II⁴¹.

Para além das categorias Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve –, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira, foram criadas mais duas – Nacional e Internacional.

Na análise dos dados considera-se ser importante, a exemplo dos relatórios anteriores, observá-los por tipo de instituição, separadamente.

Comece-se, então, com a leitura dos dados relativos às atividades promovidas pelas instituições subscritoras do Plano de Ação da ENED⁴²:



⁴¹ Esta classificação divide o território português, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de maio de 2003, em sub-regiões de três níveis. Para o relatório achou-se por bem utilizar as sub-regiões definidas no segundo nível (NUTS II), que comportam as seguintes regiões: Portugal Continental – Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve –, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

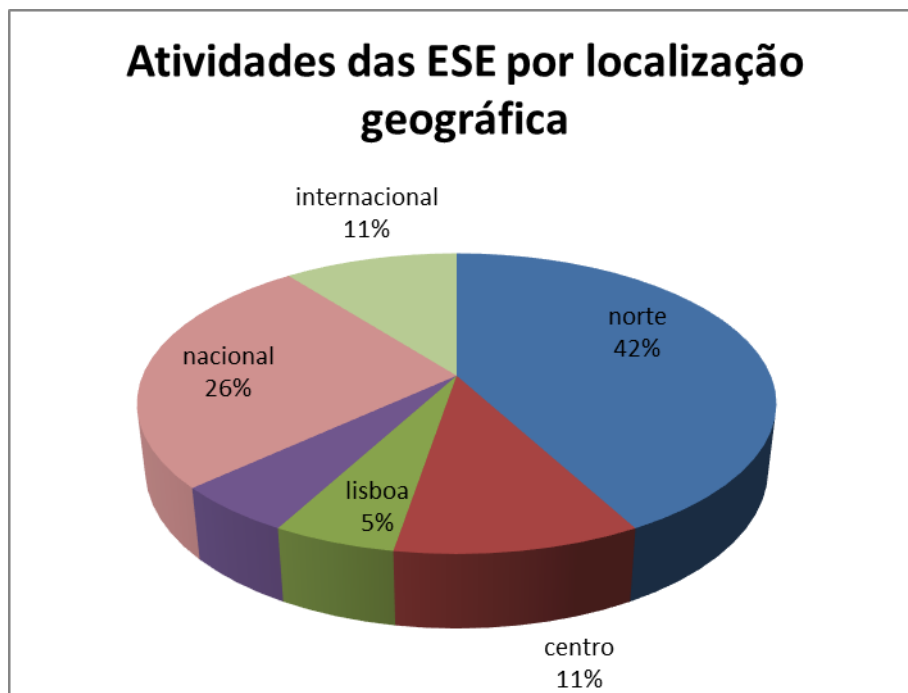
⁴² Para uma leitura comparativa com 2012, consultar os dados da página 63 do Relatório de Acompanhamento 2012.

Da observação do gráfico pode-se salientar o papel preponderante das atividades referenciadas como a nível nacional (37%), bem como as realizadas em Lisboa (17%). Este número muito significativo da categoria nacional pode prender-se com o facto de muitas das atividades, apesar de se localizarem fisicamente num só local, pretenderem abranger públicos de todo o país, situação que foi mais criteriosamente enquadrada no presente processo de recolha de dados.

De salientar a manutenção da tendência das atividades na categoria Internacional, na mesma posição do relatório de 2012.

Mantém-se ainda o facto de todas as outras zonas geográficas apresentarem dados inferiores a 10%.

Verificou-se a manutenção da referência às regiões autónomas da Madeira e dos Açores, apresentando, este ano, cada uma delas, 3%.

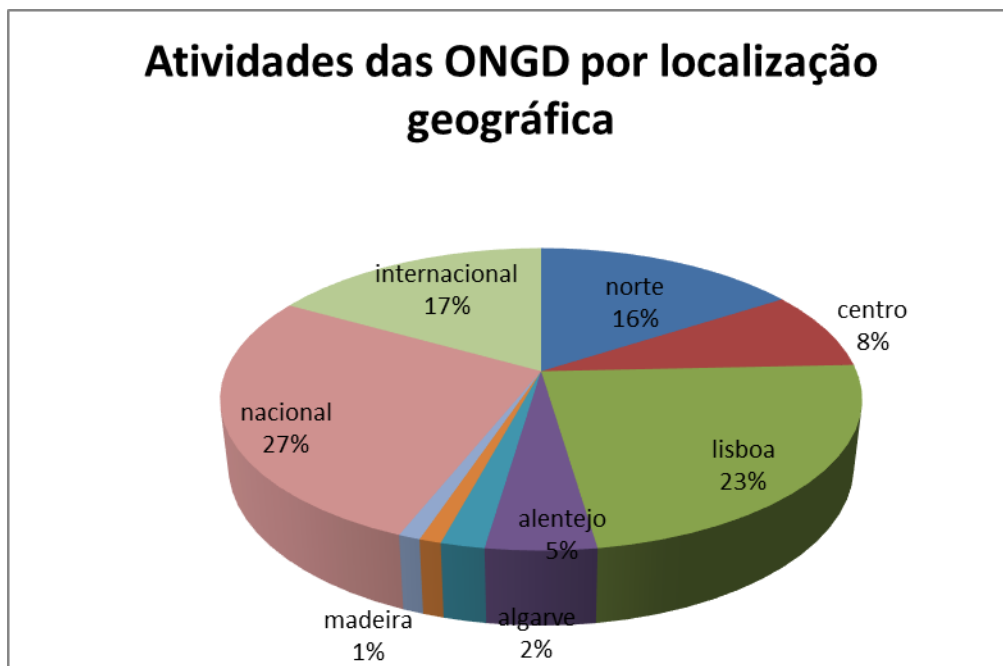


Observando o gráfico correspondente aos dados recolhidos junto das ESE⁴³, verifica-se que no presente relatório se observa uma distribuição dos dados menos concentrada, geograficamente, uma vez que também se recolheram dados de mais ESE, distribuídas

⁴³ Para uma leitura comparativa com 2012, consultar os dados da página 64 do Relatório de Acompanhamento 2012.

pelo território nacional – ESE de Viana do Castelo e do Porto, na região Norte, de Castelo Branco, da Guarda e de Leiria, da região Centro, de Lisboa, da região com o mesmo nome e de Portalegre e Santarém, da região Alentejo.

Assim, a região Norte mantém a sua preponderância, 42%, seguida da região do Centro, na ordem dos 11%, e os valores referentes a Lisboa e ao Alentejo, ambos nos 5%. De salientar, como relevantes, os valores “nacional” e “internacional”.

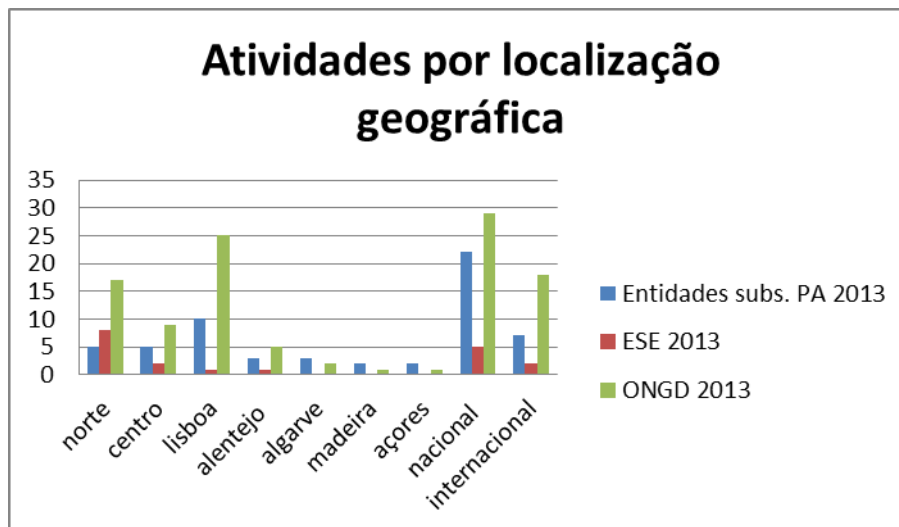


Da análise do gráfico dos dados recolhidos junto das ONGD⁴⁴, é possível observar:

- a manutenção da predominância do carácter nacional das atividades, seja através de campanhas de sensibilização nacionais, seja pela seleção dos públicos-alvo, sobretudo escolas e autarquias, com dispersão geográfica por todo o território;
- o papel ainda muito central de Lisboa como região de concentração de atividades, facto que não é de admirar tendo em conta a localização da sede das ONGD participantes no nosso relatório;
- o carácter significativo das atividades internacionais;
- valores no Norte na ordem dos 16%, no Centro com 8% e no Alentejo com 5%, mostrando já alguma dinâmica de atores fora da região de Lisboa e Vale do Tejo;

⁴⁴ Para uma leitura comparativa com 2012, consultar os dados da página 65 do Relatório de Acompanhamento 2012.

- o número residual de atividades centradas nas regiões Algarve e Regiões Autónomas, o que estará, decerto, relacionado com o universo de ONGD presentes neste relatório, mas também com o número de organizações não governamentais existentes nessas regiões, bastante reduzido (tendo como base a distribuição geográfica das ONGD inscritas na Plataforma nacional).



Por último, este gráfico permite ter uma visão global da distribuição total das atividades, por unidade territorial, sendo possível comparar os três tipos de instituições (9 Entidades subscritoras do PA, 8 ESE e 26 ONGD)⁴⁵.

Para uma análise mais detalhada dos dados, será melhor verificar os gráficos anteriores.

⁴⁵ Para uma leitura comparativa com 2012, consultar os dados da página 66 do Relatório de Acompanhamento 2012.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Da análise dos dados recolhidos no presente relatório, pensa-se ser possível retirar algumas conclusões.

Conclusões

- Metodologia de elaboração do relatório

A manutenção da metodologia de recolha dos dados, através de um inquérito *online*, permitiu a obtenção de dados mais fiáveis e facilita algum tipo de comparabilidade.

- Cobertura dos Objetivos

- Mantém-se a distribuição dos inquéritos por objetivo, sendo os objetivos 2 e 4 os mais cobertos e os objetivos 3 e 1 os menos cobertos, exatamente na ordem do ano anterior.

- Ao nível da distribuição do tipo de atividades a que nos referimos pela tipologia de atores, as ONGD mantêm a sua posição de maior representatividade (são também a tipologia de atores mais numerosa), nomeadamente no que se refere ao número de projetos de ED;

- Salieta-se a grande expressividade de atividades não inseridas em qualquer tipo de projeto, representando o maior número de atividades reportadas.

- No objetivo 1 (capacitação e diálogo institucional), há a destacar face ao relatório anterior: uma diminuição considerável relativamente à existência de projetos de ED, de 8 para 4, sobretudo no que respeita às entidades subscritoras do PA da ENED. Pode ainda observar-se um incremento das atividades não inseridas em projetos dentro deste objetivo de capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil. Face à cobertura das medidas mantém-se a tendência face aos dados dos anos anteriores: as medidas que estão menos cobertas e, portanto, a necessitar de maior atenção, são as 1.4, 1.5 e 1.6, que se referem, respetivamente, à investigação e produção de conhecimento relevante para a capacitação dos atores de ED, à criação de oportunidades regulares de aprofundamento da reflexão e partilha de experiências, informação, metodologias e recursos pedagógicos entre organizações e a mecanismos de consulta e participação no desenho e

avaliação dos instrumentos de política na área da ED. Saliente-se, no entanto, um aumento dos valores das medidas 1.4 e 1.5. A medida mais coberta deste primeiro objetivo continua a ser a ligada à formação de agentes de ED (1.1). De realçar face ao ano anterior, a diminuição da medida 1.2 (disponibilização de informação sobre a ED) e o ligeiro decréscimo das atividade de organização e dinamização de momentos de troca de experiências sobre ED, quer a nível nacional como a nível internacional (1.7).

- No objetivo 2, dedicado à educação formal, mantém-se a tendência de maior cobertura das medidas relativas à elaboração e divulgação de materiais de orientação pedagógica e didáticos (2.2) e à promoção do trabalho colaborativo entre estabelecimentos de educação e outras entidades públicas e da sociedade civil (2.3). De ressaltar o contínuo aumento do relevo dado à medida 2.1, que se refere à integração da ED na formação inicial de docentes e que era, no relatório de 2010-2011, a medida menos coberta do objetivo 2, tendo no relatório de 2012 já demonstrado um avanço. Este incremento está relacionado com o envolvimento cada vez maior de ESE na implementação da ENED. As medidas 2.4 e 2.6, referentes a atividades como a formação contínua para profissionais de educação e a criação de condições para a afirmação das escolas e agrupamentos como organizações de educação para a cidadania que inclua a dimensão do desenvolvimento, mantêm a tendência e os valores aproximados face aos dados de 2012. A medida do objetivo com o menor número de iniciativas prende-se com a promoção de trabalhos de investigação em ED nas instituições de ensino superior, apesar de se ter verificado algum crescimento nesta área (2.5). Relativamente a este objetivo, a alteração que mais se salienta é, sem dúvida, a diminuição de projetos de ED implementados pelas ONGD, com a passagem do reporte de 12 para 8 projetos.

- O objetivo 3, referente à educação não formal, também revela uma diminuição do número de projetos (de 11 para 7), mantendo-se a clara predominância das ONGD enquanto atores privilegiados neste objetivo, dentro das respostas obtidas. Face à cobertura das medidas, a medida 3.2, relativa ao incremento de atividade de ED em contexto não formal, mantém-se a medida mais coberta no objetivo 3, apesar de se verificar uma diminuição dos valores absolutos nas atividades reportadas. Relativamente à formação de agentes de ED, na medida 3.3, a segunda mais expressiva, verifica-se a manutenção dos valores. O mesmo sucedendo com a medida 3.1, referente à promoção do reconhecimento das organizações da sociedade civil enquanto importantes dinamizadoras de atividades de educação não formal de ED, que mantém a sua pouca expressividade, sendo a medida com menos atividades deste objetivo o

que, eventualmente, poderá ter que ver com constrangimentos relacionados com a subsunção de atividades à particular formulação da medida. De salientar, ainda, a recuperação do número de atividades da medida 3.4, referente à promoção de materiais e recursos que, no relatório anterior, apresentava uma grande diminuição da sua expressividade, e a diminuição dos valores absolutos das atividades reportadas referentes à medida 3.5, dedicada à troca de experiências entre educação formal e não formal, a nível nacional e internacional.

- O objetivo 4 está direcionado para atividades de sensibilização e influência política, sendo que as quatro primeiras medidas nos remetem para a sensibilização e as quatro últimas para a influência política. Face a este objetivo, pode concluir-se que houve um aumento no número de projetos reportados – de 10 para 12 projetos – assistindo-se a uma maior diversificação das entidades responsáveis pelos mesmos. Em sentido contrário, observa-se a diminuição do número de atividades reportadas, quer inseridas noutra tipo de projetos, quer não inseridas em projetos (nesta tipologia, passa-se de 17 para 11). Observa-se a manutenção das tendências do relatório do ano anterior, com algumas exceções a salientar: a medida 4.1, referente a informação sobre atividades de promoção de ações de sensibilização, mantém-se claramente distanciada das outras, no entanto, sofre uma elevada diminuição do número absoluto de atividades reportadas; a medida 4.2, que preconiza a “promoção de ações de sensibilização que fomentem as capacidades e competências de concertação entre atores”, e a medida 4.3, ligada à sensibilização através da comunicação social, trocam de posições provocada pela diminuição das atividades reportadas na medida 4.3 (tendência já verificada desde o relatório de 2010-2011) e por um ligeiro aumento da cobertura da medida 4.2; as medidas 4.4, 4.5 e 4.6, relativas à influência política, registam um ligeiro aumento face a 2012 e a medida 4.7, apesar de se manter a medida menos coberta deste objetivo, apresenta um ligeiro aumento na sua cobertura.

▪ **Análise por critérios específicos: temáticas, parcerias, públicos, entidades financiadoras e geográficos**

- Ao nível das temáticas ou conteúdos analisados, observou-se um menor número de referências, o que originou uma nova forma de categorização: temáticas mais trabalhadas, com mais de 60 referências (e não 80, como no ano anterior), temáticas mediamente trabalhadas (entre 30 a 60 referências) e temáticas menos trabalhadas, até 30 referências. Interessante verificar que a

alteração do critério da contagem manteve os grupos quase inalteráveis (apenas o item *cultura* sofreu uma diminuição passando para as temáticas menos trabalhadas, que, à parte este item, não sofreu mais nenhuma alteração).

1) temáticas mais trabalhadas, com mais de 60 referências – desenvolvimento, educação e direitos humanos;

2) temáticas mediamente referidas (entre 30 a 60 referências) – ambiente, capacitação, desigualdades sociais, discriminação, gênero, globalização, ODM e pobreza;

3) temáticas menos trabalhadas, até 30 referências – comércio justo, comunicação, consumo sustentável, economia, migrações, paz, política, recursos naturais & energia, saúde e segurança alimentar.

- Parcerias: observou-se a mesma tendência da prática generalizada de trabalho em parceria verificando-se mesmo um crescimento da percentagem de 74% para 80% dos projetos realizados em parceria.

- Públicos: relevância dos seguintes públicos:

Objetivo 1 – Entidades públicas, OSC e jovens.

Objetivo 2 – Professores, alunos dos três níveis de ensino (básico, secundário e universitário) e comunidade escolar;

Objetivo 3 – Estudantes e agentes educativos;

Objetivo 4 – População em geral e decisores técnicos e políticos.

Assinale-se que esta categorização não tem que ver com o número absoluto de públicos destinatários, mas com a frequência de referenciação aos tipos de público antes identificados.

De salientar, para cada objetivo:

. 1, o fraco reporte de atividades destinadas aos “investigadores”, “técnicos de desenvolvimento” e ao “setor privado”, que, apesar de alguma variação ao longo dos anos, se têm mantido com valores baixos.

. 2, as entidades apresentam uma maior homogeneidade dos seus dados, face ao ano anterior, sobretudo provocado por uma diminuição do reporte de atividades dedicadas a professores e um ligeiro aumento de todas as outras.

. 3, a diminuição geral do reporte de atividades.

- . 4, aumento dos valores do envolvimento de “técnicos da administração local”.

É de realçar uma maior dispersão no preenchimento do campo “outros”, uma vez que no relatório anterior se verificaram apenas 13 sugestões e este ano surgiram 20 propostas alternativas.

- Entidades financiadoras: mantém-se a predominância da rubrica “fundos próprios”, apesar da diminuição do seu valor percentual, o que significa que grande parte das atividades reportadas é realizada recorrendo em parte ou na totalidade a fundos próprios das instituições. Para além dos fundos próprios convém destacar: o CICL, como entidade financiadora referenciada mais frequentemente, a União Europeia, as entidades de ensino, as autarquias, as fundações e “outros nacional”. De salientar que as entidades privadas tiveram um grande decréscimo. Note-se que as percentagens não concernem ao volume de financiamento, mas à frequência de referência das entidades financiadoras.

- Cobertura geográfica: salienta-se o valor significativo do somatório das atividades integradas nas categorias “nacional” e “internacional”. De uma forma geral, verifica-se que a distribuição geográfica das atividades encontra-se muito relacionada com a existência de atores na mesma Região, com preponderância na Região de Lisboa, nos casos das entidades subscritoras do PA e das ONGD. Nos dados recolhidos junto das ESE, verifica-se que no presente relatório se observa uma melhor distribuição dos dados, geograficamente, uma vez que também se recolheram dados de mais ESE, distribuídas pelo território nacional.

- Conclusões gerais

- Observou-se um decréscimo visível da atividade em ED, comparando com o ano anterior: obtiveram-se menos 25 inquéritos preenchidos, reportando menos 10 projetos de ED, menos 1 atividade inserida noutra tipo de projetos e menos 14 atividades não inseridas em nenhum projeto. Poderão não ser alheios a estes valores alguns fatores mencionados ao longo do relatório, designadamente a situação de contenção da despesa pública, a não abertura pelo CICL da linha de financiamento dedicada a projetos de ED, no ano de 2011, e a diminuição do financiamento privado, este com impacto na possibilidade de obtenção de cofinanciamento.

- Verificou-se que o panorama dos participantes se mantém idêntico a 2012, apenas com ligeiras alterações - manutenção de todos os atores das entidades subscritoras do PA da ENED, uma diminuição na participação das ONGD (menos seis) e um aumento do número de ESE (mais três).
- Evidencia-se uma maior autonomia dos atores no preenchimento do inquérito, o que indicia uma maior apropriação da ENED por parte dos atores relevantes.
- Das duas atividades transversais estruturantes previstas na ENED - Jornadas de ED e Fórum ED - foi realizada a 3ª edição das Jornadas, o que permitiu atualizar o debate sobre o significado da ED e das suas relações com outras “Educações para...” e contribuir para estreitar os laços entre as várias entidades subscritoras do Plano de Ação.
- Das atividades transversais de planificação, acompanhamento e avaliação da ENED, foram levados a cabo, durante o ano de 2013: um exercício de planificação anual (2013), um relatório de acompanhamento (2012), os dois encontros previstos entre as entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED e 10 reuniões da Comissão de Acompanhamento.
- Na vertente anterior, houve ainda uma participação no processo de Peer Review conduzido pelo GENE – Global Education Network Europe.
- Neste ano de 2013, que marca sensivelmente o meio do caminho percorrido pela implementação da ENED, tornaram-se mais claras as limitações da estrutura de apoio à sua concretização, em particular no que se refere às atividades transversais (não se realizou ainda nenhum Fórum de ED, nem a avaliação intermédia), para além da situação evocada na primeira conclusão, acima mencionada.

Recomendações

1. Que se prossiga com o reforço das tipologias de ação que têm obtido menos atenção, nomeadamente: a promoção de ações, projetos e encontros a nível regional envolvendo estabelecimentos de ensino e atores de ED, não obstante melhorias registadas; a formação de agentes de ED, tanto no quadro da educação formal, como no da educação não formal; todas as tipologias relacionadas com as ações de capacitação e de diálogo institucional e de influência política.

2. Que se continue a incentivar o trabalho em rede entre atores de ED de diferentes regiões do país, designadamente, envolvendo novos atores relevantes, com vista a uma distribuição de iniciativas de ED territorialmente mais equilibrada, capaz de aproveitar sinergias de recursos dos diferentes atores e potenciar a ação dos mesmos em espaços mais alargados.
3. Que se dê continuidade à promoção da integração da ED na formação de docentes através de projetos de investigação que articulem iniciativas de instituições do ensino superior, estabelecimentos de educação e ensino não superior, ONGD e outras organizações públicas e da sociedade civil.
4. Que se prossiga no desenvolvimento de esforços no sentido de aumentar e diversificar os financiamentos disponíveis para a concretização da Estratégia.
5. Que se mantenha o esforço de procura de sistematização da informação financeira relativa aos projetos de ED que permita apresentar de modo fiável e claro a repartição dos volumes financeiros despendidos por cada entidade, anualmente, na sua execução.
6. Que se persista nos esforços de avaliação das atividades de ED e se continue a dar uma particular atenção à sistematização e partilha de conhecimentos sobre a teoria e a prática nesta matéria.
7. Que se aproveite o momento da avaliação externa da ENED para encetar um processo participado de reflexão, debate e aprendizagem, que tenha em atenção lições aprendidas a nível internacional neste domínio, e que se constitua como um dos pilares do caminho a fazer-se no futuro.

G – ANEXOS

- 1 - Termos de referência do próprio relatório
- 2 - Quadro das entidades que foram contactadas e sua adesão
- 3 - Projetos aprovados na linha de financiamento de ED do CICL, em 2013
- 4 - Algumas referências e atividades internacionais relacionadas com a ENED
- 5 - Apresentação sumária dos projetos e atividades reportados

ANEXO 1

Termos de Referência

Relatório de Acompanhamento da ENED - 2013

1. Enquadramento

Em 26 de novembro de 2009, foi publicado em Diário da República o documento de orientação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED), aprovado através de despacho conjunto do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e do Secretário de Estado Adjunto e da Educação. A 22 de abril de 2010, o respetivo Plano de Ação foi subscrito, através de protocolo, por 14 instituições públicas e organizações da sociedade civil envolvidas no processo de elaboração:

- IPAD (atual Camões – Instituto da Cooperação e da Língua);
- DGIDC - Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação (atual DGE - Direção-Geral da Educação);
- Plataforma Portuguesa das ONGD;
- CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral;
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA);
- ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (atual Alto Comissariado para as Migrações);
- APEDI – Associação de Professores para a Educação Intercultural;
- ARIPESE - Associação de Reflexão e Intervenção na Política educativa das Escolas Superiores de Educação;
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género;
- Comissão Nacional Justiça e Paz;
- Comissão Nacional da UNESCO;
- Conselho Nacional da Juventude;
- CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente;

- IPJ - Instituto Português da Juventude (atual Instituto Português do Desporto e Juventude).

O documento de orientação contempla 4 objetivos específicos e 26 medidas. O Plano de Ação compreende 57 tipologias de atividades e indicadores, cujo seguimento incumbe a uma Comissão de Acompanhamento composta por 4 das 14 entidades subscritoras, a saber: CICL; DGE; Plataforma Portuguesa das ONGD; CIDAC. O Plano de Ação contempla a elaboração de um relatório anual de acompanhamento da ENED, aqui designado de relatório anual global de atividades da ENED.

No seguimento da subscrição do Plano de Ação, foram concebidos um calendário de planeamento e um dispositivo de acompanhamento e avaliação, que carecem da devida operacionalização.

Neste dispositivo de acompanhamento e avaliação, encontram-se previstos os instrumentos para a elaboração do relatório anual global de atividades da ENED.

2. Objetivos

O principal objetivo do presente relatório é o de monitorizar a execução da ENED em Portugal, no ano de 2013.

Este objetivo geral desdobra-se em diversos objetivos específicos:

- identificar as medidas que estão a ser cobertas e as que não estão a ser cobertas pelas atividades em curso;
- reconhecer os principais atores que intervêm na área de ED em Portugal.
- identificar os públicos-alvo das atividades de ED;
- identificar as temáticas serem trabalhadas pelas organizações;
- identificar as áreas geográficas de maior e de menor intervenção;
- identificar os principais entidades financiadoras das atividades da ENED;
- obter uma perspetiva evolutiva face ao relatório dos anos anteriores;
- ler criticamente os resultados, permitindo formular conclusões e recomendações.

Para além destes objetivos específicos que se pretendem alcançar, também se considera que o relatório anual é um passo importante para:

- analisar o processo de planeamento, acompanhamento e monitorização da ENED, permitindo o ajuste do mesmo;
- contribuir para a avaliação do mecanismo de avaliação da ENED.

3. Metodologia

Os relatórios anuais são elaborados com base na recolha de informação conseguida junto da Comissão de Acompanhamento da ENED, junto das instituições subscritoras do Plano de Ação da ENED, junto das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) ou doutros atores que concorram para a execução da estratégia nacional.

Esta recolha de dados é realizada tendo por base o dispositivo de acompanhamento e avaliação elaborado para o efeito, tendo sido enviado um formulário online a cada entidade, para que pudesse preencher os respetivos dados.

Os contactos são feitos através do correio eletrónico e por via telefónica, após indicação da Comissão de Acompanhamento.

Os dados recolhidos são tratados estatisticamente de acordo com as linhas de análise definidas pela equipa de avaliação, em conjunto com a Comissão de Acompanhamento.

As sucessivas versões provisórias do relatório devem ser validadas pela Comissão de Acompanhamento e, posteriormente, pelas demais entidades subscritoras do Plano de Ação e por outros intervenientes na recolha de dados.

O relatório anual deve ser elaborado durante o 1.º semestre do ano subsequente ao qual se reporta. Uma 1ª versão do relatório será enviado à Comissão de Acompanhamento até ao dia 15 de agosto de 2014.

4. Conteúdo

O relatório anual tem a seguinte estrutura:

- Nota introdutória – apresentação do enquadramento da elaboração do relatório; apresentação das entidades responsáveis pelo relatório e pela sua execução;
- Objetivos do relatório – apresentação dos objetivos do relatório;
- Metodologia – apresentação do processo de recolha dos dados; justificação das opções tomadas e das limitações do relatório;

- Apresentação dos dados por tipologia de atividades – apresentação do número de atividades efetuadas em cada tipologia de atividade, para perceção do nível de cobertura da ENED; é importante incluir uma explicação de cada uma das medidas e tipologias, para facilitar a sua compreensão; é ainda essencial ensaiar explicações para as categorias de tipologias inteiramente não cobertas;
- Apresentação de dados por critérios – análise dos dados por critérios pré-definidos; são tidos em conta, sempre que possível, os seguintes critérios: local de realização das atividades, público a quem se dirigem, temáticas, responsáveis pela promoção, execução, parcerias, entidades financiadoras e volume de financiamento;
- Conclusões e recomendações – apresentação das conclusões e recomendações agrupadas por objetivo; são tidas em conta a existência de efeitos indiretos e as aprendizagens com os processos.
- Anexos – apresentação dos quadros de recolha de dados e de outros documentos importantes; os presentes Termos de Referência também constam dos mesmos anexos.

5. Resultados esperados e cronograma

A cada ano pretende-se conseguir:

- Uma recolha dos dados junto às instituições dinamizadoras de atividades da ENED, referidas anteriormente – até maio de cada ano;
- Uma primeira versão do relatório para aprovação pela Comissão de Acompanhamento – até ao final de julho de cada ano;
- Uma versão do relatório para aprovação pelas diversas instituições que forneceram dados para o relatório anual – até ao final de setembro de cada ano;
- Uma versão final do relatório anual – até ao final de cada ano.

6. Responsável pela redação

A redação do relatório está a cargo do Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento (GEED) da Escola Superior de Educação (ESE) do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), uma vez que é a instituição responsável pelo projeto "Capacitação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo em Educação para o Desenvolvimento (ED) e em matéria de planeamento, acompanhamento e avaliação da Estratégia Nacional de Educação para o

Desenvolvimento 2010-2015 (ENED)", objeto do contrato-programa celebrado entre o IPAD e a Fundação Fernão de Magalhães para o Desenvolvimento, em nome do IPVC, em 2011.

7. Responsável pela aprovação e divulgação

A aprovação e divulgação do relatório são da competência da Comissão de Acompanhamento da ENED, constituída pelo CICL, pela DGE, pela Plataforma Portuguesa das ONGD e pelo CIDAC.

ANEXO 2

Quadro das entidades que foram contactadas e sua adesão

Comissão de Acompanhamento	Sem resposta	Respondem que não têm	Enviaram
Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP	Só financiador, não executante		
CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Responde enquanto ONGD		
Direção-Geral da Educação			x
Plataforma Portuguesa das ONGD			X

Instituições Públicas	Sem resposta	Respondem que não têm	Enviaram
APA – Agência Portuguesa do Ambiente			X
ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural			X
CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género			X
Comissão Nacional da UNESCO			X
Instituto Português do Desporto e da Juventude			x
Organizações da Sociedade Civil	Sem resposta	Respondem que não têm	Enviaram
APEDI – Associação de Professores para a Educação Intercultural			x
ARIPESE	Delega nas ESE		
CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (DELEGOU NA ASPEA)			x
Comissão Nacional Justiça e Paz			x
Conselho Nacional da Juventude			x

ONGD CONTACTADAS	RECOLHA DE DADOS		
	Sem respost	Responde m que não	Enviam
ABRAÇO - Associação de Apoio a Pessoas com VIH/SIDA			X
ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos		X	
ADDHU - Associação de Defesa dos Direitos Humanos	X		
ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola			X
ADRA - Associação Adventista para o Desenvol., Recursos e Assistência			X
AIDGLOBAL – Acção e Integração para o Desenvolvimento Global			X
AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal	X		
AMU - Cooperação e Solidariedade Lusófona por um Mundo Unido	X		
APCD - Associação Portuguesa de Cultura e Desenvolvimento	X		
APF - Associação para o Planeamento da Família	X		
APOIAR - Associação Portuguesa de Apoio a África	X		
ATA - Associação Tropical Agrária	X		
Atlas - Associação de Cooperação para o Desenvolvimento	X		
Batoto Yetu (Associação Cultural e Juvenil)			X
CARITAS PORTUGUESA		X	
CEAUP - Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto			X
CHAPITÔ	X		
CIC - Associação para a Cooperação, Intercâmbio e Cultura	Não se consegue contacto		
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral			X
CPR - Conselho Português para os Refugiados			X
EAPN Portugal	X		
Engenho e Obra - Associação para o Desenvolvimento			X
EPAR - Desenvolvimento, Ensino, Formação e Inserção CLR		X	
Equipa d'África (Associação)	X		
FEC - Fundação Fé e Cooperação			X
FOM - Fundação Oliveira Martins	X		
Fundação Bomfim	X		
Fundação Champagnat	X		
Fundação Cidade de Lisboa	X		
Fundação Gonçalo da Silveira			X
Fundação Teresa Regojo	X		
G.A.S. Porto - Grupo de Acção Social do Porto	X		
GRAAL - Associação de Carácter Social e Cultural			X
GTO Lx - Grupo Teatro do Oprimido de Lisboa	X		
HELPO			X
IED - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento	X		
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr			X
INDE - Intercooperação e Desenvolvimento	Não se consegue contacto		
ISU - Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária			X
Leigos Para o Desenvolvimento			X
Ligar à Vida - Associação de Gestão Humanitária para o Desenvol.	X		
Médicos do Mundo			X
Meninos do Mundo	X		
MONTE - Desenvolvimento Alentejo Central – ACE			X
Mundo a Sorrir - Associação de Médicos Dentistas Solidários	X		

OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento			X
OMAS - Leigos da Boa Nova		X	
ORBIS - Cooperação e Desenvolvimento	X		
PAR - Respostas Sociais			X
PRO DIGNITATE - Fundação de Direitos Humanos	X		
Raia Histórica - Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira	X		
Rosto Solidário - Associação de Desenvolvimento Social e Humano			X
Saúde em Português	X		
SOLSEF - Sol sem Fronteiras			X
SOPRO – Solidariedade e Promoção			X
SUL - Associação de Cooperação para o Desenvolvimento	Não se consegue contacto		
TERRAS DENTRO - Associação para o Desenvolvimento Integrado		x	
TESE - Associação para o Desenvolvimento		x	
URBÁFRICA/UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa			X
UMP – União das Misericórdias Portuguesas	X		
UNICEF (Comité Português para a)	X		
Veterinários Sem fronteiras	X		
VIDA - Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano			X
VITAE - Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional	X		
WACT			X
Totais = 65	30	6	26

ESE	Sem resposta	Respondem que não têm	Enviam
Instituto Politécnico da Guarda			x
Instituto Politécnico de Leiria			X
Instituto Politécnico de Lisboa			X
Instituto Politécnico do Porto			X
Instituto Politécnico de Viana do Castelo – Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento			X
Instituto Politécnico de Castelo Branco			X
Instituto Politécnico de Portalegre			X
Instituto Politécnico de Santarém			X

ANEXO 3

Dados relativos aos projetos aprovados na fase de candidatura de 2013, na linha de financiamento do CICL para projetos de ED

	Projeto	Objetivo da ENED
IMVF	<i>Landmark</i> : Compras Públicas mais Justas e Sustentáveis (2.ª Fase)	Sensibilização e Influência Política
IMVF	Cidades <i>Glocals</i> : Campanha para a Promoção do Desenvolvimento e da Sustentabilidade (2.ª Fase)	Sensibilização e Influência Política
OIKOS	<i>Time to Seed</i> : uma Ação Global para Apoiar o papel Crítico da Agricultura Sustentável para Garantir a Segurança Alimentar e a Proteção Ambiental (2.ª Fase)	Sensibilização e Influência Política
IMVF	Redes para o Desenvolvimento: Educação Global para uma Cooperação mais Eficiente (1.ª Fase)	Sensibilização e Influência Política
CIDAC	Co-construindo uma Rede de Educação para a Cidadania Global no Meio Escolar (1.ª Fase)	Educação Formal
FEC	Semear Portugal, Semear Angola - Soberania e Direito à Alimentação (1.ª Fase)	Sensibilização e Influência Política
IMVF	Desafiar a Crise - Promover a Justiça Global e o Envolvimento dos Cidadãos em Tempos de Incerteza (1.ª Fase)	Sensibilização e Influência Política
IMVF	Museu Mundial (1.ª Fase)	Educação Não Formal
IMVF	Despertar para a Educação Global – Reforçar as Competências dos Membros das Organizações da Sociedade Civil Europeias (1.ª Fase)	Educação Não Formal
CIDAC	Do Campo para o Prato, o Direito a Alimentação e a Soberania Alimentar em Debate (1.ª Fase)	Sensibilização e Influência Política
FGS	Sinergias ED: Conhecer para Melhor Agir - Promoção da Investigação-ação na ED em Portugal (1.ª Fase)	Educação Formal
AIDGLOBAL	“Educar para Cooperar” - Loures - 3ª edição (1.ª Fase)	Educação Formal
VIDA	Planeta VIDA - <i>The Next Generation</i> (1.ª Fase)	Educação Formal
GRAAL	Banco de Tempo e Comércio Justo: Reforçando Outras Economias (1.ª Fase)	Sensibilização e Influência Política
PAR	Radar: Comunicação e Desenvolvimento - Modo de Usar (1.ª Fase)	Educação Não Formal

ANEXO 4

Algumas referências e atividades internacionais relacionadas com a ENED

A nível internacional tem sido efetuado um trabalho sistemático através da presença de representantes de Portugal em diversos *fora*, onde a ENED tem sido reconhecida por diversas vezes. Apresentam-se em seguida alguns exemplos desta presença e deste reconhecimento internacional:

- GENE - Global Education Network Europe:

- Reunião 29 do GENE em Dublin (2-4 de maio): prestação de informação sobre a execução da ENED no quadro do intercâmbio de experiências;
- Peer Review à ED em Portugal: visita a Portugal da equipa internacional (18-23 de fevereiro), que incluiu encontros com parlamentares das Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, de Educação, Ciência e Cultura, do Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento, Secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e do Ensino Básico e Secundário, Camões, DGE, Plataforma Portuguesa das ONGD, Comissão de Acompanhamento da ENED, entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED, ONGD e ESE;
- Lançamento da obra “Global Education in Europe – Policy, Practice and Theoretical Challenges” a 3 de maio: publicação, que inclui um texto sobre a ENED, da responsabilidade do CIDAC;
- Reunião 30 do GENE em Bruxelas (17-19 de outubro): prestação de informação sobre a execução da ENED no quadro do intercâmbio de experiências.

- Centro Norte-Sul do Conselho da Europa:

- Seguimento das recomendações saídas do 2.º Congresso Europeu de Educação Global (Lisboa, 27-28 de setembro de 2012): o Camões e a Plataforma Portuguesa das ONGD fizeram parte da comissão organizadora e a ENED foi mencionada no processo de preparação, na abertura e no encerramento.

- Comissão Europeia:

- Reuniões do *Policy Forum on Development* promovidas pela Comissão: divulgação do “*Staff Working Document on Development Education and Awareness Raising (DEAR) in Europe*”, que menciona a ENED (Bruxelas, 18-20 de junho e 27-28 de novembro).
- 1.º encontro de preparação do Ano Europeu para o Desenvolvimento 2015 (Bruxelas, 28 de novembro): referência à ENED, no quadro de descrição sumária das estruturas e mecanismos da ED em Portugal.
- Menção à ENED no quadro de diferentes reuniões e documentos relacionados com o debate em torno dos critérios de seleção dos projetos de ED no quadro do Programa Temático Atores Não Estatais e Autoridades Locais no Desenvolvimento.

- Conselho da União Europeia:

- Alusão à ENED em vários contributos do Conselho relativamente a diferentes documentos relevantes, designadamente, no quadro da preparação da decisão de instituição do Ano Europeu para o Desenvolvimento 2015, e da elaboração de conclusões no que toca ao novo regulamento para o Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento (2014-2020), à comunicação “Empoderamento das autoridades locais nos países parceiros para uma melhor governação e resultados mais concretos em termos de desenvolvimento” e ao novo Programa Temático Organizações da Sociedade Civil e Autoridades Locais no desenvolvimento (2014-2010).

- UNESCO

- Referência à ENED no quadro de contributo para reunião de consulta e preparação da Agenda Pós-2015 no que respeita ao objetivo educação (Paris, 5-6 de dezembro).

ANEXO 5

Apresentação sumária dos projetos e atividades reportados

OBJETIVO 1

Projetos de Educação para o Desenvolvimento

Nome da instituição	Designação do projeto	Descrição das atividades do projeto
Fundação Gonçalo da Silveira (FGS)	Sinergias ED: Conhecer para Melhor Agir - Promoção da Investigação na ED em Portugal	1 - Criação e consolidação de uma linha de investigação em ED no CEAUP; 2- Realização de um inquérito nacional sobre perceções e práticas de ED junto de atores relevantes; 3- Produção de artigos e ensaios de reflexão sobre conceitos, temáticas e metodologias em ED; 4- Criação e edição de uma revista científica digital sobre ED com Peer-Review; 5- Conferência Internacional sobre ED; 6- Prémio "Melhores Artigos em ED "; 7- Identificação e associação ao projeto de Organizações da Sociedade Civil e Instituições do Ensino Superior; 8- Encontros com as Organizações da Sociedade Civil e as Instituições de Ensino Superior associadas ao projeto; 9- Produção de Estudos de Caso de projetos de ED feitos em parceria pelas Organizações da Sociedade Civil e Instituições de Ensino Superior; 10- Divulgação da bibliografia de ED existente nos Centros de Recursos especializados do país; 11- Lançamento e dinamização de um website com informação, comunicações e discussão sobre ED; 12- Construção de materiais e referenciais de formação para a capacitação das OSC e das Instituições de Ensino Superior; 13- Experimentação dos referenciais de ED criados; 14- Encontro final para a apresentação dos referenciais construídos e validados.
Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo	Capacitação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo em Educação para o Desenvolvimento (ED) e em matéria de planeamento, acompanhamento e avaliação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED)	A1,1, Participar na elaboração e aplicar os instrumentos de recolha de dados; A1,2, Tratar, analisar e divulgar os dados recolhidos; A2,1, Recolher e tratar informação dos Planos Anuais das 14 entidades subscritoras do Plano de Ação; A2,2, Elaborar um Plano Anual Global de atividades; A3,1, Recolher e tratar informação dos Relatórios Anuais das 14 entidades subscritoras do Plano de Ação; A3,2, Elaborar um Relatório Anual Global de atividades; A3,3, Elaborar um relatório de Avaliação Intermédia (2012-2013); A3,4, Elaborar um Relatório de Avaliação final (2015-2016); A4,1, Recolher e tratar a informação de apoio à equipa internacional do Global Education Network Europe (GENE) encarregue da realização do peer review (2012-2013); A4,2, Elaborar a memória das duas reuniões anuais com as 16 IP e OSC envolvidas na elaboração da ENED; A5,1, Recolher informação e adquirir recursos bibliográficos e multimédia especializados na área de ED; A5,2, Participar em eventos nacionais e internacionais relevantes para a área de ED; A6,1, Partilhar experiências e aprendizagens com as Escolas Superiores de Educação, no quadro dos encontros anuais da ARIPESE.

ISU – Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária	Des(envolver): a Educação para o Desenvolvimento no Voluntariado para a Cooperação	Capacitação e acompanhamento das organizações na criação de Programas de Voluntariado para a Cooperação como estratégia de ED; Workshop no Porto: Educação para a Cidadania Global na Gestão de Programas de Voluntariado para a Cooperação; Elaboração de Guia para criação de Programas de Voluntariado para a Cooperação como estratégia de ED.
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Sem Fronteiras: Formar, Agir e Empreender	Cursos de Português: conceitos económicos e financeiros; Formação em comunicação para a empregabilidade; Formação para o empreendedorismo; Lançamento do Prémio “Ideias em Grande!” para boas ideias de geração de rendimento; Aconselhamento e apoio técnico-financeiro para o lançamento dos negócios vencedores do prémio; Educação Financeira; Programa de sensibilização intercultural para funcionários bancários; Elaboração de um toolkit sobre serviços financeiros para migrantes, para ser distribuído nas e através das instituições financeiras (Bancos, Agências de Microcrédito e Crédito e Cooperativas); Produção e Disseminação de materiais de comunicação sobre oportunidades de emprego e outras informações relevantes para as comunidades migrantes; Formações profissionais e de atualização e/ou capacitação para os migrantes; Serviço personalizado de aconselhamento para identificação de necessidades de formação vocacional; Produção e Disseminação de um programa de rádio dedicado a tópicos financeiros e económicos relevantes para os migrantes; Participação de diversos representantes de Associações de Migrantes na Academia da Migração Laboral do OIT em Turim; Organização de um evento sobre empreendedores migrantes,
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Redes para o Desenvolvimento: Da geminação a uma cooperação mais eficiente	A1,1 - "Da Geminação a uma cooperação mais eficiente": Apresentação nacional do projeto; A1,2 - Criação de uma Rede Nacional de Municípios para iniciativas de Cooperação Descentralizada e respetiva dinamização; A1,3 - Criação da Plataforma Virtual; A1,4 - Diagnóstico sobre Geminações e Cooperação Descentralizada na Alemanha; A2,1 - Ciclo de Mesas-Redondas: “Parcerias para o desenvolvimento”; A2,2 - Assembleias Públicas: “Cidadania Global”; A2,3 - Ciclo de Mesas Redondas: “Chamada Local para Ação Global”; A3,1 - Promoção do trabalho em rede e partilha de informação e boas práticas entre os municípios portugueses e outros atores; 3,2: Workshop: “Aprender com a experiência”; A3,3 - Seminário: “Alianças transnacionais: novas parcerias, novos desafios”; A3,4 - Apresentações nacionais da plataforma virtual; A4,1 - Ciclo de debates: “Autoridades Locais: um ponto focal para o desenvolvimento”; A4,2 - Workshops: "Da geminação à Cooperação Descentralizada"; A4,3 - Workshops: “Cooperação Descentralizada em ação” A5 - Avaliação e Coordenação da Ação.

Atividades inseridas nouro tipo de projetos

Nome da instituição	Designação do projeto	Descrição das atividades do projeto
Alto Comissariado para as Migrações, IP (ACM)	Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante 2013 (PAAI 2013)	O PAAI 2013 consiste no apoio financeiro às associações de imigrantes e estrutura-se em quatro linhas prioritárias de intervenção, a que correspondem quatro eixos de apoio: 1) Eixo de Apoio à Integração Plena e Igualdade de Oportunidades – iniciativas de apoio à plena integração dos imigrantes na sociedade, através de projetos dirigidos aos imigrantes e suas famílias, que facilitem o acesso a bens e serviços fundamentais para o exercício de direitos e deveres na sociedade portuguesa; 2) Eixo de Apoio à Valorização da Diversidade e da Interculturalidade – iniciativas que tenham em vista a mudança de mentalidades, a prevenção de atitudes discriminatórias e a promoção de competências de diálogo intercultural; iniciativas de divulgação da cultura do país de origem, como contributo para a construção de um modelo intercultural de sociedade; 3) Eixo de Apoio a Práticas de Reconhecido Mérito – iniciativas que possuem características particularmente inovadoras e de qualidade reconhecida; 4) Eixo de Apoio à Capacitação Associativa (Apoio Estrutural) – consiste no apoio à aquisição de bens ou serviços transversais e indispensáveis ao dia a dia do trabalho associativo, que capacitem as Associações das ferramentas necessárias para a execução das atividades a desenvolver

Atividades não inseridas em projetos

Nome da instituição	Descrição da Atividade
APA - Agência Portuguesa do Ambiente	ECOTECA DO ZAMBUJAL
APA - Agência Portuguesa do Ambiente	SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE Seminário nacional fazendo a apresentação pública dos projetos de EA e EDS promovidos por professores em regime de mobilidade ME/MAMAOT no contexto das decisões do GTEAS – Grupo de Trabalho da Educação Ambiental para a Sustentabilidade
União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, UCCLA	A UCCLA ofereceu 50 exemplares da edição O Livro da Escola do Mundo à Câmara Municipal de Odivelas para distribuição nas escolas e bibliotecas do concelho, Ofereceu também 100 exemplares desta edição ao Fundo de Apoio Social de Cabo-Verdianos em Portugal no âmbito da iniciativa “O Comboio da Esperança”, que comemorou o Dia da Criança Africana, O Livro da Escola do Mundo inclui diversas sugestões de atividades que traduzem a experiência de formação de professores e educadores de infância em Educação para o Desenvolvimento creditada pelo Conselho Científico-Pedagógico de formação contínua de professores e o desenvolvimento de projetos escolares, projetos de intercâmbio e workshops escolares em Educação para a Cidadania Global

União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, UCCLA	Disponibilização do texto Educação para o desenvolvimento através de “Oito Maneiras de Mudar o Mundo”, publicado no livro de atas do "X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais", no RepositóriUM em Janeiro, O RepositóriUM é o repositório institucional da Universidade do Minho, constituído com o objetivo de armazenar, preservar, divulgar e dar acesso à produção intelectual da Universidade do Minho em formato digital, O RepositóriUM pretende reunir, num único sítio, o conjunto das publicações científicas da UM, O RepositóriUM insere-se também no crescente movimento de constituição de repositórios e arquivos de livre acesso, no quadro da Open Access Initiative
Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género	Destacam-se sumariamente a elaboração da “Orientação para Profissionais de Saúde sobre Mutilação Genital Feminina”, dirigida a todos/as os/as profissionais de saúde do Sistema Nacional de Saúde”, o envolvimento das associações de imigrantes no combate à MGF, por via da atribuição do prémio “Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro”, a produção de um cartaz informativo, dirigido às comunidades em risco e para afixação nos equipamentos de saúde, a criação de uma rede de jovens estudantes provenientes de países onde a MGF se pratica, temporariamente residentes em Portugal
Plataforma Portuguesa das ONGD	Retiro Metodológico sobre o estado atual da ED em Portugal e no mundo
Plataforma Portuguesa das ONGD	Participação nas reuniões do DARE Fórum da CONCORD
Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento - Escola Superior de Educação / IP Viana do Castelo	Curso Livre “Cooperação, Cidadania e Desenvolvimento” - Curso de introdução à cooperação e educação para o desenvolvimento e voluntariado, fundamental para preparar os candidatos que participam nos projetos de voluntariado para a cooperação e para apoiar na sensibilização e promoção de projetos de Educação para o Desenvolvimento
Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento - Escola Superior de Educação / IP Viana do Castelo	Participação em Congressos/Conferências com comunicações sobre as suas áreas temáticas de trabalho - educação para o desenvolvimento
Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento - Escola Superior de Educação / IP Viana do Castelo	Participação em grupos de investigação sobre as suas temáticas de trabalho – Educação para o Desenvolvimento – em parceria com outras instituições
Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento - Escola Superior de Educação / IP Viana do Castelo	Curso "Educação para,,," sobre temáticas relacionadas com a ED (Direitos Humanos, Desenvolvimento Local, Intervenção Comunitária; Ciclo de projeto; ED)
Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto – CEAUP	Colóquio Internacional “Educação e Cooperação para o Desenvolvimento: Lições e Perspetivas”
Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto – CEAUP	Curso de Voluntariado para Cooperação - Curso de introdução à cooperação e educação para o desenvolvimento e voluntariado, fundamental para preparar os candidatos que participam nos projetos de voluntariado para a cooperação e para apoiar na sensibilização e promoção de projetos de Educação para o Desenvolvimento
Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto – CEAUP	Workshop: Educação para a Cidadania Global na Gestão de Programas de Voluntariado para a Cooperação, Destinado a organizações que enviem voluntários no âmbito dos seus projetos de Cooperação para o Desenvolvimento
Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto – CEAUP	Seminário EDUCAÇÃO, COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
Abraço-Associação de Apoio a Pessoas com VIH/SIDA	Prevenção, formação e ações de sensibilização e intervenção na área do VIH/Sida e outras IST's

CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Centro de Recursos para o Desenvolvimento, em Lisboa - oferece um acervo documental sobre os PALOP e Timor Leste, antes e depois das independências e sobre questões ligadas ao Desenvolvimento; promove ações de sensibilização e de formação sobre várias temáticas; vende publicações editadas pelo CIDAC
---	--

OBJETIVO 2

Projetos de Educação para o Desenvolvimento

Nome da instituição	Designação do projeto	Descrição das atividades do projeto
VIDA - Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano	PLANETA VIDA - The next generation	Atividade 1, Dinamizar, promover e atualizar os conteúdos PLANETA VIDA; Atividade 2, Apoio à criação de Clubes do Desenvolvimento nas escolas,
Comissão Nacional da UNESCO (Ministério dos Negócios Estrangeiros)	Ano Internacional de Cooperação no Domínio da Água	Diversas atividades dinamizadas no âmbito das áreas de atuação da UNESCO (Educação; ciência, cultura e comunicação) nomeadamente das Redes UNESCO: Rede das Escolas Associadas da UNESCO (57) Centros e Clubes UNESCO (28) Bibliotecas Associadas (16)
Direção-Geral da Educação	Programa de Atividades integrado no Contrato-Programa entre DGE, Camões-ICL, CIDAC e Fundação Gonçalo da Silveira	- Referencial de Educação para o Desenvolvimento para a educação pré-escolar e para os ensinos básico e secundário: orientação pedagógica do trabalho de elaboração; - Divulgação junto dos estabelecimentos de educação e ensino de projetos e outras iniciativas de Educação para o Desenvolvimento
Fundação Gonçalo da Silveira (FGS)	Site e Newsletter M-Igual?	1 - Atualização do site M-igual? com notícias, no âmbito da Educação para o Desenvolvimento/Educação para a Cidadania Global, direcionadas para escolas, alunos e professores; 2 - Criação e envio de uma newsletter semanal, no âmbito da Educação para o Desenvolvimento/Educação para a Cidadania Global, para agentes educativos que tenham manifestado interesse em receber novidades nesta área; 3 - Interligação e comunicação com os agentes educativos que nos contactam
AIDGLOBAL - Ação e Integração para o Desenvolvimento Global	"Educar para Cooperar" - Loures (3ª edição)	A 1,1 - Planificação e calendarização das atividades na escola parceira; A 1,2 - Apresentação do projeto à comunidade escolar; A 1,3 - Semana de Educação para o Desenvolvimento (planeamento); A 1,4 - Dinamização de um quadro informativo para alunos e professores; A 1,5 - Avaliação diagnóstica (macro) na Escola EB 2,3 do Alto do Moinho; A 2,1 - Planificação da integração das temáticas de ED nas disciplinas; A 2,2 - Abordagem das temáticas de ED nas aulas ; A 2,3 - Avaliação diagnóstica (micro) na turma escolhida; A 3,1 - Ação de informação nos concelhos de turma (planeamento); A 3,2 - Partilha de boas práticas nos Departamentos Disciplinares (planeamento); A 3,3 - Ação de formação para professores do 2º e 3º ciclos da escola (planeamento); A 4,1 - Criação e divulgação de materiais de apoio; A 4,2 - Apresentação pública do projeto ao Concelho de Loures; A 4,3 - Dinamização do site do projeto "Educar para Cooperar" (planeamento); A 4,4 - Disseminação mediática do projeto ; A 4,5 - Participação em Conferências, Seminários e Encontros de professores a nível nacional (planeamento)

União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, UCCLA	Aprender para o Desenvolvimento	Apresentação pública do Projeto; Criação dos Núcleos Municipais de Educação para a Cidadania Global; Creditação e divulgação das Oficinas de Formação; Criação e lançamento da Plataforma Web e Newsletter ESCOLAS DE DESENVOLVIMENTO; Oficinas de Formação de Professores; Workshops escolares de Educação para a Cidadania Global; Debate/ conceção de projetos transdisciplinares; Conceção do projeto comum de Intercâmbio; Implementação e Desenvolvimento dos projetos transdisciplinares; Funcionamento da Plataforma web ESCOLAS DE DESENVOLVIMENTO e disseminação da Newsletter mensal; Fórum MUNDO É AQUI; Edição de material pedagógico; Feira de Projetos, Ideias e Materiais,
Associação Sol Sem Fronteiras - Associação de Solidariedade Jovens Sem Fronteiras	Escolinhas Solidárias	Consciencializar crianças e jovens do 1º Ciclo ao Ensino Secundário para as disparidades entre Norte e Sul, promovendo a ação concreta
Médicos do Mundo	Corrida Solidária	Corridas Solidárias; atividades pedagógicas e de educação para o desenvolvimento
FEC – Fundação Fé e Cooperação	M&M - Move-te pela Mudança	Formação creditada de professores de EMRC; Acompanhamento de professores EMRC no contexto da formação; apresentação do projeto em Braga; Produção de Guiões Pedagógicos; flashmob com alunos das escolas do projeto; sessões temáticas em escolas
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Reinventar Fronteiras: percursos de proximidade entre atores educativos de ECG	Grupos de Trabalho sobre "alfabetização económica e social", "integração curricular de ECG" e "divulgação de materiais pedagógicos"; sessões com educadores de divulgação de materiais pedagógicos; Biblioteca Básica do Desenvolvimento; realização de encontros de educadores/as; plataforma online

Atividades inseridas noutra tipo de projetos

Nome da instituição	Designação do projeto	Descrição das atividades do projeto
Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto/ IP Guarda	Intercultural Education for Sustainability	Erasmus Intensive Programme

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género	Projeto Guiões de Educação Género e Cidadania	Preparação de 25 ações de formação acreditadas sobre Género e Educação, para docentes (total de 754h; 21 oficinas de formação e 4 cursos online) e concretização de 16 delas (total de 480h) abrangendo 342 docentes (89% sexo feminino e 11% sexo masculino) de 59 agrupamentos escolares, distribuídos por 12 distritos e 36 concelhos; edição online (no sítio web da CIG) da versão em inglês dos Guiões de Educação Género e Cidadania do pré-escolar e do 3º ciclo; reimpressão dos Guiões de Educação Género e Cidadania do pré-escolar e do 2º ciclo e sua distribuição pelas bibliotecas escolares dos Agrupamentos de Escolas (AE) do continente; reedição de cinco publicações da CIG destinadas a profissionais de educação, de apoio à prática pedagógica (complementam e apoiam a aplicação dos Guiões de Educação); 10 sessões sobre Género e Educação e de apresentação dos Guiões de Educação Género e Cidadania (5 a nível concelhio; 5 em instituições de ensino superior), com relevo para as relações entre os sexos e a construção da igualdade entre rapazes e raparigas ou para a valorização e integração da educação nas políticas públicas locais promotoras da igualdade entre mulheres e homens; Seminário Género e Educação saber mais, fazer melhor!, organizado pela Faculdade de Desporto da Universidade do Porto e a CIG; Seminário Educar e viver em igualdade de género: uma tarde para refletir, organizado pela ESE de Portalegre e a CIG; Seminário sobre Educação, Género e Cidadania na EB1 da Várzea de Sintra organizado pela ESSE de Lisboa, C, M, de Sintra e a CIG
Escola Superior Educação/I,P, Santarém	RIQUEB -Projeto Reforço Institucional e Qualitativo do Ensino Básico em S, Tomé e Príncipe	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de Manuais de apoio aos docentes de formação inicial da EFOPE - Elaboração de Guias de apoio às atividades de formação contínua - Elaboração de materiais didáticos de apoio à formação de diretores de escolas básicas - Apoio documental aos Centros de Recursos da EFOPE e de Água Grande
SOPRO - Solidariedade e Promoção	O Voluntariado e os Direitos Humanos	<p>Exposição de Fotografias Palestra com os Jovens Campanhas de Sensibilização Colóquio sobre os Direitos Humanos Elaboração de Cartazes</p>
Escola Superior de Educação e Ciências Sociais / IP Leiria	Mestrado em Ciências da educação, especialização em educação e desenvolvimento comunitário	Aulas, seminários, colóquios e trabalhos de investigação
Escola Superior de Educação de Lisboa do Instituto Politécnico de Lisboa (ESELx)	Educação para a Cidadania Global	(1) Realização de seminários, abertos à comunidade, dinamizados por especialistas de diversas áreas de intervenção e estudo sobre os seguintes temas: Direitos Humanos e da Criança, Cidadania e Género, Educação Sexual, e Educação para o Desenvolvimento, Este conjunto de seminários são uma componente de quatro unidades curriculares (UC) eletivas, com as designações dos temas referidos, integradas no plano de estudos da Licenciatura em Educação Básica, Cada uma destas UC confere 3 créditos e são oferecidas também como UC isoladas, podendo ser frequentada por qualquer interessado; (2) Integração, em conjunto com várias universidades europeias, da European Network of Masters in Children's Rights;
Plataforma Portuguesa das ONGD	Contrato Programa Plataforma Camões IP	Sessão de informação sobre ONGD e ODM na Escola Básica Alfredo Silva, Albarraque, Sintra

ENGENHO & OBRA - Associação para o Desenvolvimento e Cooperação, ONGD	Curso de Gestão de Projetos Sociais de Intervenção	Conhecer os conceitos fundamentais e ferramentas de apoio adequadas à Conceção de Projetos, segundo a metodologia do Quadro Lógico; Conhecer os conceitos fundamentais e ferramentas de apoio adequadas à Gestão de Projetos, na perspetiva PCM (Project Cycle Management), validada e aplicada nos programas de financiamento da Cooperação Portuguesa, da Comissão Europeia e dos principais doadores internacionais; Adquirir conhecimentos básicos necessários para identificar, formular, planificar e avaliar um projeto social bem como gerir e avaliar a sua implementação e aprofundar conhecimentos específicos; Adquirir conhecimentos e conceitos para identificar doadores nacionais e internacionais, na perspetiva de captar financiamentos; Aplicar os conceitos e conhecimentos adquiridos, utilizando instrumentos e ferramentas adequados
---	--	--

Atividades não inseridas em projetos

Nome da instituição	Descrição da Atividade
Escola Superior de Educação de Portalegre	Promoção da educação para o Desenvolvimento na Educação Formal - Análise de conteúdo das unidades curriculares dos cursos de formação de educadores e professores- Educação Básica, Mestrado em Educação Pré-escolar e Mestrado em Ensino do 1º e 2º ciclo do Ensino Básico; Oficina de formação para educadores e professores do 1º ciclo "Educação Alimentar nas Escolas: agir sobre os comportamentos, Oficina de formação para professores de todos os ciclos de estudos: "Currículo na educação básica e contributos para a formação global do aluno/da aluna: construção da identidade de género e cidadania"
Escola Superior de Educação de Castelo Branco	Realização de Seminários no âmbito da Prática de Ensino Supervisionada do curso de Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º ciclo do Ensino Básico com envolvimento das mestrandas, educadores e professores cooperantes e docentes do curso
APA - Agência Portuguesa do Ambiente	ACÇÕES DE FORMAÇÃO INSERIDAS NO DESENVOLVIMENTO DE PROJECTOS PROMOVIDOS PELAS ONGA VOCACIONADOS PARA O PÚBLICO ESCOLAR Apoio à realização / organização de ações de formação no âmbito do desenvolvimento de projetos promovidos pelas ONGA vocacionados para o público escolar (Eco-Escolas, JRA, Olimpíadas do Ambiente, Jovens Cientistas e Investigadores, ...)
APA - Agência Portuguesa do Ambiente	REGISTO NACIONAL DE ONGA Gestão e manutenção do RNONGA - Registo Nacional de Organizações Não Governamentais na área do Ambiente -, acompanhando-as no cumprimento das exigências para a manutenção desse registo
Fundação Gonçalo da Silveira (FGS)	Colaboração com os 3 Colégios da Companhia de Jesus em Portugal: 1 - Formação e capacitação de professores na área da Educação para o Desenvolvimento/Cidadania Global; 2 - Ação de consciencialização e formação dos grupos de voluntariado dos colégios, na área da Educação para a Cidadania Global; 3 - Colaboração no Programa de Orientação Vocacional de 9,º ano do Instituto Nun'Álvares, com a introdução de uma perspetiva global; 4 - Colaboração com o grupo "Diálogos" do Instituto Nun'Álvares, na vertente da igualdade do Género, 5 - Sessão de apresentação do conceito e metodologias ED em contexto escolar
APEDI-Associação de Professores para a Educação Intercultural	7º Encontro APEDI (20 anos de) Interculturalidade em Portugal: diversidade e inclusão?
Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto	Início de uma Unidade Curricular opcional para vários cursos da Escola (Educação Social; Educação Musical e Artes Visuais e Tecnologias Artísticas) denominada por "Globalização e Cooperação para o Desenvolvimento" da qual a ED é um dos conteúdos centrais, A UC funcionou pela primeira vez no ano letivo 2012/ 2013 com cerca de 40 estudantes

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género	28 ações de sensibilização sobre Violência de Género, Violência Doméstica e Violência no Namoro para estudantes, docentes e comunidades educativas, envolvendo 615 participantes, num total de 41 h; Concurso Boas Práticas em Educação Para a Saúde, 2012 - 2013 para agrupamentos de escolas (203 candidaturas; atribuídos 10 prémios); divulgação dos materiais apresentados pelas escolas na página web da DGE, no microsite Educação Para a Saúde
Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento - Escola Superior de Educação/ IP Viana do Castelo	Apoio à Unidade Curricular Iniciação à Prática Profissional III da ESE-IPVC - Dinamização de vinte e sete sessões (54 horas) correspondentes ao 2º ciclo do EB da IPP3, em parceria com os agrupamentos de escolas do Concelho, no âmbito da Educação para o Desenvolvimento, Está ainda disponível para todo o acompanhamento aos estagiários e para as visitas às escolas cooperantes
Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento - Escola Superior de Educação/ IP Viana do Castelo	Mestrado de Promoção e Educação para a Saúde e Mestrado de Gestão Artística e Cultural - dinamização de sessões com seminários na área da Educação para o Desenvolvimento
Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto - CEAUP	Mestrado em Estudos Africanos e Mestrado em relações Internacionais, História e Cooperação - dinamização de sessões com seminários na área da Educação para o Desenvolvimento
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Proposta didática "Conectando Mundos" - plataforma pedagógica com propostas de atividades sobre um tema para trabalho dos alunos/as, dos 6 aos 17 anos, com os seus professores/as, Em 2013 o tema é o "consumo responsável",
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Nove sessões de sensibilização temáticas em escolas dos ensinos básico e secundário, para alunos/as, a pedido dos/as professores/as; na maioria a temática é o Comércio Justo/ Consumo Responsável; por vezes acompanhadas da exibição de uma exposição sobre o Comércio Justo
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Uma sessão de sensibilização nas instalações do CIDAC com alunos dos ensinos básico e secundário, para alunos/as, a pedido dos/as professores/as; na maioria a temática é o Comércio Justo/ Consumo Responsável; por vezes acompanhadas da exibição de uma exposição sobre o Comércio Justo
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Sessões de Sensibilização realizadas no âmbito do Centro de Recursos do CIDAC: uma sessão sobre os impactos das políticas de austeridade, para uma turma de jovens dinamarqueses; uma sessão sobre a experiência da cooperativa cubana de produção de açúcar orgânico de Comércio Justo Ricardo González del Baliño; uma sessão sobre os princípios do Comércio Justo aplicados ao turismo para uma turma do 10º ano de Turismo de uma escola de Lisboa; uma sessão sobre a experiência de cooperação do CIDAC na Guiné-Bissau, para uma turma de antropologia da Universidade Nova com alunos/as provenientes de vários países
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Dinamização de atividades de ED nas escolas

OBJETIVO 3**Projetos de Educação para o Desenvolvimento**

Nome da instituição	Designação do projeto	Descrição das atividades do projeto
AIDGLOBAL - Ação e Integração para o Desenvolvimento Global	Dinamização do Movimento Formiga Juju em Portugal	A Formiga Juju é a personagem principal de dois contos infantis, já editados em livro, criados por um grupo de cidadãos moçambicanos para responder ao desafio da promoção da literacia junto de crianças moçambicanas, em situação de vulnerabilidade, despertando nelas a criatividade e o gosto pela leitura, Motivada pelas mensagens transmitidas pelas histórias protagonizadas pela personagem da Formiga Juju, a AIDGLOBAL decidiu assumir este Movimento como mais um dos seus projetos de Educação para o Desenvolvimento (ED), Nos contos sobrelevam valores como: a solidariedade, a diversidade, a criatividade, a união, a inclusão, a participação, a defesa do meio ambiente e a cidadania, A AIDGLOBAL promove sessões de leituras dramatizadas dos contos da Formiga Juju em escolas e bibliotecas
Graal	Banco de Tempo e Comércio Justo Reforçando Outras Economias	Realização de 1 ação de sensibilização sobre os contributos dos movimentos Banco de Tempo e Comércio Justo para um modelo mais justo e sustentável, dirigido às equipas dinamizadoras dos Bancos de Tempo; Publicação de artigo sobre o Banco de Tempo enquanto alternativa ao modelo socioeconómico dominante; Realização de 3 sessões de capacitação das equipas locais dos Bancos de Tempo, centradas no Comércio Justo
Conselho Português para os Refugiados (CPR)	RefugInforma-te	- Formar e informar diversos grupos da sociedade civil, tornando-os mais esclarecidos sobre os motivos que conduzem às migrações forçadas e às dificuldades vividas pelos refugiados no processo de deslocação forçada, estimulando-os a intervir neste domínio; - Sensibilizar a sociedade de acolhimento para os problemas específicos dos refugiados em Portugal e no Mundo
Rosto Solidário (ONGD)	É de Género?	Apoio a um grupo de jovens numa iniciativa jovem - Produção de 1 suplemento de jornal mensal - "Notícias para a Igualdade; Pós-produção e edição do documentário "Mamãs do Papelão"; Elaboração do manual de formação em Igualdade de Género, Diversidade e Diversidade Cultural; Ações de visualização e exploração do documentário e outras ações de sensibilização
ENGENHO & OBRA - Associação para o Desenvolvimento e Cooperação, ONGD	Capacitar Para Pequenos Ofícios	Fazer a abordagem de diversas técnicas de culinária e modos tradicionais de confeccionar os alimentos; sensibilizar os alunos para a necessidade de seguir uma alimentação racional, utilizando produtos frescos e acessíveis; utilizar materiais/produtos de baixo custo e de fácil confeção compatível com horários de trabalho sobrecarregados; combater a "sociedade do deitar-fora", do gasto desnecessário de artigos caros e facilmente perecíveis, do puro desperdício; fornecer aos formandos a possibilidade de concretizar vários projetos de decoração com um pequeno orçamento e alguns conhecimentos básicos; sensibilizar para as inúmeras possibilidades de recuperar, reciclar e renovar todo o tipo de materiais que nos rodeiam; desenvolver a criatividade de cada um, ultrapassando limitações ou inseguranças inibidoras; aprender a ver e apreciar a beleza de trabalhos simples e

		decorativos, que criam ambientes acolhedores, Fazer uma análise do panorama económico mundial, mais concretamente em Portugal; perceber o conceito do microcrédito em Portugal e a forma como podemos utilizar esta ferramenta para criar o nosso próprio negócio
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Museu Mundial	A1,1 – Recolha de exemplos de boas práticas metodológicas de educação global; A1,2 – Conduzir um inquérito aos técnicos e visitantes dos museus; A1,3 – Organizar um workshop conceptual para todos os parceiros e outros peritos; A1,4 – Desenvolver 40 ferramentas inovadoras de educação global; A2,1 – Desenvolver e aplicar 10 ferramentas inovadoras de educação global para serem incluídas nas exposições dos museus; A2,2 – Elaborar e divulgar roteiros e catálogos das exposições para visitantes que incluam referências aos temas globais; A2,3 – Organizar 5 formações internas dirigidas aos guias dos museus participantes; A2,4 – Produzir e divulgar um folheto de promoção da educação global nas exposições dos museus; A2,5 – Organizar uma semana de inauguração para cada museu; A2,6 – Ter em exibição nos 5 museus, durante pelo menos um ano, as exposições que incluem as ferramentas inovadoras de educação global; A3,1 – Documentar o desenvolvimento e a produção das ferramentas inovadoras de educação global; A3,2 – Avaliar o uso prático das ferramentas nas exposições; A3,3 – Organizar um workshop de multiplicação com a duração de dois dias; A3,4 – Estabelecer e disseminar uma base de dados de multiplicadores online; A3,5 – Elaborar e disseminar uma versão e-book de 130 páginas da base de dados; A3,6 – Elaborar e divulgar um mini manual de 10 páginas para promover a educação global nos museus; A3,7 – Divulgar a abordagem inovadora em 4 conferências europeias; A4,1 – Organizar 8 cursos de formação externos para técnicos de museus e ONGD; A4,2 – Organizar e promover 8 mesas redondas para museus e ONGD; A5,1 – Estabelecer as regras de gestão global do Projeto num workshop inicial de parceiros; A5,2 – Organizar e orientar 6 reuniões de coordenação e planeamento com todos os parceiros; A5,3 – Organizar 15 reuniões de parceiros via skype; A5,4 – Gerir o sistema de acompanhamento, controlo financeiro, administração e avaliação interna do Projeto; A5,5 – Implementar e monitorizar o plano de visibilidade; A5,6 – Participar no Seminários organizados pela EuropeAid; A5,7 – Realizar uma auditoria financeira; A5,8 – Realizar uma avaliação externa
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Despertar para a Educação Global – Reforçar as competências dos membros das Organizações da Sociedade Civil europeias	A1,1 – Elaborar um estudo sobre cursos de formação de educação global e educação de adultos para voluntários em cada país participante; A1,2 – Organizar um workshop sobre teorias e práticas de educação global e educação de adultos; A1,3 – Produzir e aprovar um currículo formativo; A1,3,1 – Organizar 4 reuniões de peritos; A1,3,2 – Organizar 6 reuniões de planeamento; A1,4 – Implementação de 5 cursos de introdução à Educação Global; A1,5 – Implementação de cursos teste em cada país; A1,6 – Desenvolvimento e produção do manual de formação; A2,1 – Organizar o Congresso “WeltWeitWissen”; A2,2 – Workshop de Avaliação; A2,3 – Divulgação do material conceptual a 400 ONGD europeias; A3,1 – Organização de mesas redondas e reuniões com membros do Parlamento, membros do governo, decisores políticos e representantes da sociedade civil em cada país; A3,2 – Evento dentro do edifício do Parlamento; A3,3 – Conferência Regional sobre temas do desenvolvimento; A3,4 – Organizar um diálogo político com atores chave nos ministérios e no parlamento; A4,1 – Estabelecer as regras de gestão global do Projeto; A4,2 –

		Organizar e orientar 3 reuniões de coordenação e planeamento com todos os parceiros; A4,3 – Gerir o sistema de acompanhamento, controlo financeiro, administração e avaliação interna do Projeto; A4,4 – Realizar uma auditoria financeira; A4,5 – Participar em duas reuniões anuais com a Comissão Europeia; A4,6 – Desenvolver e implementar uma estratégia de comunicação e visibilidade para as atividades do projeto
--	--	--

Atividades inseridas nouro tipo de projetos

Nome da instituição	Designação do projeto	Descrição das atividades do projeto
Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu Portugal	Projecto Integrarte	<p>Eixo I: Inclusão escolar e educação não formal:</p> <p>Apoio escolar: Apoio escolar e preparação para testes e exames;</p> <p>Mediação escolar: Articulação com escolas, alunos e familiares, com vista à sinalização e reforço do acompanhamento de alunos com dificuldades escolares (i.e, sucesso letivo, mas também absentismo ou outros problemas de integração escolar), Esta poderá ser realizada individualmente ou em grupo, sendo que as estratégias a adotar serão definidas caso a caso;</p> <p>In,forma-te: Atendimento no domínio da orientação vocacional e construção de projetos de vida, bem como do encaminhamento para respostas de formação;</p> <p>Programa de transição entre ciclos: Programa específico de preparação para a transição entre ciclos letivos (e.g, passagem para o 2º ciclo), a desenvolver entre os meses de abril e junho;</p> <p>Encontros de pais: Estratégias e atividades de formação parental, desenvolvidas individualmente e em grupo, com o objetivo de reforçar as competências parentais e o envolvimento dos familiares na vida dos educandos;</p> <p>Eixo II: Formação profissional e empregabilidade:</p> <p>Espaço emprego: Atendimento na área da procura ativa de emprego, que procurará não só apoiar na procura e resposta a ofertas de emprego, mas também em áreas complementares como a exploração vocacional, preparação para entrevistas de emprego, entre outras;</p> <p>Encaminhamento para formação profissional: Atendimento e encaminhamento para respostas de formação profissional certificada;</p> <p>Estágios: Encaminhamento e acompanhamento de estágios curriculares e extracurriculares, que visam reforçar as competências dos jovens, favorecendo o seu ingresso no mercado laboral;</p> <p>Eixo III: Dinamização comunitária e cidadania:</p> <p>Oficinas artísticas e culturais: Oficinas artísticas e expressivas, em que as crianças e jovens terão oportunidade de experimentar diferentes modalidades artísticas;</p> <p>Clubes interculturais: Dinâmicas de média a longa duração, em que serão utilizadas estratégias artísticas e ferramentas de educação não formal, para desenvolver um trabalho de exploração de diferentes temáticas de cidadania e interculturalidade; Atividades desportivas: Dinâmicas</p>

		<p>desportivas diversificadas; Atividades lúdico-pedagógicas: Atividades diversificadas (e,g, expressão plástica, jogos de cooperação, visionamento de filmes) de carácter pedagógico; Atividades de verão: Atividades lúdicas a realizar no exterior, durante os meses de verão, incluindo visitas, intercâmbios e jogos;</p> <p>Eixo IV: Inclusão digital: CID Formação (jovens): Atividades de formação certificada no âmbito das TIC, com recurso a diferentes currículos e programas de certificação, a desenvolver no espaço CID Forma do projeto ou noutros espaços, em parceria com entidades locais; CID Formação (adultos): Idem, desta feita dirigidas a adultos; CID Escola: Atividade de apoio escolar, recorrendo a ferramentas informáticas, Esta atividade permitirá apoiar as crianças e jovens na realização de trabalhos no computador e pesquisas temáticas, bem como explorar a ferramenta Escola Virtual, da Porto Editora; CID Emprego: Apoio à inserção laboral com recurso a ferramentas informáticas, como a pesquisa de ofertas de emprego em websites, atualização do currículo e carta de apresentação, entre outras vertentes; CID Uso livre: Utilização livre dos computadores, com monitorização de um responsável do projeto, para atividades de interesse pessoal;</p> <p>Eixo V: Empreendedorismo e capacitação: Dinâmicas de apoio à comunidade: Atividades de apoio à comunidade, em diversas vertentes, desenvolvidas pela equipa do projeto ou pelos próprios destinatários; Interligar-te: Iniciativa de capacitação e formação na área do empreendedorismo social e participação cívica, em que os jovens serão incentivados a criarem os seus próprios projetos e atividades; Prémios Integr,arte: Atividade de preparação da entrega de prémios anuais do projeto, em que os jovens, equipa de projeto, parceiros e comunidade, tratarão da seleção dos nomeados nas várias categorias (i,e, sucesso escolar, progressão escolar, voluntário, professor, familiar, empreendedor, desportista, entre outras categorias), bem como da organização logística; Encontro Integr,arte: Encontro anual organizado pelos jovens e equipa técnica do projeto, que serve como momento anual de divulgação e validação do trabalho do projeto, incluindo a entrega dos prémios Integr,arte, atuação de grupos do projeto e apresentação dos resultados anuais, com presença do público-alvo, parceiros e convidados; Concurso de Ideias de Negócio: Concurso anual promovido pelo Programa Escolhas a nível nacional</p>
ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental	XX Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental	Conferências; palestras, oficinas, saídas de campo, mostra de filmes ambientais
ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental	I Fórum Infanto-Juvenil de Coruche	Oficinas; saídas de campo; peças de teatro e música representadas pelos alunos; mostra de filmes sobre ambiente
ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental	Projeto Rios	Cursos de Monitores; Saídas de Campo; Encontros nacionais; Palestras

União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, UCCLA	Todos - caminhada de culturas	Casa de Todos; Orquestra Todos; Todos - saberes e sabores culturais; e Festival Todos (com diversas atividades organizadas nos seguintes eixos: Espetáculos; Rotas; Rua de São Bento com Todos; e Experiências)
União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, UCCLA	Festival Jovem da Lusofonia	Festival Cultural (lançamento de livros; concertos; exposições; concursos de fotografia; workshops; debates; Atelier Livro; jogos tradicionais da lusofonia; encontro de jovens; comemoração da Semana da Lusofonia na União Europeia)
Associação Helpo	Projecto B,R,I,N,C,A,	- Estudo acompanhado para jovens entre os 6 e os 14 anos, de 2ª a 6ª feiras, das 17h30 às 19h; - Atividades nas interrupções letivas, para jovens entre os 6 e os 16 anos, de 16 de Junho a 8 de Agosto, das 9h às 18h

Atividades não inseridas em projetos

Nome da instituição	Descrição da Atividade
Comissão Nacional Justiça e Paz	Sessão de 1/2 dedicada à pobreza, em Portugal e no mundo
WACT - WE ARE CHANGING TOGETHER	Spirit, atividades: divulgação do projeto junto das universidades; recrutamento de formandos para enquadrar a turma do projeto; sessões teórico-práticas em Portugal (duração de 5 meses); Workshops (que visam o desenvolvimento de competências necessárias para o sucesso da construção e implementação do projeto individual de cada formando); Implementação do projeto desenhado por cada formando na sua área de interesse em São Tomé (duração de 6 semanas); Avaliação do Impacto dos projetos em terreno, Incubação, atividades: Diagnóstico (entrevista inicial com o empreendedor social; enquadramento do projeto; identificação dos principais desafios); Estrutura (apoio na estruturação de ideias e documentos); Formação (realização de ações de formação com o objetivo de fornecer novas ferramentas; potenciar a partilha de ideias e experiências entre empreendedores); Avaliação (acompanhar; avaliar o impacto social do projeto)
ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental	III Jornadas de Educação Ambiental Pretendem potenciar a educação global entendida como desenvolvimento individual e coletivo de inteligências, destrezas e valores culturais com o recurso interdisciplinar das artes e da sua articulação com outros campos do saber e do estar, como a Educação para a Cidadania, a Educação Ambiental para a Sustentabilidade, a Educação para os Valores, a Educação para a Paz, Educação do Consumidor, etc, Durante as Jornadas há conferências, palestras e oficinas
AIDGLOBAL - Ação e Integração para o Desenvolvimento Global	Ateliê "O Mundo em Nós" - Viagem Intercultural, O Ateliê é uma atividade de Ocupação de Tempos Livres que foi desenvolvida durante um dia com crianças dos 5 aos 15 anos, no âmbito das Férias Desportivas da Junta de Freguesia dos Olivais

Conselho Nacional de Juventude (CNJ)	<p>"A Escola de Desenvolvimento Juvenil (EDJ) do CNJ promove, desde 2006, cursos de formação de formadores, Tornando-se atualmente o espaço de maior visibilidade e reconhecimento no desenvolvimento de competências na área da Educação Não Formal em Portugal,</p> <p>A III EDJ criou um espaço de excelência para o tecido associativo, de partilha de experiências, de aprendizagens e de criação de futuras sinergias, Os cursos de Formação de Formadores dirigem-se aos jovens e trabalhadores juvenis que estão em condições de agir como "multiplicadores" para uma filosofia sócio educacional baseada na participação, numa democracia pluralista e inclusiva,</p> <p>Estas formações são uma oportunidade para capacitar as nossas organizações membro e outras associações juvenis para desenvolver atividades de Educação Não-Formal, São também oportunidades únicas para desenvolver parcerias entre o CNJ, as Associações Juvenis e Estudantis, os Institutos públicos que tutelam a área da juventude, educação, saúde e outros interessados em abraçar este projeto,</p> <p>A 3ª edição promoveu 3 formações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Educação para os Direitos Humanos (objetivo: desenvolvimento de competências no âmbito da EDH a nível local e nacional em Portugal); - Educação Não-formal (objetivo: compreensão sobre o papel da "formação" e dos "formadores" no contexto português de trabalho juvenil); - Educação para a Saúde (objetivo: desenvolvimento de competências no âmbito da área de educação para a saúde – estilos de vida saudáveis) "
Conselho Nacional de Juventude (CNJ)	<p>Jornadas: Educação Não-Formal como um caminho para a cidadania - inseridas nas Comemorações do Dia do Associativismo Jovem;</p> <p>Com as comemorações do Dia do Associativismo Jovem celebramos os valores subjacentes ao associativismo em geral e ao juvenil em particular, os quais imprimem às associações o seu carácter democrático, solidário criativo e as torna espaços de verdadeiro exercício de cidadania,</p> <p>Estas comemorações são, anualmente, organizadas pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., em parceria com o Conselho Nacional de Juventude e com a Federação Nacional das Associações Juvenis, Este ano, a iniciativa teve como grande tema de reflexão, "Valorizar e Validar a Educação Não Formal" e sob esta égide fora desenvolvidas diversas atividades por todo o território nacional, ao longo do mês de abril;</p> <p>Neste espaço de debate, reflexão, aprofundamento e reconhecimento do conceito de Educação Não Formal (ENF) e com enfoque no futuro, foi dada particular atenção aos desafios que atualmente se colocam nesta matéria, Teve como objetivo final das Jornadas, através dos grupos de trabalho, a redação de recomendações e propostas com vista ao maior reconhecimento do conceito, valências e competências proporcionadas pela ENF aos jovens</p>
ADRA Portugal	Ateliê de Verão "Cidadãos Exemplares"
Leigos para o Desenvolvimento	<p>A Missão dos LD [promover o desenvolvimento integral e integrado de pessoas e comunidades de países em desenvolvimento e de Portugal, com vista à sua capacitação e autonomização, através do testemunho e da intervenção preferencial de voluntários missionários qualificados] só se concretiza através da formação, acompanhamento e acolhimento de voluntários cuja experiência antes, durante e pós presença no terreno configura na sua globalidade uma experiência profunda de Educação para o Desenvolvimento</p>
APA - Agência Portuguesa do Ambiente	<p>BOLSA DE PROFESSORES AO ABRIGO DO PROTOCOLO DE 2005 ENTRE O MINISTÉRIO QUE TUTELA O AMBIENTE E O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO QUE DESENVOLVEM ACTIVIDADES DE EA E EDS EM ONGA E OUTRAS INSTITUIÇÕES</p> <p>Apoio às entidades que requisitam intervenção para acompanhamento técnico-pedagógico dos seus projetos mediante critérios de avaliação de eficiência e eficácia, e da qualidade dos mesmos</p>
APA - Agência Portuguesa do Ambiente	<p>APOIO A PROJECTOS QUE INCENTIVAM AÇÕES DE EA E EDS</p> <p>Apoio técnico, logístico e financeiro para ações concretas de projetos desenvolvidos por OSC e outras entidades</p>

OBJETIVO 4**Projetos de Educação para o Desenvolvimento**

Nome da instituição	Designação do projeto	Descrição das atividades do projeto
Coligação Nacional da Campanha Global pela Educação	Campanha Global pela Educação (CGE)	A Campanha Global pela Educação (Global Campaign for Education - GCE) é uma coligação internacional de organizações da sociedade civil e ONGs, de sindicatos do mundo educativo, centros escolares e movimentos sociais diversificados, comprometidos com o Direito à Educação, em particular com o alcance do 2º ODM, A principal atividade da Campanha é a Semana de Ação Global pela Educação que, em 2013, teve como tema "Todas as crianças precisam de um professor"
Oikos - Cooperação e Desenvolvimento	Cinema Documental ODM	"1,1, Elaboração de regulamento de concurso de cinema documental jovem; 1,2, Desenvolvimento de material de divulgação do concurso e de (in) formação sobre os ODM; 1,3, Divulgação de Concurso de Cinema Documental; 1,4, Realização de sessões formativas sobre os ODM a participantes, instituições educativas e organizações de base; 1,5, Constituição de júri de seleção dos documentários finalistas; 1,6, Realização de 2 Festivais de cinema documental jovem – ODM (Portugal e Espanha); 2,1, Produção de material para ciclos de cinema documental; 2,2, Disponibilização online dos documentários e produtos do projeto; 2,3, Realização de ciclos de Cinema Documental; 3,1, Definição de plano de ação de incidência sobre ODM; 3,2, Realização de encontro ibérico entre os vencedores de cada País"
Oikos - Cooperação e Desenvolvimento	Time to Seed	Plataforma Online sobre agricultura sustentável; Investigação e divulgação científica sobre agricultura sustentável; Ligação com Redes Internacionais; Campanha de comunicação sobre agricultura sustentável; Comunicação com os Media sobre agricultura sustentável; Desenvolvimento de um Kit Pedagógico sobre agricultura sustentável; Concurso Europeu de Comunicação; Participação de eventos na União Europeia

Conselho Nacional de Juventude (CNJ)	V Escola de Jovens Líderes da CPLP	<p>"A V Escola de Jovens Líderes da CPLP ambiciona promover um amplo debate sobre a situação dos jovens do espaço da CPLP, promovendo a capacitação dos jovens líderes dos Conselhos Nacionais de Juventude dos países membros da CPLP, nomeadamente quanto à participação nos processos de tomada de decisão;</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1, Partilha de experiências entre as diferentes realidades dos jovens da do espaço da CPLP; 2, Disseminação de informação sobre a cooperação na CPLP; 3, Enquadramento do trabalho juvenil internacional, para uma ação concertada do Fórum de Juventude da CPLP e seus membros; 4, Reflexão conjunta sobre a cooperação lusófona em matéria de juventude; 5, Capacitação para o empreendedorismo social; 6, Formação em advocacy para programas e políticas de juventude; <p>A V Escola de Jovens Líderes da CPLP, com enfoque na "Participação dos Jovens nos processos de tomada de decisão" irá desenvolver-se em formato de seminário residencial, integrado na 5ª edição da Universidade Africana de Juventude e Desenvolvimento;</p> <p>Seminário de 8 dias para 16 jovens líderes mulheres com os seguintes conteúdos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Formação em advocacy para políticas de juventude; 2- Grupos de trabalho sobre as temáticas da emancipação juvenil: emprego; educação e formação; habitação; qualidade de vida; participação na vida democrática; 3- Troca de boas práticas sobre o trabalho juvenil; 4- Mesa-redonda sobre 'Participação Democrática'
Conselho Nacional de Juventude (CNJ)	Academia de Jovens Líderes	<p>Curso de Formação em Políticas de Juventude e Cooperação Internacional para Conselhos Nacionais de Juventude (Training Course on Youth Policies and International Cooperation for National Youth Councils) promovido pelo CNJ na Universidade de Juventude e Desenvolvimento em Mollina, Espanha (University on Youth and Development);</p> <p>Os objetivos específicos da Universidade Europeia de Jovens Líderes são:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 - Promover a partilha de boas práticas europeias no âmbito da juventude; 2 - Aumentar o diálogo entre os jovens líderes e educadores (Youth Workers) ativos –nos Conselhos Nacionais de Juventude; 3 - Promover o diálogo intercultural e a solidariedade entre os jovens europeus; 4 - Aumentar a conscientização sobre as prioridades dos jovens em toda a Europa; 5 - Promover espaço para um debate aberto sobre a justiça intergeracional; 6 - Melhorar processos de cooperação inter-regionais e globais; 7 - Reforçar o diálogo entre jovens, especialistas e decisores políticos; 8 - Divulgar a agenda da juventude nos Parlamentos e repartições públicas ao nível nacional e europeu
Associação Par - Respostas Sociais	ODM - Desafio Universitário	<p>Sessões/workshops sobre Mobilização/Ativismo e ODM; Lançamento de desafios de dinamização de atividades nas suas comunidades aos estudantes universitários nos dois países: Cabo Verde e Guiné Bissau; Desenvolvimento de Trabalhos de Investigação sobre boas práticas de cooperação na GB e CV; Realização de Seminário Internacional em Lisboa sobre o Pós-2015 - com estudantes universitários de três países: Cabo Verde, Guiné Bissau e Portugal</p>

CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Contraponto: leituras plurais do mundo, os modelos de desenvolvimento em questão	2 seminários; 2 círculos de leitura; 2 conferências; 2 entrevistas a um jornal de grande circulação; 2 gravações integrais das conferências; 2 vídeos com síntese das conferências; 1 memória de cada Conferência
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Desafiar a Crise - Promover a Justiça Global e o envolvimento dos Cidadãos em tempos de incerteza	A1,1 – Organizar um inquérito sobre “Atitudes Públicas em prol do desenvolvimento global” entre 3600 jovens adultos em 6 países; A1,2 – Organizar 18 seminários em universidades, clubes de jovens e movimento de jovens, envolvendo 360 jovens adultos em 6 países, e identificar 60 “defensores globais” em todos os países parceiros; A1,3 – Produzir um Manual de Advocacy para jovens sobre como se podem empenhar nas interdependências globais (120 cópias em papel para os jovens “defensores” e uma versão PDF para a plataforma online); A1,4 – Criar uma plataforma online para a Ação, alojada num site já existente, de forma a atrair e a conseguir a participação ativa de cerca de 1200 pessoas em todos os países; A1,5 – Organizar um Fórum Mundial de Jovens no 2º ano e produzir uma declaração dos jovens; A1,6 – Organizar pelo menos 6 reuniões com diferentes atores a nível europeu para divulgar os resultados da ação em toda a Europa; A1,7 – Desenvolver um conjunto de pelo menos 60 “Diários Globais” para serem publicados na plataforma online; A2,1 – Organizar 6 workshops liderados pelos “defensores globais”, contando com a participação de pelo menos 120 técnicos de ONGD; A2,2 – Organizar 6 webinars com peritos do sul contando com, pelo menos, 120 participantes de ONGD; A2,3 – Envolver representantes da ED dos 27 países membros da UE; A2,4 – Organizar 6 reuniões com representantes de redes de OSC e Plataformas (uma por cada país parceiros) para assegurar que a campanha é disseminada através dos seus canais de advocacy; A3,1 – Mapeamento dos contactos dos media; A3,2 – Produzir um guia para os media, em 6 línguas diferentes, tendo em conta as especificidades de cada país, que será distribuído gratuitamente entre os jornalistas com o objetivo de os informar sobre a abordagem multinível que os media deveriam ter nos assuntos de desenvolvimento; A3,3 – Organizar um total de 6 seminários dirigidos a 240 estudantes de jornalismo em 6 países; A3,4 – Promover a cobertura mediática dos temas de justiça global no âmbito das presidências da Irlanda, Grécia e Itália, em 2013/2014; A4,1 – Uma ação de advocacia a nível local/nacional é levada a cabo em cada um dos países parceiros liderada pelos “defensores globais”; A4,2 – Assegurar que os projetos Presidência da Irlanda, Grécia e Itália em 2013/2014 serão influenciados por esta Ação; A4,3 – É elaborada uma Iniciativa de Cidadania Europeia baseada nos assuntos tratados nesta ação no 2º ano; A5,1 – Coordenação e Gestão do Projeto; A5,2 – Participar na reunião anual da Comissão Europeia em Bruxelas; A5,3 – Desenvolver um plano de ação de visibilidade e comunicação de acordo com as regras da UE; A5,4 – Organizar e orientar 3 reuniões de parceiros e 9 reuniões de coordenação e planeamento, via webex, com todos os parceiros; A5,5 – Monitorizar e avaliar a implementação de atividades, concretização de resultados e objetivos, e fazer a gestão financeira do Projeto, todos os anos a nível interno, e no final do projeto a nível externo
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Despertar para a Educação Global – Reforçar as competências dos membros das Organizações da Sociedade Civil europeias	A1,1 – Elaborar um estudo sobre cursos de formação de educação global e educação de adultos para voluntários em cada país participante; A1,2 – Organizar um workshop sobre teorias e práticas de educação global e educação de adultos; A1,3 – Produzir e aprovar um currículo formativo; A1,3,1 – Organizar 4 reuniões de peritos; A1,3,2 – Organizar 6 reuniões de planeamento; A1,4 – Implementação de 5 cursos de introdução à Educação Global; A1,5 – Implementação de cursos teste em cada país; A1,6 – Desenvolvimento e produção do manual de formação; A2,1 – Organizar o Congresso “WeltWeitWissen”; A2,2 – Workshop de Avaliação; A2,3 – Divulgação do material

		conceptual a 400 ONGD europeias; A3,1 – Organização de mesas redondas e reuniões com membros do Parlamento, membros do governo, decisores políticos e representantes da sociedade civil em cada país; A3,2 – Evento dentro do edifício do Parlamento; A3,3 – Conferência Regional sobre temas do desenvolvimento; A3,4 – Organizar um diálogo político com atores chave nos ministérios e no parlamento; A4,1 – Estabelecer as regras de gestão global do Projeto; A4,2 – Organizar e orientar 3 reuniões de coordenação e planeamento com todos os parceiros; A4,3 – Gerir o sistema de acompanhamento, controlo financeiro, administração e avaliação interna do Projeto; A4,4 – Realizar uma auditoria financeira; A4,5 – Participar em duas reuniões anuais com a Comissão Europeia; A4,6 – Desenvolver e implementar uma estratégia de comunicação e visibilidade para as atividades do projeto,
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Jovens Urbanos Activos: Estilos de Vida e Objetivos de Desenvolvimento do Milénio	A1 - Recolha das melhores práticas de Aprendizagem Informal e Estilos de vida mais sustentáveis, orientados para a concretização das metas dos ODM; A2 - Realização de um Workshop Conceptual; A2,1 - Realização de 6 Ações de Sensibilização e Mobilização sobre Estilos de vida e ODM dirigidas a Jovens Urbanos Ativos [24 a nível europeu]; A3 - Documentação das ações (objetivos, medidas, resultados, fotografias, vídeos); A3,1 - Desenvolvimento de uma base dados pelas ONG parceiras; A3,2 - Estabelecimento e distribuição de uma base de dados para as ONG Europeias; A3,3 - Produção e disseminação de um mini manual para a promoção de Estilos de vida mais sustentáveis - Estilo de Vida ODM, através da Aprendizagem Informal; A4 - Desenvolver currículo para 2 cursos de formação sobre a promoção do ESTILO DE VIDA ODM - utilizando o método de Aprendizagem Informal; A4,1 - Realização de 2 cursos de formação sobre a promoção de Estilos de Vida mais sustentáveis através da Aprendizagem Informal [8 cursos no total na dimensão europeia da ação]; A5 - Implementação da gestão geral do projeto; A5,1 - Organização e participação em 5 reuniões de coordenação e planeamento; A5,2 - Monitorização da gestão financeira, contabilidade, avaliação interna do projeto
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Cidades Glociais: Campanha para a Promoção do Desenvolvimento e da Sustentabilidade	A1,1 – Produção de materiais e ferramentas; A1,1,1 - Documentos chave; A1,1,2 - Materiais de campanha; A1,2 – Campanha de Advocacia Glocal; A1,2,1 - Campanhas de Visibilidade Local, Nacional e Transnacional; A1,2,2 - Eventos de campanha local e de visibilidade e mobilização ao longo dos 36 meses; A1,2,3 - Evento Anual de Progresso Local e participação na Conferência Internacional; A2,1 – Monitorização da implementação dos objetivos; A2,1,1 - Formação da equipa de parceiros e produção do programa de formação dos 5 Objetivos para uma Cidade Coerente e Glocal; A2,1,2 - Encontros dos Pontos Focais LA e dos Grupos de Direção Locais; A2,1,3 - Racionalização do processo local – implementação do Plano de Ação; A2,2 - Formação e mobilização; A2,2,1 - Encontros inaugurais; A2,2,2 - Formação das AL – como colocar os 5 Objetivos para uma Cidade Coerente e Glocal; A3,1- Eventos nacionais e conferências internacionais; A3,2 - Partilha de boas práticas; A3,3- Rede de contactos e construção de parcerias
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	LANDMARK: Compras Públicas Mais Justas e Sustentáveis	A1,1: Publicação de um estudo sobre experiências com compras públicas sustentáveis e procedimentos de produção e consumo; A1,2: Desenvolver um DVD de sensibilização, programas de formação e materiais, e organizar cursos de formação para os técnicos das Autarquias e seminários de formação de formadores e documentar as boas práticas através da publicação de um conjunto de estudos de caso e da sua promoção a nível internacional; A1,3: Desenvolver mecanismos de análise e verificação de procedimentos de contratação pública socialmente responsável; A1,4: Promover o diálogo com atores-chave tais como municípios e produtores, através da organização de uma série de workshops a nível nacional sobre grupos específicos de

		produtos; A1,5: Campanha de informação e sensibilização (espetáculos multimédia, conferências de imprensa e workshops)
--	--	--

Atividades inseridas nouro tipo de projetos

Nome da instituição	Designação do projeto	Descrição das atividades do projeto
ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola	On Moving	Intercâmbio Juvenil realizado em Portugal, onde se discutiram alguns temas relacionados com a ED,
Oikos - Cooperação e Desenvolvimento	(Es)Forçadas e (Des)Iguais: Contra o Tráfico de Seres Humanos e a Exploração Laboral	"Sessões de Sensibilização: 7 de Janeiro – Escola Secundária de Barcelinhos/ Barcelos; 8 de Janeiro – Escola Secundária de Barcelinhos/ Barcelos; 11 de Janeiro – Escola Secundária de Barcelinhos/ Barcelos; 14 de Janeiro – Escola Secundária de Barcelinhos/ Barcelos; 15 de Janeiro – Escola Secundária de Barcelinhos/ Barcelos; 17 de Janeiro – Escola Profissional de Fermil/ Celorico de Basto; 18 de Janeiro – Escola Secundária de Barcelinhos/ Barcelos; 21 de Janeiro – Escola Secundária de Barcelinhos/ Barcelos; 22 de Janeiro – Escola Secundária de Barcelinhos/ Barcelos; 28 de Janeiro – Escola Secundária de Barcelinhos/ Barcelos; 1 de Fevereiro – Escola Secundária de Barcelinhos/ Barcelos; 4 de Fevereiro – Escola Secundária de Barcelinhos/ Barcelos; 8 de Fevereiro – Escola Secundária de Barcelinhos/ Barcelos; 15 de Fevereiro – Escola Secundária de Barcelinhos/ Barcelos; 18 de Fevereiro – Escola Secundária de Barcelinhos/ Barcelos; 19 de Fevereiro – Escola Secundária de Barcelos/ Barcelos (3 sessões); 22 de Fevereiro – Escola Secundária de Barcelinhos/ Barcelos; 25 de Fevereiro – Escola Secundária de Barcelinhos/ Barcelos; Workshops Informativos: 21 de Fevereiro –Parceria Rede Social Concelhia/ Guimarães"
Oikos - Cooperação e Desenvolvimento	Mãos (Re) Forçadas: Contra o Tráfico de Seres Humanos e a Exploração Laboral	"Sessões de Sensibilização: 17 de Janeiro – Escola Profissional de Fermil/ Celorico de Basto (2 sessões); 31 de Janeiro – Escola Profissional Profitecla de Braga/ Braga; Workshops Informativos: 10 de Janeiro –Parceria Rede Social Concelhia/ Braga; 6 de Março – Parceria Associação Industrial do Minho/ Braga; 14 de Março – Parceria Rede Social Concelhia/ Vila Nova de Famalicão"
Conselho Nacional de Juventude (CNJ)	XIII Encontro Nacional de Juventude (XIII ENJ)	"- Grupos de Trabalho sobre Participação, Saúde, Educação, Emprego e Assuntos Sociais, Cooperação para o Desenvolvimento; - Conferência sobre Emprego Jovem; - Workshops na área da Saúde; Ambiente; Empreendedorismo; Cidadania Global;
Plataforma Portuguesa das ONGD	Contrato Programa Plataforma Camões IP	Organização de um Seminário nacional para discussão de diferentes perspetivas sobre a Pobreza e os Direitos Humanos, tendo em conta o atual contexto nacional e internacional
Plataforma Portuguesa das ONGD	Contrato Programa Plataforma Camões IP	- Seminário "Pobreza e Direitos Humanos" - Seminário sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Sessão de informação sobre ONGD e ODM na Escola Básica Alfredo da Silva em Albarraque, Sintra - Concurso "Blogue por um Desenvolvimento Sustentável" - Ciclo de Cinema sobre Direitos Humanos e Desenvolvimento
Monte	Mirabal-Mulheres 100 Medo	Conversas 100 Igual, sessões de rádio mensais, com um tema por sessão, sendo os temas escolhidos com enquadramento nas temáticas trabalhadas pela ED; Seminário Igualdade e Inclusão

<p>ENGENHO & OBRA - Associação para o Desenvolvimento e Cooperação, ONGD</p>	<p>Inter Gera Ação (I,G,A,)</p>	<p>Incentivar o diálogo e a interação entre grupos de cidadãos europeus e as instituições Europeias, com vista à procura de soluções, para diversos tipos de exclusão social; contribuir para a construção de uma Europa mais inclusiva; criar uma rede de cidadania, que promova a divulgação de direitos europeus e dissemine boas práticas; identificar problemas locais e transnacionais dos/ pelos destinatários, com vista à procura de soluções; promover encontros transnacionais para encontrar opiniões/reflexões que possam influenciar a tomada de decisões; identificar e combater todas as formas de preconceito e exclusão; promover vários painéis de cidadãos, para sensibilizar a sociedade civil para a inclusão, como fator essencial à criatividade e justiça social</p>
--	---------------------------------	---

Atividades não inseridas em projetos

Nome da instituição	Descrição da Atividade
Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género	Realizar de ações de sensibilização/formação dirigidas a profissionais dos media sobre a eliminação dos estereótipos de género nas mensagens jornalísticas e publicitárias: uma ação de formação "Género e Informação" (12h) no Instituto Politécnico de Setúbal e nela participaram jornalistas, com carteira profissional e em atividade naquele distrito, bem como estudantes de comunicação social daquele estabelecimento de ensino (20 participantes: 18Mulheres; 2Homens), Este curso incluiu um módulo específico sobre violência de género, centrado fundamentalmente nas temáticas da Mutilação Genital Feminina e Violência Doméstica
Plataforma Portuguesa das ONGD	Fórum "Gestão do Voluntariado para a Cooperação"
Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento - Escola Superior de Educação / IP Viana do Castelo	Comemoração de efemérides - Semana da Campanha Global pela Educação (abril) Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento (21 maio), Dia de África (25 maio), Dinamização do Dia Mundial para a Erradicação da Pobreza (17 outubro), Dia Internacional do Voluntariado (5 dezembro), entre outros
Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento - Escola Superior de Educação / IP Viana do Castelo	Promoção, na ESE-IPVC, de um ciclo de cinema comentado com o objetivo de envolver toda a comunidade em tertúlias que possibilitem reflexões sobre temas centrais no mundo atual
Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento - Escola Superior de Educação / IP Viana do Castelo	Dinamização do blogue e da página de facebook do GEED com atividades ou notícias dentro do âmbito de temáticas da ED
Plataforma Portuguesa das ONGD	Lançamento do Relatório AID Watch da CONCORD
Plataforma Portuguesa das ONGD	Envio de Cartas e Documentos de Posição a diversos Decisores Políticos Nacionais e Internacionais
Instituto Português do Desporto e Juventude	Divulgação no Portal da Juventude de página relativa ao ENED, na área do voluntariado e cidadania que alerta para a importância dos processos de aprendizagem não formal/informal na promoção da igualdade social e na capacitação dos jovens para uma cidadania global, http://juventude.gov.pt/cidadania/educacao-para-o-desenvolvimento/paginas/educacao-para-o-desenvolvimento.aspx
FEC – Fundação Fé e Cooperação	Advocacia e influência política, no âmbito do Comité de Segurança Alimentar das Nações Unidas – não inserida em projeto de ED

APA - Agência Portuguesa do Ambiente	CURSOS DE FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO PARA OS TEMAS DA EA E EDS, COM ÊNFASE NA DIMENSÃO AMBIENTAL, PARA ENTIDADES COM AUTORIDADE PARA FAZER CUMPRIR A LEGISLAÇÃO E OS VALORES NESTAS MATÉRIAS Capacitação de agentes especializados no cumprimento da lei na área do ambiente e da sustentabilidade
APA - Agência Portuguesa do Ambiente	INICIATIVAS DIVERSAS E CONCURSOS COM SUPORTE E REPERCUSSÃO NAS REDES SOCIAIS Promoção da sensibilização da população em geral através de iniciativas (concursos, exposições, ...) focalizados em temas da atualidade que se relacionem com o ambiente e o desenvolvimento sustentável, que fomentem a cidadania e o espírito crítico

